



O MEDIO SÃO FRANCISCO

Uma Sociedade de Pastores Guerreiros

WILSON LINS

brasiliana

volume 377



O chamado "Rio da Unidade Nacional" tem sido objeto de muitos estudos do maior interesse. Sábios, viajantes ilustres, geógrafos têm escrito obras notáveis sobre o tema. O sábio prefaciador deste volume destaca-os devidamente. O que constitui o valor do presente trabalho, porém, é que ele não foi feito só num gabinete de erudito, cercado de documentação minuciosa e abundante. O autor, filho da terra, conhecedor do que foi escrito, dispõe de uma fonte mais valiosa: é o "saber de experiências feito", resultante de uma vivência intensa, observadora e competente.

Focaliza o Médio São Francisco e transmite ao leitor uma intensa curiosidade sobre a formação histórica de uma sociedade original, vivendo num mundo "ermo e estranho", resultante da fusão das correntes conquistadoras vindas do Norte, da fúria conquistadora bandeirante e do indígena vencido. A raça daí derivada é fisicamente forte e resistente, altamente ciosa de sua terra, com características difíceis de serem compreendidas e diversas de outras áreas da Bahia. Modo de agir, manhas e expedientes dão-lhe feição própria.

A forma pela qual se processou a colonização, através de latifúndios — imperativo de ordem administrativa —, como não se encontram em outras regiões do País, infundiu-lhe uma estrutura de caráter feudal, que se transformou depois num tipo especial de coronelismo. As lutas de famílias na conquista do domínio político, com aspectos sangrentos e cruéis, são estudadas com realismo e objetividade. A rigor, esses conflitos permanecem até hoje.

O isolamento da região, a escassez da população e a defesa instintiva do habitante contra o adventício deram origem a uma unidade social costurando as grandes extensões, dentro de uma mentalidade profundamente brasileira.

A facilitação das comunicações do sul do País com o Brasil central tirou do rio a sua função histórica de via de acesso à região mineira. A decadência do latifúndio, a fragmentação das grandes propriedades, o empobrecimento conseqüente agravaram o isolamento da região. Para reconstituir a história da propriedade, é preciso recorrer aos papéis particulares, porque os cartórios estão empobrecidos pelas razias e pelas calamidades da natureza. O autor, porém, revela-se um conhecedor profundo das minúcias do povoamento e da expansão da população.

Passando ao estudo do modo de vida da população, o autor classifica-a em três classes: o beiradeiro, o catingueiro e o brejeiro, conforme sua localização à beira do rio, na região da catinga ou na dos brejos. Estuda não só o modo de vida de cada uma, como as relações de ordem social que formam a sociedade, na qual o compadrio tem lugar de destaque.

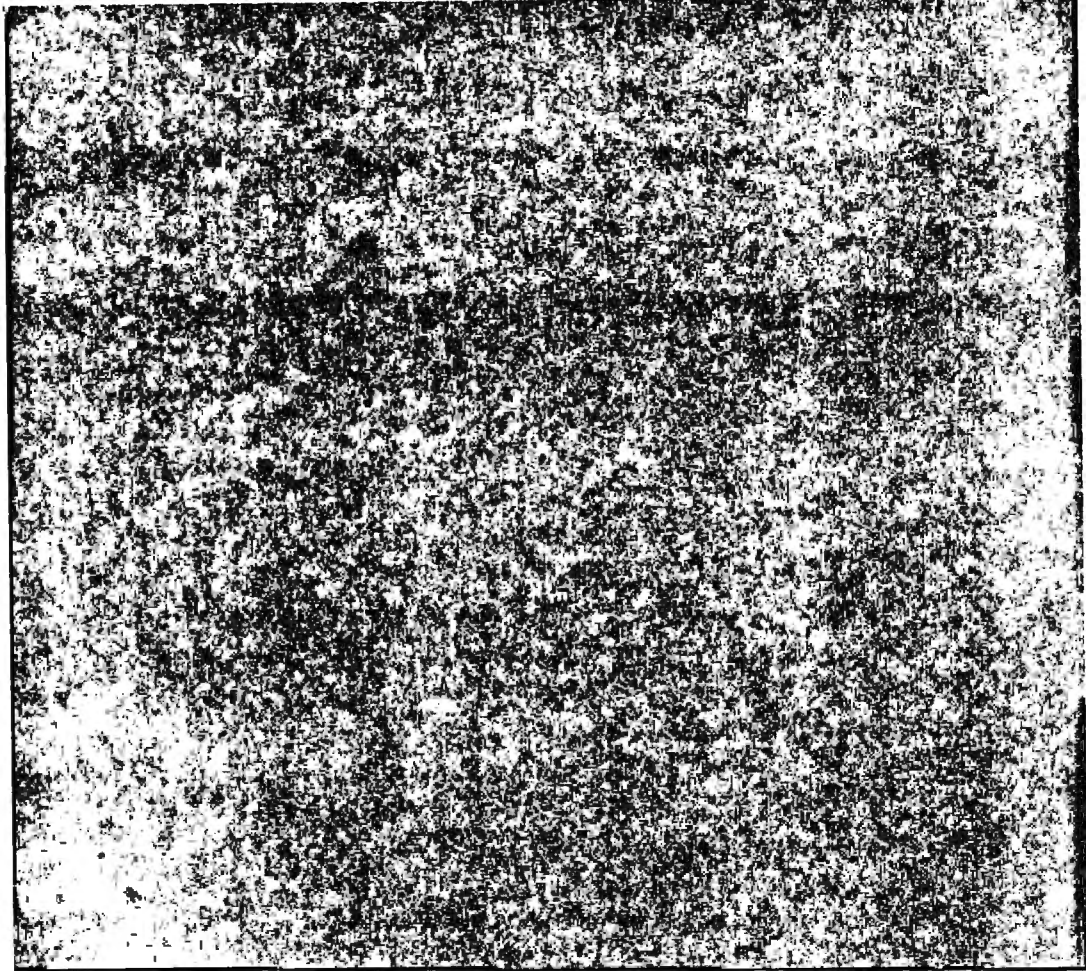
A concepção da política, o senso da religião e a moral prática da população foram poucas vezes tão bem estudadas, bem como a culinária e o folclore.

Os capítulos finais do livro são empolgantes. O rio, que representou um papel histórico incomparável na formação nacional, ensejando a conquista do centro, está ameaçado pela inépcia dos governos. Alguns afluentes, outrora navegáveis, são hoje atravessados a pé enxuto. Mas o autor está longe de se considerar pessimista a respeito. Algumas medidas que vêm sendo tomadas criteriosamente desde o governo Dutra permitem confiar numa restauração e regularização do São Francisco, tal como ocorreu em tempos recentes com o Mississípi, nos Estados Unidos da América. O grande rio voltará, assim, a desempenhar sua função histórica de servir de base da unidade nacional.

Dados sobre o autor

Wilson Lins nasceu em Pilão Arcado, no Médio São Francisco, Estado da Bahia, a 25 de abril de 1919. Fez o curso de humanidades no Ginásio Carneiro Ribeiro e Ypiranga, em Salvador. Muito jovem, ingressou no jornalismo, havendo dirigido o marutino "O Imparcial", trabalhado no "Diário de Notícias", "Diário da Bahia" e "A Tarde", no qual ainda colabora, e colaborado no "Jornal da Bahia". De 1948 a 1950, integrou a redação do vespertino carioca "O Mundo", no qual ainda mantinha uma crônica diária sob o título "Pedra no Caminho". Estreou no romance em 1939, com a obra surrealista *Zaratustra me contou*. Em 1945 e 1946, publicou pelas Edições "O Imparcial", os ensaios *12 Ensaios de Nietzsche* e *A Infância do Mundo*. Em 1952, publicou a primeira edição de *O Médio São Francisco* pelas Edições "Oxumaré". São de sua autoria os seguintes romances: *Os Cabras do Coronel*, GRD, Rio, 1964, *O Reduto*, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1965; *Remanso da Valentia*, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1967; *Responso das Almas*, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1970; e *Militação sem Remorso*, Editora Record, Rio, 1980. Em edição de Publicações Europa-América, de Lisboa, *Responso das Almas* foi publicado em 1974, em Portugal. Tem publicado um livro de crônicas, *Os Outros*, e uma novela, *Os Segredos do Herói Cauteloso*, ambos editados em Salvador, respectivamente, em 1955 e 1956. Em 1959, a Livraria Progresso Editora, de Salvador, publicou a segunda edição de *O Médio São Francisco* e *Tempos Escatológicos*, este último de ensaios filosofantes.

Paralelamente às atividades de escritor e jornalista, militou na política baiana, tendo exercido o mandato de deputado estadual por vinte anos e desempenhado as funções de secretário da Educação e Cultura de 1959 a 1962.



**COMPANHIA EDITORA NACIONAL/PRÓ-MEMÓRIA
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO**

Este livro foi editado em regime de co-edição com o Instituto Nacional do Livro e passará a integrar os acervos de todas as bibliotecas públicas, estaduais e municipais, que recebem do INL assistência técnica e bibliográfica por efeito de convênios por ele firmados com Prefeituras Municipais e Secretarias de Estado em todo o território nacional.

O MÉDIO
SÃO FRANCISCO

BRASILIANA

Volume 377



Direção de

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

WILSON LINS

O MÉDIO
SÃO FRANCISCO

Uma Sociedade de Pastores Guerreiros

3ª edição, definitiva

Em convênio com o
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA

companhia editora nacional

Lins, Wilson, 1919-
L711m O médio São Francisco : uma sociedade de pastores e
3.ed. guerreiros / Wilson Lins. - 3. ed., definitiva. - São Paulo :
Ed. Nacional ; [Brasília] : INL, Fundação Nacional Pró-Me-
mória, 1983.

(Brasília ; v.377)

1. São Francisco (Vale) I. Instituto Nacional do Livro.
II. Título.

CDD:918.12
:981.2

CCF/CBL/SP-83-1170

CDU:918.1(812/814)

Índices para catálogo sistemático (CDD):

1. São Francisco : Vale : Civilização : Nordeste : Brasil
981.2
2. São Francisco : Vale : Descrição : Nordeste : Brasil
918.12

Direitos reservados

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

DISTRIBUIÇÃO E PROMOÇÃO

Rua Joli, 294

Fone: 291 - 2355 (PABX)

Caixa Postal 5.312

CEP 03016 - São Paulo - Brasil

1983

Impresso no Brasil

A

Theódulo Albuquerque

Juracy Magalhães

Manoel Novais

e

Rômulo Almeida

SUMÁRIO

Prefácio	11
I. O DESERTO ENGOLIU O HOMEM	
O povoamento no vale	19
A formação dos latifúndios	25
A servidão no deserto	35
II. PROMETEU QUEBRA OS GRILHÕES	
A insurreição do Homem	41
Gente de sangue no olho	44
Tradição de prepotência	55
III. O BACAMARTE ABRE CAMINHO AO PROGRESSO	
O caudilhismo no período republicano	59
O coronel Franklin	66
Carinhanha de João Duque	78
IV. SETECENTAS LÉGUAS DE ÁGUA NÃO MATAM A SEDE DE JUSTIÇA	
O São Francisco é um mundo	85
A barca e o remeiro	89
O jagunço	98

V. VAZANTE, CAATINGA E BREJO

O rio dorme	103
A idade do couro	104
Os obstinados	106
A vida nas pequenas cidades do vale	109

VI. RELIGIÃO E FOLCLORE

Crenças e devoções do beiradeiro	115
Divindades, bichos e assombrações da ribeira	122
Romãozinho	125
A Pesadeira, a Mão Pelada e outras visagens	128
O cafuné	131
Sezão	135

VII. UM RIO AMEAÇADO

O "Saldanha" e seus irmãos	139
O destino de um rio	145
O filho ajuda o pai	148

PREFÁCIO

Das cinco, seis ou mais áreas em que se pode demarcar a Bahia para o estudo e a caracterização de suas peculiaridades naturais e culturais, — o Recôncavo, o nordeste, a zona cacaueteira e as matas do sul, o litoral norte, o alto Sertão, o oeste, as lavras diamantinas — é certamente a região do rio São Francisco — essa de que se pensou constituir a Província separada que Tomás Paranhos Montenegro examinou tão detalhadamente em 1875 — uma das mais marcantes e a respeito da qual mais se tem escrito. Aquelas estão assinaladas por ensaios e obras de ficção subscritos por nomes de excepcional prestígio; bastaria lembrar Euclides da Cunha, Afrânio Peixoto, Wanderley Pinho, Jorge Amado, Silva Campos, Licurgo Santos Filho. Quer fazendo história ou romance, esses autores são clássicos da literatura que se pode considerar sociológica ou antropológica, sobre as gentes e os tipos humanos, os modos de existência, as mentalidades, os ambientes, as atividades e costumes que identificam cada uma no conjunto pluralmente harmônico da Bahia, distinto, por sua vez, de outras províncias do país, com qualidades e virtudes que prezam Gilberto Freyre ou Roger Bastide.

O rio São Francisco ou, por outra, o vale, a extensa bacia do rio da unidade nacional, de que a Bahia tem a maior parte, foi retratado — em alguns de seus aspectos, os geográficos e geológicos e muito o de suas populações e de sua política — no famoso relato da viagem que, ao longo do mesmo, empreendeu Teodoro Sampaio entre 1879 e 1880. Essa obra magna do insigne mestre inaugura a observação, a largas pinceladas, de individualidades, de tipos de personalidades, de fenômenos sociais e políticos particulares à região que continuaram, por toda a história do Estado, inigualados em suas idiossincrasias, sobretudo os caudilhos e os jagunços, suas táticas e estratégias, seus movimentos e funções em territórios extremamente distantes das cidades da costa e com caráter muito próprio. Acrescentou-se essa bibliografia de muitos títulos e autores, uns antigos, de viajantes, de técnicos, de cronistas e juristas e jornalistas, Manoel Benício, Eduardo Carijé,

o já citado Paranhos Montenegro, outros a partir de períodos bem mais recentes, Orlando Carvalho, Agênor Miranda, Barbosa Lima Sobrinho, Apolonia Sales, Geraldo Rocha, Jorge Zarur, João Dornas Filho, Marieta Lopes de Souza, Cavalcante Proença, visando a Bahia ou terras vizinhas, numa variedade de abordagens impressionante de geógrafos, historiadores, economistas, homens de letras, demógrafos e curiosos da realidade sugestiva e atraente. Esses autores contribuem, cada um a seu modo, para a compreensão e o sentimento de um dos tratos mais singulares de todo o país. Em tempos próximos surgiram novas obras, ou foram lembradas algumas de tempo mais recuado, sobre aspectos diferentes da vasta área, sobre a língua, a música, o folclore, a literatura, o povo, a terra, o rio, inspiradas novamente a cronistas, a romancistas, a poetas, a investigadores, o Pe. Heitor Araújo, Edilberto Trigueiros, Ruy Santos, Fernando Sales, Oswaldo de Souza. No belo livro que há pouco dedicou ao celebrado rio, ilustrado com expressivas fotografias e gravuras, São Francisco, Rio da Unidade (2.^a ed., 1978), Fernando Sales comenta e avalia muitas daquelas e outras que versam ou aludem ao São Francisco, especialmente como peças literárias: citem-se João Salomé de Queiroz com pioneiro romance de 1871, Martins de Oliveira, Prado Ribeiro, Raul Alves, Cardoso de Oliveira, Xavier Marques, Amélia Rodrigues, Lauro Palhano, Lúcio Cardoso, D. Guanaes-Pereira, A. J. Figueiredo, Armindo Pereira, Guimarães Rosa, Osório Alves de Castro, Nestor Duarte, Rachel de Queiroz, Accioly Lopes, Santana Padilha, Santos Moraes. E a ajuntar, Edyla Mangabeira Unger. E mais que tantos, o magnífico Castro Alves. Esse copioso, inesgotável elenco, cresceria com o que se tem escrito sobre cidades, localidades, vultos humanos, daqui e dali, às cabeceiras, às margens, na proximidade ou em paragens tributárias.

Em 1950-51, sob o patrocínio da Superintendência do Vale, Donald Pierson levou a cabo larga pesquisa sociológica, abrangendo toda a bacia do grande rio, desde Minas a Alagoas, com a colaboração de alunos e colaboradores seus na Universidade de São Paulo, entre os quais Cândido Procópio F. Camargo, Fernando Altenfelder Silva, Esdras Borges, Alfonso Trujillo Ferrari, Alceu Maynard Araújo, Levi Cruz, alguns de cujos estudos se publicaram separados. Deste extraordinário empreendimento resultou a obra, em 3 volumes, O Homem no Vale do São Francisco, sintetizando analiticamente, em 1972, a visão global da sociedade e da cultura no meio e em sua economia. Essa pesquisa é contemporânea da que Anísio Teixeira, como secretário

de Octávio Mangabeira, organizou sob a responsabilidade de Charles Wagley e nossa, com a colaboração de Eduardo Galvão e L. A. Costa Pinto, em torno de comunidades do Recôncavo, do Sertão, do Planalto, da Zona do Cacau, de Feira de Sant'Ana, e que deu lugar a diversos livros e artigos (ver Universitas, Rev. de Cultura da Univ. Fed. da Bahia, n.ºs 6-7, 1970). Desta investigação foi excluída a região do São Francisco por já estar a cargo daquela outra equipe.

É nesse amplíssimo quadro que se coloca O Médio São Francisco, uma Sociedade de Pastores e Guerreiros, da autoria de Wilson Lins. Editado pela primeira vez em 1952 (Edit. Galeria Oxumarê, Salvador) e em 1960 (Livr. Editora Progresso, Salvador), reaparece agora em versão que o autor pretende definitiva, mais preciso na linguagem, mais claro em certos textos e dados, para ser apreciado e saboreado pelos que se dedicam à indagação sobre a curiosa região em seus perfis naturais, econômicos, históricos, em suas potentes virtualidades e perspectivas, como principalmente nas lutas políticas, nos coronéis e no mandonismo e quantos queiram saber da vida sertaneja. É, pela idade e pelo gênero, um ensaio de antecipação aos que escreveram investigadores como Rui Facó, Walfrido Moraes, Nertan Macedo e, em esquemas de cunho mais teórico, Manoel Diegues Junior, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Ralph Della Cava, Eul-Soo Pang, como fizera Vítor Nunes Leal no afamado livro Coronelismo, Enxada e Voto, de 1949, a respeito daqueles temas, mesmo em outros contextos. O livro de Wilson Lins não é uma tese, formal, sistemática, presa a modelos escolares ou acadêmicos, em que intente provar isto ou aquilo, senão que ama porque a ela pertence e conhece a dramática realidade de suas páginas. Dá antes um depoimento, um testemunho, com paixão e liberdade, não raro com parcialidade inteligente e pessoal, ainda quando utilize elementos históricos, sociológicos, quantitativos; nunca se subordina ao pensamento ou às impressões de outros, menos como rebelde do que como ciente do que fala e vê com acuidade.

Contar é o vocábulo apropriado para qualificar o estilo do autor, um já experimentado escritor que, muito jovem, em 1939, se inspirara em Nietzsche para as confissões e reflexões filosóficas e literárias a que nos convida em Zaratustra me Contou (Livr. Edit. Progresso, Salvador). E cuja vocação é, ao mesmo passo, de romancista e de jornalista político: um romancista realizado, sempre sob a inspiração do seu meio e da sua gente do São Francisco; um político que se evidencia

na tribuna, nos partidos, nos cargos que tem ocupado e na banca de jornalista de duradouro tirocínio e muito público, assinando diversas colunas, uma delas "Política é o diabo", cuja temática é a da intriga maliciosa e fina, de um discípulo de Chesterton no paradoxo a serviço da verdade e da crítica, sem ferir. Um dos seus trabalhos vem sendo, igualmente, o comentário e a crítica literária. As personagens, as figuras, os tipos, os entrecchos, ambientes, cenas e movimentação de seus romances, Os Cabras do Coronel, Responso das Almas, ou O reduto, Remanso da Valentia, Militão sem Remorso levantam-se das páginas deste estudo e daí saltam cheias de vida. Nem é fácil seguir-lhes as trilhas e as tramas, acompanhá-las na caatinga ou na beira do rio, entender-lhes os motivos, os impulsos, os perfis e também a delicadeza de sentimentos e os gestos humanos e heróicos, sem haver percorrido estas páginas.

O ensaio, em que consiste? No levantamento de uma série de problemas, que não se diriam novos mas que aborda no contexto real, concreto, de um sertão bastante conhecido, nem sempre examinado com a objetividade, a penetração, a compreensão do autor e que se avalia melhor quando se sabe que o autor vive intimamente a aventura sobre a qual escreve. Temas, para começar, como o do feudalismo como sistema de ordenação social e de mentalidade, na sua região; o de categorias de colonizadores, horizontais ou verticais, colocado por Gilberto Freyre, ou de desbravadores em oposição a cortesãos dos paços de Lisboa, como os trata; o dos planos de exploração econômica preferidos para a zona, pelos povoadores e governantes, em descompasso com os climas, os terrenos, as vias de transporte; o da violência e das motivações para a luta individual e em grupos, entre famílias, entre adversários políticos, entre chefes, mais constantes em nossa história como insistem Capistrano, L. A. Costa Pinto, José Honório Rodrigues. São, todos esses, temas sobre os quais opina e tem pontos de vista fundados, não em teorizações abstratas que se ajustem aos fatos, porém na observação direta, imediata, cotidiana. E, assim, as complementares relações funcionais entre a "casa-da-fazenda" e a "casa-da-rua" em sua fisionomia regional e as histórias-de-vida de ricos e potentados que foram vaqueiros, tropeiros ou pequenos fazendeiros e a classe dos que herdaram; as distinções e singularidades de são-franciscanos em contraste ou em confronto com as das gentes do Recôncavo e de outras partes da Bahia e com as vindas de regiões

vizinhas e as táticas dos caudilhos ante o jogo de dividir-para-reinar, dos políticos, dos dirigentes partidários, dos homens de governo da Capital e quantas manhas e expedientes, nem sempre limpos e muito menos francos e sinceros para a conquista de posições, a vitória nas eleições, o manejo dos cabos eleitorais, a submissão de contrários, a mudança de chefias, a de prestígio, de favor, de força junto aos poderosos.

Outra ordem de contributos de Wilson Lins, neste livro, é relativa ao folclore, à linguagem, à religiosidade, às atitudes do homem da região diante da seca, das cheias e da vazante, da doença e de outros fenômenos da natureza, bem como a utilização do espaço na casa, nos "comércios", na roça, em notas e registros que pesquisas ulteriores confirmam, como em *A Língua e o Folclore do São Francisco*, de Edilberto Trigueiros, em 1963 (publ. em 1977) e o mesmo ocorre no tocante à fértil mitologia ribeirinha, que o leva a identificar e retratar diversos seres misteriosos nas águas do grande rio — a mãe-d'água, o cavalo-marinho, Romãozinho, o caboclo-d'água — componentes do panteão mítico e que combinam com os santos nas devoções, nas romarias, nas rezas e nas danças sacras, para aplacar ou propiciar o mundo preternatural. E, nisto, antecipa-se aos achados e às explicações de Eduardo Galvão, em *Santos e Visagens* (1955), tratando desse curioso amálgama de religião com animismo e magia.

Toda essa sugestiva antropologia focaliza ainda duas notas salientes e, como outras, fundamentais para entender o vale do São Francisco e muito do sertão mais ou menos de todo o Brasil: uma vem numa moldura historiográfica, outra é de cunho indisfarçavelmente etnográfico e sociológico. A primeira consta do relato, em cores vivas e minudentes, do desenvolvimento do coronelismo, do chefismo, do mandonismo, a mostrar como surgiram e se organizaram em instituições e teias de valores a determinarem a ação nas crises e nas disputas de terras e de poder, particularmente desde a República, ensejando a formação das grandes chefias. Uma destas é exercida pelo coronel Franklin Lins de Albuquerque, personalidade excepcional pelas qualidades de inteligência e de aptidões, de cuja história pessoal se vem a ocupar, mais tarde, o próprio Wilson Lins, como filho e como analista, em publicação que lhe consagra à memória (*Breve Notícia do Coronel Franklin / No Centenário do seu Nascimento, 1881-1981*); algumas outras, como as de João Duque, Leobas, Militão, de idêntico

porte maior, são analisadas em posturas e gestos na política estadual e nacional. Os capítulos dedicados à questão assumem importância para a história política e partidária nacional, pelos dados que o autor ajunta e pelo caráter de avaliações e de depoimentos de quem acompanhava de perto e até havia sofrido vicissitudes de dramáticos episódios da espécie. Mas, não somente por essa circunstância: suas análises levam o autor a considerar, a jeito de conceituação metodológica, a gênese do arbítrio sertanejo no isolamento obrigado pelas distâncias, a ver elementos de luta de classes nos choques armados, a crer o bacamarte dos poderosos como instrumento de progresso para a desprezada gente daqueles sertões. Vale a pena acompanhar os argumentos, para perceber as motivações do autor em tais juízos, desse a quem Jorge Amado chamou de “cangaceiro da pena”, pelo que tem de “tutano e bom coração”. E a quem Djacir Menezes e Darci Ribeiro, distinguindo-o dos sociólogos propositais, atribuiriam intuições de sociólogos casuais, bons captadores da experiência viva ou da vivência não-ingênuas, de olhos abertos e perceptivos.

No outro capítulo, relevante pela nitidez dos perfis que traça dos tipos humanos da zona e da saga do lendário vale, desenrola um elenco de figuras que situa, com critério sociológico, na trama complexa da sociedade mais moderna, a começar com o jagunço. Este, na sua perspectiva, é o lutador e colaborador não-mercenário do mandão, por isto peça do sistema que julga feudal, como parente, amigo, compadre, correligionário, participe de classe e de interesses. E o vê assim, mesmo quando dependente, empregado ou alugado, meeiro do patrão chefe de clã ou, genericamente, caudilho. Daí que separa e distingue, em categorias e redes de relações, pela natureza das reciprocidades, do cangaceiro, dos cabras e de quantos, no aceso das refregas ou nos lances mais sutis dos embates, empunham armas e mostram seu valor. Outra numerosa teoria de tipos, que examina e pinta com traços seguros, é a dos remeiros, beiradeiros, catingueiros, brejeiros, e a da mulher valente ou submissa, a do menino que completa o quadro humano no diário do trabalho. Do mesmo modo que as variadas ocupações em que se emprega, na rotina ou nas quebras do morno sossego da soalheira ou das noites úmidas e frias, a múltipla humanidade que formiga às margens do rio e se dispersa à cata dos meios de subsistência naquele mundo ermo e estranho.

O ensaísta se credencia à atenção dos estudiosos pela sua liberdade de expressão, pelo vigor da palavra, pela originalidade dos pontos

de vista, contestando idéias estabelecidas, autores abalizados, com o domínio das bibliografias respectivas numa sobriedade de citações ciente e cautelosa. Escrito pela primeira vez há trinta anos e agora em versão a ficar como última, O Médio São Francisco, de Wilson Lins, continua um livro fundamental na literatura da antropologia e da sociologia da vida rural brasileira e da história política do nosso período republicano pelo concurso que traz ao inventário de detalhes da consolidação da República, da confabulação para a Revolução de 30, do acompanhamento da Coluna Prestes, da acidentada formação dos partidos.

Thales de Azevedo

CAPÍTULO I

O DESERTO ENGOLIU O HOMEM

O POVOAMENTO DO VALE

Data do século XVI o começo do desbravamento das terras que marginam o rio São Francisco. Mas as conhecidas deficiências da Coroa portuguesa, ao enfrentar os problemas de colonização do Brasil, determinaram, com enormes prejuízos para Portugal e para a Colônia, que o povoamento do vale do São Francisco, iniciado tão cedo, sofresse várias interrupções e se desenvolvesse da maneira mais vagarosa. Além do mais, os portugueses, que para cá vieram, depois de descobrirem que a coisa aqui não era tão fácil, como pareceu a Pero Vaz de Caminha, preferiam o litoral, de clima menos hostil. Patrocinaram a penetração do vale as gentes das capitanias de Pernambuco, Bahia e São Vicente, que eram os núcleos humanos mais progressistas e ativos dos Brasis de então. No entanto, o franqueamento feito pelos bandeirantes do Norte foi moroso. Avançando rio acima, os nortistas iam tomando conta aos poucos das terras marginais, sem pressa, sem rumor. Contudo, a lenta penetração baiana foi a que conquistou, realmente, o vale para a Metrópole. A onda baiana subia o rio construindo bases, deixando atrás de si os currais, em torno dos quais nasciam os primeiros núcleos de uma população fadada ao abandono. A colonização paulista, embora tendo começado muito mais tarde, atingiu os seus objetivos com mais rapidez, pois deflagrada impetuosamente sob a inspiração e o fascínio do ouro de Minas Gerais. Os homens do Sul (da Capitania de S. Vicente), possuídos pelo demônio da ambição, penetravam a terra como relâmpagos, rasgando estradas com os seus corpos eletrizados pela fome do ouro. Os homens do Norte, também impelidos pela busca das riquezas interiores da terra tida por opulenta, penetravam o vale com mais cautela, com menos arranco, garantindo o seu avanço com uma retaguarda reforçada pelos currais e ranchos de vaqueiros. Encontrando pela frente dificuldades superiores às de frontadas pelos paulistas, já que a indiada das brenhas era mais hostil

do que a das planuras de Piratininga, os baianos e pernambucanos fizeram a sua entrada guiados pelas boiadas, que só a custo venciam os obstáculos do terreno irregular e das cachoeiras. Plantando currais pelo vale adentro, os bandeirantes do Norte avançavam lentamente, mas ainda assim chegaram a atingir, no seu vagar, as regiões mineiras. Quando Garcia Pais, pelas alturas de 1697, descobriu ouro nos rebenções da serra de Sabarabuçu, já os nortistas haviam levado as suas boiadas e currais até a zona do ouro.

O primeiro civilizado que penetrou, realmente, até o fundo do vale foi Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco, entre 1543 e 1550, considerado pelos historiadores do famoso Santuário do Bom Jesus da Lapa como "o primeiro europeu que avistou o Morro"¹. Os que partiam do Norte, para a conquista do interior do continente, marchavam contra as águas que buscavam o mar, o que já não acontecia com os que vinham de São Paulo, que cavalgavam rio abaixo em embarcações de toda espécie. Não obstante a sua foz ter sido descoberta em 1501, a penetração do São Francisco só começou muito depois. E, após o seu começo, viu-se barrada pela "Cachoeira Grande" (Paulo Afonso), que constituía uma verdadeira muralha chinesa, detendo a entrada do estrangeiro impuro no reino sagrado da terra inocente. Antes da chegada do homem branco, com as suas boiadas e as suas ambições, o vale era habitado por índios Gês, expulsos do litoral pelos vitoriosos Tupis. O dr. Vital Rego, "eminente estudioso da etnografia antiga do Brasil"², que levou toda uma existência a colecionar apetrechos silvícolas em pedra e madeira, desenterrados por ele próprio em Remanso, Pilão Arcado e São Raimundo Nonato, para compará-los aos de tribos que ainda sobreviviam em outras regiões do país³, admitia que não apenas na mata litorânea, como queria Ehrenreich, na época da conquista portuguesa a Bahia era povoada por tribos bem conhecidas e nada inferiores, que se espalhavam até o São Francisco. Chegando ao médio e alto São Francisco, os primeiros colonizadores lá encontraram, além dos Amoipiras, os Massacará, os Pontás e os Aracujás, tribos Gês que ainda hoje subsistem nos traços fisionômicos dos caboclos das fazendas e carnaubais da região. Os fabulosos

-
1. VILANOVA SEGURA, Pe. TURÍBIO — *Bom Jesus da Lapa — Resenha Histórica*, p. 22.
 2. REGO, LUÍS F. DE MORAIS — *O Vale do São Francisco*, p. 148.
 3. REGO, VITAL — "Comunicação Verbal." Homem dedicado aos estudos etnográficos, o dr. Vital Rego deixou, inéditas, valiosas notas e observações sobre as primitivas populações do Vale do São Francisco.

Catiguçus, da narrativa de Navarro⁴, como os Carijós de Gabriel Soares", serão, por acaso, frutos da falta de exatidão nas informações, coisa natural numa época em que tudo no Brasil estava em embrião?

Foi com D. João III, em 1548, que cresceu a preocupação pela conquista do vale do São Francisco. Naquele ano, a Coroa lusitana recomenda a Tomé de Souza e seus homens que "entrem no São Francisco" em bergantins toldados, providos do necessário, com *linguas da terra* e pessoas de confiança". Contudo, só depois de iniciado o século XVII melhores conhecimentos sobre o vale do São Francisco fizeram com que a vasta região fosse arrancada do reino da lenda e começasse a integrar a realidade nascente da colônia.

No entanto, ao tempo em que davam início à penetração do grande vale, os colonizadores, em vez de povoarem-no, promoviam o seu despovoamento, matando o gentio que o ocupava. Plantando currais pelo ermo adentro, o explorador branco substituía por boiadas as tribos que encontrava no seu caminho. Matando ou escravizando o índio, o colonizador português, a princípio, realizou uma obra de escravização e extermínio de toda uma nação, e não de civilização de um povo. Por causa da tão propalada falta de braços para a lavoura, que em várias oportunidades iria determinar a paralisação dos engenhos do litoral, generalizou-se a caça ao silvícola, comandada quase sempre pelos próprios governadores, como é o caso do governador Luís de Brito e Almeida, que venceu e escravizou os nativos do rio Real. Como os padres se opunham à caça aos índios, os empreiteiros das expedições procuravam fazer crer que as tribos que povoavam as margens do São Francisco eram ferocíssimas. Tais expedições concor-

reram enormemente para atrasar a penetração, que os nativos, ameaçados, reagiam, devolvendo aos invasores os golpes de que eram alvo. As matanças chefiadas por Sebastião Álvares, Francisco Barbosa da Silva, Francisco de Caldas, Gaspar de Taíde e outros caçadores de índios, fizeram com que o gentio ficasse mais rebelde e inacessível, evitando, como podia, qualquer contato com os civilizadores, que, ao invés de civilizarem, escravizavam. A gente de Pernambuco e Bahia, a quem se deve realmente a conquista do São Francisco, inicialmente agiu como horda inimiga, arrasando o silvícola desprevenido. Ale-

4. VARNHAGEN — *História do Brasil*, 4ª ed. São Paulo, 1948, p. 309.

5. SOUZA, GABRIEL SOARES DE — *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, p. 113.

6. PROENÇA, M. CAVALCANTE — *Ribeira do São Francisco*, p. 46.

gando tratar-se de seres muito ferozes, procuravam obter a tolerância dos padres para as suas entradas, cujo objetivo era mais o apresamento de escravos (que eram vendidos a dois cruzados por cabeça), do que o desbravamento da terra desconhecida. Todavia, com todos os seus defeitos e erros, é a tais caçadores de índios que se deve a penetração nas terras do vale são-franciscano.

A primeira Carta Régia que estabelece o direito de escravização dos aborígenes é de 1570, mas, antes mesmo da autorização da Metrópole, já em 1543 e 1550 os homens de Duarte Coelho rasgavam o São Francisco na perseguição de índios para a escravidão. Penedo, no baixo São Francisco, já em 1560 era grande centro de convergência do mercado de índios escravos. Como acertadamente salienta um dos melhores estudiosos do assunto⁷, “não eram passados ainda trinta anos do início da ocupação efetiva do Brasil” e já “a escravidão dos índios se generalizara e instituíra firmemente em toda parte”, selvageria política que os padres condenavam e os oficiais da Câmara da Bahia advogavam com ardor⁸.

É o caso, porém, de perguntarmos: seria possível a penetração e colonização da imensa terra brasileira, sem a escravização do braço selvagem? Se a colônia era muito longe, e, na Europa, com exceção dos portugueses, ninguém confiava muito no seu futuro, onde mobilizar braços para o seu desbravamento, se não entre os nativos? A mentalidade do século das descobertas era tão dominada pelo espírito de aventura, pela ânsia do ganho fácil, que Américo Vespúcio, dando o seu depoimento sobre o que viu no Novo Mundo, disse apenas: “Não tem nada que se aproveite.” Num século de delírio de conquistas e riquezas, em que a Índia fascinava a todos com os seus tesouros e os seus mistérios, era natural que houvesse um certo pessimismo quanto às perspectivas econômicas do Brasil. Apenas Portugal confiava e, assim mesmo, desconfiado. Daí a dificuldade de braços para a conquista da nova colônia. Nação pouco populosa, Portugal ressentia-se da escassez de homens para a concretização do programa de expansão do seu império colonial. Não contando com densidade demográfica capaz de garantir o êxito de uma empresa da proporção da conquista e colonização de um território vasto como o brasileiro, Portugal teria de lançar mão do odioso recurso da escravização dos primitivos habitan-

7. PRADO JÚNIOR, CAIO — *História Econômica do Brasil*, p. 43.

8. Documentos Históricos do Arquivo Mundial — *Cartas do Senado (1638-1673)*, 1º volume, p. 81 — Prefeitura do Salvador.

tes da terra cobiçada, e só não persistiu nele por ser o índio rebelde e, além disso, muito suscetível de contrair as moléstias comuns aos brancos. Viram-se, então, os portugueses, obrigados a suprir a deficiência do braço aborígine, com o trabalho escravo do negro, mandado buscar da África. Portugal, na época de suas conquistas, não contava senão com “trezentos mil adultos do sexo masculino”, e “destes, um décimo, os mais vigorosos, os melhores, os mais destemidos, já seguiram para bordo e, desse décimo, nove décimos já pereceram no mar, em combates e em doenças”⁹.

Vem desse déficit populacional a necessidade de explorar o trabalho escravo. Na sua ânsia de perpetuação, Portugal procurava desdobrar-se nos povos que subjugava, daí a promiscuidade sexual entre português e índio e, mais tarde, entre portugueses e pretos. Os primeiros povoadores do vale do São Francisco, cruzando com as nativas, numa época em que o elemento negro ainda não estava nas cogitações dos colonizadores lusos, criaram às margens do grande rio uma raça de mestiços fortes. Mesmo depois de iniciado o tráfico de negros para o Brasil, continuou sendo raro, no São Francisco, o elemento africano, mais utilizado nos engenhos do litoral e nas fazendas do Sul. A utilização generalizada do escravo negro encontraria as primeiras feitorias do São Francisco entregues a portugueses e mamelucos sem recursos para comprar os cativos de procedência africana — daí o braço negro ter chegado lá com muito atraso e em proporções irrelevantes. Servindo de caminho para os homens de Garcia d'Ávila, Francisco Caldas e Antônio Guedes de Brito, o São Francisco, durante os primeiros séculos da devastação, foi o cadinho em que se fez a experiência racial que enriqueceu a nossa paisagem humana com o caibra-vaqueiro, exemplar magnífico de uma “raça de curibocas puros quase sem mescla de sangue africano”¹⁰, sem dúvida o tipo mais rico em características pessoais entre os vários grupos raciais que vieram a surgir no Brasil. O sertanejo são-franciscano, com sua pele brônzea, seus olhos oblíquos, é o mais autêntico representante dos primeiros cruzamentos na terra recém-descoberta. É ele o mais velho exemplar humano no concerto das raças e sub-raças que povoam o país. Menos acessível à penetração das novas levas de estrangeiros, o São Francisco, nos últimos dois séculos, tem permanecido quase sem alteração no seu quadro racial. As velhas famílias portuguesas, que ali se radicaram,

9. ZWEIG, STEFAN — *Brasil País do Futuro*, p. 31.

10. CUNHA, EUCLIDES DA — *Os Serões*, p. 99.

casando entre si os seus descendentes, continuam quase as mesmas dos tempos dos senhores da Torre e da Ponte. As famílias plebéias, por sua vez, imitando o exemplo dos que eram considerados nobres, ou que pelo menos assim se presumiam, conservaram sua linha inicial, raramente se misturando com os adventícios. A menos que o recém-chegado seja rico, ou descenda de velhas e influentes famílias do Estado, não conseguirá casamento numas das antigas famílias da zona, mesmo nas de origens mais humildes. Os chamados nobres pelo sangue são poucos por lá. A nobreza, ali, é outra. A antiguidade é que dá nobreza, por aqueles ermos. Mesmo empobrecidas, as famílias da antiga burguesia rural, hoje tão decadente quanto a duvidosa aristocracia dos barões municipais dos dois impérios, não perdem o orgulho antigo. Os França Antunes, os Guerreiro, os Gonçalves, os Setúbal, os Borges de Medeiros, os Teixeira da Rocha, os Mariano, os Castelo, os Medrado, os Mariani, os Torres, são velhas árvores até hoje frondosas na genealogia beiradeira, e que têm suas raízes nas terras da ribeira do São Francisco. As grandes famílias proprietárias de terra descendem quase todas dos primeiros povoadores. Quem conhece o São Francisco se familiariza com os traços clássicos de sua “gente melhor”, traços que lembram a fisionomia do português altaneiro da época das conquistas. Na margem do rio, nem tanto; mas, nas caatingas e brejos interiores, o próprio camponês anônimo e sem linhagem guarda os traços fisionômicos da gente antiga que povoou o vale. Nas cidades ribeirinhas ainda podem ser encontrados alguns negros. Nas aldeias do interior dos municípios, porém, o elemento negro é praticamente nulo. O camponês das caatingas distantes e dos brejos remotos é quase sempre branco, ou puxado a branco, cabelos avermelhados, nariz e lábios de construção maciça. Quando não é assim, é acaboclado, olhos oblíquos, lábios grossos, cabelos lisos, exibindo em tudo a predominância do sangue indígena.

Se o povoamento do vale foi feito lentamente, mais lentamente vem sendo feito o cruzamento dos velhos descendentes dos primeiros povoadores com os elementos novos de outras raças, que ali chegam do litoral. Os velhos troncos das antigas famílias resistem ao tempo. Uma raça forte, nascida, no dizer de Euclides, “de um amplexo feroz de vitoriosos e vencidos”, isto é, do português dominador e do índio dominado, não quer abrir mão do direito secular de ser a primeira no vale, de ter sob o seu poder a posse de todas as riquezas da terra. Daí a resistência ao cruzamento com outras raças, resistência hoje sutil, quase imperceptível, mas ainda ferrenha, inquebrantável. Uma família

adventícia, se bem que em muitos casos nem o percebe, encontra ainda as maiores dificuldades para vencer numa das velhas cidades da margem do rio ou numa das aldeias interiores. Mesmo entre ribeirinhos, a ambiência não se modifica: se uma família de Remanso transferir sua residência para Barra do Rio Grande, por exemplo, embora lhe seja dispensado um tratamento lhano, condizente com os melhores preceitos da hospitalidade, o certo é que, independente da vontade dos da terra, uma prevenção vigilante, embora disfarçada, é estendida em volta dos recém-chegados. A localidade da ribeira onde, talvez, seja mais difícil a um adventício viver é Pilão Arcado, sem dúvida um dos mais antigos núcleos humanos do vale.

Na tenaz resistência a infiltração de elementos novos na sua vida, está o principal fator da conservação dos atributos ancestrais das sub-raças que ali se enquistaram, mas também pode ser surpreendido o motivo mais provável do seu atraso material. As velhas famílias, tanto as endinheiradas como as que vivem do trabalho do campo, desconfiando dos elementos de fora, vivem ensimesmadas, sofrendo sozinhas, sem dividir com ninguém tanto as glórias passadas como as dificuldades presentes. Como observou Euclides,

“fora longo traçar-lhe a evolução do caráter. Caldeadas a índole aventureira do colono e a impulsividade do indígena, tiveram, ulteriormente, o cultivo do próprio meio que lhes propiciou, pelo insulamento, a conservação dos atributos e hábitos avoengos, ligeiramente modificados apenas consoante às novas exigências da vida”.¹¹

Seria proveitoso, para o futuro do vale, uma nova penetração, uma nova conquista do São Francisco, desta vez pelos próprios brasileiros. A escassez da população, a exigüidade de recursos financeiros, retardam ali a marcha do progresso. Urge atrair para o São Francisco novas famílias, braços fortes para o trabalho e capitais novos, dinheiro muito, nacional ou estrangeiro. Que novas bandeiras subam e desçam a correnteza barrenta, que novos bandeirantes rasguem as caatingas, pisando sobre os rastros inapagáveis dos Dias Adorno, Sebastião Álvares e Nunes Viana, que, levados por esta ou aquela ambição, ajudaram o Brasil a nascer e o fizeram crescer dentro de um mundo novo que surgia, sentindo nos músculos, como dizia o Poeta, a seiva do porvir.

11. CUNHA, EUCLIDES DA — *Os Sertões*, pp. 99 e 100.

O São Francisco precisa ser redescoberto. O exemplo dos bravos que, descendo o rio nas costas das canoas improvisadas ou subindo-o no coice das boiadas lentas, na aurora da Colônia, conquistaram o vale, deve servir de incentivo às novas gerações, na luta pela reconquista do São Francisco, que continua com suas energias perdidas e suas terras despovoadas, como no tempo em que ainda era lícito sonhar com as esmeraldas, verdes como os cabelos da Mãe-d'Água e faiscantes como o corpo dourado da Cobra-Grande da lenda nativa. Hoje não estamos muito menos longe de conhecer o São Francisco do que os reinóis que ficavam, como na frase consagrada do Frei Vicente, a arranhar o litoral como caranguejos. Mesmo os que vivem no vale continuam a desconhecê-lo. Mas já é tempo de rasgar o véu que mantém escondida a realidade desse mundo desconhecido, que, um dia, e isto não se nos afigura tão remoto, atrairá sobre si as atenções dos cinco continentes.

A FORMAÇÃO DOS LATIFÚNDIOS

Será repisar num truísmo lembrar que a Coroa portuguesa pouco fez pela efetiva conquista e desenvolvimento da Colônia. A sua função era meramente fiscal. Os colonos, os bravos e aventurecos cidadãos lusitanos, agarrados quase que a dente de cachorro, ou enganados por promessas fantasiosas para virem construir o Brasil, aqui chegados, ficavam entregues à própria sorte, gastando do bolso o necessário para as despesas essenciais ao progresso dos trabalhos de penetração do imenso território. Os portugueses que para cá eram mandados, como donatários das capitânicas, ou o que mais fossem, nem sempre tinham o dinheiro suficiente para fazer face à pesada empresa. Nem a terra lhes era dada, de fato, por só lhes caber “uma parte do usufruto”, como acentua Rocha Pombo¹². Portugal, que até 1500 era um império, na época da penetração efetiva da terra brasileira estava em decadência, de maneira que o Estado não podia realizar a colonização. Entregando a capitalistas mais ou menos aventureiros a obra da colonização, a Coroa portuguesa reservou para si apenas os direitos de soberania, inaugurando, retardatariamente, na América, uma sociedade feudal, quando o feudalismo estava praticamente abolido no resto do mundo, e anos depois seria virtualmente banido da face da terra pelo gênio político de Richelieu. Como a empresa continuasse sem progre-

12. POMBO, ROCHA — *História do Brasil*, p. 58.

dir, a Coroa procurou inocular sangue novo nas capitânicas, pondo em execução uma vasta política de doação de terras. Começam, com essas doações, os latifúndios, cuja formação marca o início da conquista do ermo.

A formação dos latifúndios, no Brasil, obedeceu assim a um imperativo de ordem administrativa. O domínio holandês atrasou por alguns anos, em Pernambuco, a política latifundista da Coroa, retardando por conseguinte o povoamento do vale. As concessões de sesmarias, nas margens do São Francisco, vinham sendo feitas muito antes de 1606, quando Tomé da Rocha Malheiro pediu, para si, terras ribeirinhas ao capitão-mor de Sergipe. Mas foi depois da expulsão de Nassau, a quem não passou despercebida a importância do São Francisco, que se incrementaram as doações de sesmarias no vale são-franciscano. Quando os holandeses foram expulsos, o São Francisco já contava com vários latifúndios em embrião, inclusive em Sento-Sé, Salitre, Pajeú, e Sobradinho. Os holandeses capitularam em 1658, e cinco anos depois o senhor da Casa da Ponte recebia, em carta datada de 27 de agosto de 1663, e assinada pelo soberano português, a doação de enorme extensão de terras à margem direita do São Francisco. As terras doadas a Antônio Guedes de Brito, senhor da Casa da Ponte, estendiam-se do Morro do Chapéu às nascentes do Rio das Velhas. O latifúndio da Casa da Ponte buscava as terras férteis e ricas de Minas Gerais. Enquanto isto, do outro lado do rio prosseguia a marcha ininterrupta de outro poderoso latifúndio. Era o da Casa da Torre, que demandava as terras do Piauí e Ceará. Foram essas duas poderosas casas, rivais entre si, que dirigiram a fase mais ativa da conquista e povoamento do vale. A Casa da Ponte, embora mais atrasada na sua obra de expansão, desde 1652, logo antes mesmo da expulsão dos holandeses, caminhava devorando terras, povoando desertos, construindo currais, conquistando o sertão, rumo ao São Francisco. A Casa da Torre, porém, segundo as crônicas da época, desde 1573 “emendava sesmarias”, dominando as terras marginais do Jacuípe e do Itapicuru, e daí estendendo os seus domínios ao rio que os historiadores viriam a chamar de “o grande caminho da civilização”¹³. É inegável a importância dos latifúndios no povoamento do São Francisco. Graças ao ativo latifundiário da Casa da Ponte, que, associado a um irmão do Padre Antônio Vieira, desbravou a margem direita até o Morro do Bom Jesus, onde é hoje a cidade de Lapa, aí fundando a fazenda

13. RIBEIRO, JOÃO — *História do Brasil*.

Itaberaba, grandes áreas abandonadas pelo gentio perseguido foram incorporadas à Colônia. Embora se tenha tornado polêmico o conceito de terra devoluta, no médio e alto São Francisco, desde o começo do Brasil, aqueles vastos sertões estão sob o regime da propriedade privada, e, passando de dono para dono, formam as fazendas dos dias presentes. Além dos dois grandes senhores, como Garcia d'Ávila e Guedes de Brito, centenas de outros desbravadores — como Domingos Afonso Sertão e seu irmão Julião, Cosme de Brito, Jerônimo Serrão de Paiva e Paulo Viveiros Afonso¹⁴, tendo este último ficado imortalizado na grande Cachoeira que lhe guardou o nome e inspirou o maior dos nossos poetas — possuíam terras no sertão do São Francisco, no alborear dos primeiros dias do Brasil-Colônia. Muito antes das expedições feitas por Bernardo Vieira Ravasco, a mando de Antônio Guedes de Brito, Francisco Dias d'Ávila realizava incursões ao longo do São Francisco, tendo deixado, com a sua morte, grandes extensões de terra — que iam da barra do Salitre até as vizinhanças do gentio Morpará — ao seu filho, que soube continuar a sua obra, realizando entradas e requerendo sesmarias. A manutenção desses latifúndios, naqueles tempos, era trabalho para titãs. A indiada, em constantes sortidas contra os currais, os agregados (nativos ou portugueses) em freqüentes rebeliões, transformavam a vida daqueles retardados senhores feudais em ininterrupta e permanente guerra, ora tendo eles de oferecer combate a índios selvagens ou servos amotinados, ora sendo forçados a enfrentar as casas rivais, cuja fome de terra não era menor. Para aumentar a crueza da vida dos-pioneiros do latifúndio no vale, surgiu, com a adoção do braço escravo vindo da África, a ameaça dos quilombolas, negros rebeldes, que fugindo ao cativeiro no litoral, tentavam organizar, nas brenhas, reinos e repúblicas ao seu jeito. Mas, mesmo na luta contra o “perigo negro”, os pioneiros e criadores do vale iriam encontrar uma fonte de renda a mais. Como é sabido, os sertanistas podiam vender os negros que aprisionassem nos quilombos. E não foi só Jorge Velho que fez disto uma indústria rendosa.

A marcha dos latifúndios através do vale foi profunda: pela margem esquerda (a pernambucana), os rebanhos entraram até o vale do Paracatu, e, pela margem direita (a da Bahia), atingiram o rio das Velhas. Graças à formação desses grandes latifúndios, pôde ser mantida a unidade territorial da Colônia, com a criação dos caminhos internos, que, convergindo para o vale do São Francisco, rasgaram

14. CALMON, PEDRO — *A Conquista. História das Bandeiras Baianas.*

acesso a Goiás, Piauí e Minas. A expansão dos latifúndios trouxe, como era natural, a identificação dos povoadores com a natureza, transmutando-os de portugueses em brasileiros — brasileiros pela moradia, pela alimentação, pelos vestuários, pelos hábitos novos que iam adquirindo ou criando. Aqueles homens ávidos de terra, embrenhados no vale com as suas boiadas, perdiam inteiramente suas características de europeus, e a própria estrutura social que pretendiam transplantar de Portugal para a terra bárbara sofria a influência do meio geográfico. O ambiente que os cercava, poderoso e absorvente, terminou por imprimir características próprias, originais, aos agrupamentos humanos com que eles iam mosqueando o sertão. Portugal ficara na costa, caranguejando nos aldeamentos litorâneos, ouvindo os sermões de Vieira, cantando a missa na Sé. Ali, naquele mundo sem fim de águas barrentas e cachoeiras bravias, o que existia já era o Brasil, contraditório e violento, dando largas ao seu anseio de crescimento. O ajustamento daqueles homens de além-mar ao meio hostil constituiu mais um milagre dos muitos que, somados, redundariam no grande milagre conhecido como *civilização brasileira*. Dada a deficiência em material humano a que estava sujeito Portugal, e levando em conta mesmo a imprevidência portuguesa e a falta de planos para a colonização, somos levados a concluir que a conquista do Brasil e a ocupação efetiva do seu imenso território constituem um milagre impossível de ser explicado. O português, mesmo lentamente, realizou no Brasil, a despeito de sua pobreza de recursos materiais e humanos, o que os ingleses, com ouro em abundância e gente em superioridade numérica e em melhores condições físicas e morais, não conseguiram na América. É importante não esquecer o fato de os colonos portugueses aqui lutarem por sua própria conta e risco, quase sem nenhuma ajuda da Metrópole, que levou muito tempo a considerar a jovem colônia como um local de suplício para os de vida má. Quando se tiver que falar do português, na colonização do Brasil, deve ser com o máximo de cuidado, para não confundir os bravos e rudes desbravadores com a nefasta e inepta camarilha do Paço de Lisboa, coveiros das glórias de Portugal, mais tarde convertidos em autênticos sabotadores do progresso do Brasil. Durante séculos, esses políticos da Corte escarneceram das possibilidades do Brasil como colônia produtiva e, quando se convenceram de que o país era rico, caíram-lhe em cima como abutres, para explorar suas riquezas naturais. Enquanto os rústicos colonos enterravam suas vidas no mato ingrato e feio, para dar vida a uma nação, os berloquins da Corte só pensavam no ouro

e nas pedras preciosas, deixando os broncos desbravadores que se embrenhavam na terra inóspita entregues à própria sorte. E, se ainda lhes davam as tais sesmarias, era porque as léguas e léguas de terra virgem não valiam nada aos seus olhos de cortesãos balofos, dilapidadores do patrimônio dos reis mortos. Desprezados pela Metrópole no sertão sem fim, como os retratou Gilberto Freyre¹⁵ ao escrever que “o português se tem perpetuado, dissolvendo-se sempre noutros povos a ponto de parecer ir perder-se nos sangues e nas culturas estranhas”. Distanciados do chão pátrio, perdidos na terra imensa, sentiam-se cada vez mais livres dos laços que os ligavam à Europa, ao tempo em que viam aumentar dentro de si o amor à pátria que iam criando para os seus filhos mestiços. O vinho, o pão de trigo, quando chegavam às fazendas do vale longínquo, eram tão deteriorados quanto as leis da Coroa, daí terem eles de incorporar à sua culinária a mandioca, o milho, o caju, o jenipapo e o maracujá, que, “adaptados a velhas receitas portuguesas e africanas”¹⁶ transformavam-se em farinha, cuscuz, doce, beiju, licor e vinho. Mas não era só a cozinha que eles organizavam com o que a terra dava, pois também as suas leis eram feitas sob a inspiração e influência do meio. Das leis da Coroa, apenas o fisco estava realmente presente naquele anfiteatro de grandezas super-humanas. A rude civilização agropastoril que nascia no vale, sob o regime dos latifúndios, ela própria aconselhava as leis que deviam ser postas em prática, leis que não eram escritas, mas que todos respeitavam. As convenções por eles erigidas em código, ninguém ousava violá-las. Assim é que vemos, contendo a fome de terra dos sesmeiros e entre um latifúndio e outro, uma légua de terra sem dono, comum, os “sobrados”, ali interposta para evitar questões de limites. Nessas terras de ninguém, os rebanhos pastavam misturados. Contidas pelos “sobrados”, as “estremas” das fazendas eram invioláveis. As leis do ermo eram simples, mas drásticas. Um outro preceito legal, naquelas terras e naqueles tempos, era, por exemplo, a obrigatoriedade da luta no caso de perigo comum, como os assaltos dos bugres ou de animais ferozes.

Com o passar do tempo, aquelas primitivas sesmarias se foram transformando, multiplicando-se em centenas de fazendas menores, muitas vezes constituídas apenas de uma capineira cercada e o curral

15. FREYRE, GILBERTO — *Uma Cultura Ameaçada: a Luso-brasileira*. Ed. da Casa do Estudante do Brasil, 1943.

16. *Id. ibid.*

colado à casa do proprietário. Com o rolar dos anos, os descendentes dos sesmeiros com as índias se foram misturando com as filhas dos vaqueiros, igualmente mestiças, e se fizeram também vaqueiros. As antigas fazendas dos papa-léguas coloniais foram sendo retalhadas entre centenas de herdeiros, e hoje são os sítios e fazendas da ribeira e das caatingas interiores do São Francisco. Uma ou outra família conseguiu manter em proporções menos ridículas a extensão de suas terras. As velhas fazendas construídas pelos pioneiros estão hoje sob o regime do condomínio, contando cada condomínio com quarenta ou mais condôminos. As fazendas maiores são as mais recentes, construídas de pequenas fazendas compradas de vários herdeiros, que, emendadas umas às outras, formam as atuais soltas para engorda ou, o que é mais comum, são deixadas no abandono, improdutivas, a menos que haja carnaubeiras dentro dos seus limites, o que, porém, só acontece nos tabuleiros. As fazendas de maior proporção, no São Francisco, hoje, contam no máximo com quatro léguas de extensão, que representam dez ou vinte mil hectares.

E não é de hoje a decadência do latifúndio no São Francisco. Já em 1832, a condessa da Ponte, residente no Rio, dava procuração ao Sr. Francisco Antônio Malheiros para vender suas propriedades vizinhas à cidade da Lapa. Antes disso, ou seja, em 1831, o Cap. Plácido de Souza Fagundes comprava aos Srs. Manoel de Saldanha da Gama, Melo Torres de Guedes de Brito e à sua mulher, Dona Joaquina Castelo Branco, em Londres, as terras e benfeitorias de parte da mesma fazenda, a famosa Itaberaba, da Casa da Ponte. Para que se tenha uma visão da decadência do latifúndio basta compulsar velhos inventários existentes no Cartório dos Feitos Cíveis de Pilão Arcado, nos quais uma mesma fazenda sesmeira da Casa da Torre, já em 1830, aparece retalhada entre aproximadamente mil condôminos. Trata-se da fazenda Gado Bravo, já no século XVIII dividida em duas. Para chegarmos a esses inventários, tivemos de recorrer a vários arquivos particulares, pois, devido às lutas entre famílias rivais e às constantes inundações do São Francisco, os cartórios das cidades ribeirinhas estão reduzidos à mais constrangedora inutilidade. Por isto, poucos documentos existem para orientar as incursões do curioso nos assuntos históricos que se proponha a conhecer fatos relacionados com a formação dos latifúndios no São Francisco. Mas consta — e a tradição oral aí está para nos ajudar — que, na sua marcha para atingir o Piauí, Garcia d'Ávila construiu uma base de abastecimento na altura de Santo Antônio de Pilão Arcado, onde fez construir vários currais

e ordenou a exploração de umas salinas vizinhas. Aí abarracou-se Domingos Rodrigues de Carvalho, aumentando os seus próprios rebanhos e os da Casa da Torre. A decadência da mineração e a mudança do governo geral para o Rio de Janeiro determinaram um novo e mais demorado período de abandono, na penetração do vale, daí os últimos prepostos da Casa da Torre, portugueses que teimaram em ficar aferrados à terra, terem resolvido deixar à mercê dos vaqueiros, na sua maioria mamelucos, as fazendas que haviam ali construído. Entre os que desistiram da empresa estava Domingos Rodrigues de Carvalho. Os seus descendentes, porém, sem dúvida mestiços, ficaram senhores de muitas terras do lado da Casa de Garcia d'Ávila, inclusive as da fazenda Gado Bravo, que se estendiam por boa faixa de terra que viria a formar o município de Pilão Arcado. Mas, já em 1830, esse latifúndio estava pintalgado de várias pequenas propriedades. É dessa época o documento que segue, pelo qual declara um possível descendente de Domingos Rodrigues de Carvalho:

“Eu abaixo assinado declaro que sou possuidor de duas posses de terra na fazenda Gado Bravo, nesta freguesia de Santo Antônio de Pilão Arcado, Província da Bahia, que as houve por legítima de meus finados pais, Vicente Rodrigues Setúbal e D. Teobalda Teixeira da Rocha, como consta do respectivo inventário, cujas posses de terra as possuo em comum com outros condonos da referida fazenda, sendo sua extensão territorial de três léguas de comprimento pouco mais ou menos, e na margem do rio São Francisco, de sul a norte, de largura de nascente ao poente ignoro; estrema para o lado do sul com a fazenda Taquari, no lugar denominado Piaumirim, ao lado do norte com as fazendas Passagem, Cruz e Pindoba¹⁷, a saber, com a primeira no lugar denominado Capivara, com a segunda no lugar Ipoeira, e com a última no Capão do Pau-d'Arco, para o nascente com a margem do rio São Francisco e para o poente com a fazenda Gameleira onde prometia a rezão, sendo as confinanças da referida fazenda, em virtude de convenções particulares de seus primeiros possuidores. E por ser de lei mandei fazer a presente declaração em duplicata em que só me assino, uma

17. Segundo outros documentos encontrados no cartório de Pilão Arcado, as fazendas Cruz e Pindoba faziam parte da Gado Bravo.

das quais submeto ao registro das terras dentro do devido prazo.”

Como vemos, há mais de um século os velhos latifúndios da ribeira estavam repartidos entre um sem-número de pequenos proprietários. Os antigos vaqueiros e moços de tropa, camaradas e guardacostas dos pioneiros, tendo ficado no vale, onde haviam constituído família, depois que os seus superiores partiam de volta, dividiram entre si e entre os seus, com o consentimento dos antigos senhores, as amplas sesmarias concedidas pela Coroa. Com a formação dos latifúndios, o vale começara a ser conquistado para a civilização, mas logo que os latifúndios foram abandonados¹⁸ pelos seus fundadores, vastidões banhadas pelo grande rio entraram em declínio no nascedouro.

Durante mais de um século, o São Francisco permaneceria esquecido pelos dirigentes da Colônia, isolado do resto do país, retardando o próprio progresso da obra de colonização. Com o abandono dos latifúndios por parte dos descendentes dos desbravadores, e com o encerramento do ciclo glorioso da aventura da penetração, em vez de uma civilização de titãs fundou-se no São Francisco uma subsociedade de vencidos. Os portugueses mais rotineiros que por lá se deixaram ficar, bem como os descendentes dos primeiros cruzamentos dos pioneiros com índias, mal tinham recursos para manter as suas fazendas de gado aclimatado. O vale deixava de ser teatro das grandes marchas desbravadoras para se converter numa monótona coletividade de vaqueiros empobrecidos pela falta de mercado para os seus rebanhos, míseros rebanhos que se atrofiavam por falta de cruzamento com raças mais puras ou mais novas.

As velhas fazendas, muitas vezes de extensão territorial superior à da França, jaziam abandonadas e iam aos poucos sendo desmembra-

18. PROENÇA, M. CAVALCANTI — *Ribeira do São Francisco*, p. 97. Diz este autor: "(...) a gente da Casa da Ponte, já em Portugal, mandava liquidar as propriedades do vale do São Francisco; os descendentes de Garcia d'Ávila não voltam mais ao sertão e, para maior decepção nossa, Domingos Afonso Sertão, aquele português fagueiro que começou pastoreando gado em terras arrendadas na beira do São Francisco termina os seus dias na Capital da Bahia em casa de sobrado, com escravaria e casas de aluguel, emprestando dinheiro a juros. Não era mais vaqueiro; dormia agora em leito com cortinado e sobrecéu de damasco, em quarto com reposteiros nas janelas, cadeiras altas, espelhos e bufetes".

das em roçados e capineiras, quando não ficavam de todo abandonadas. Mal começara o povoamento do vale, com a formação dos latifúndios que dariam início à ocupação definitiva da região, eis que o eixo da colonização é deslocado para o Sul, ficando o São Francisco fora da esfera do interesse da Metrópole — logo, igualmente fora dos cuidados do governo. A conquista do São Francisco, que tivera início em 1543, sofrendo através dos séculos várias interrupções, entrou a desinteressar aos responsáveis pela Colônia em 1763, por coincidência na mesma época em que a sede do governo geral era mudada para o Rio de Janeiro. Assim é que, inteiramente ilhados dentro do sertão sem dono, aqueles homens que procediam da Bahia, de Pernambuco, de São Paulo e até de Goiás¹⁹, perdiam contato com o resto do mundo para se tornarem apenas são-franciscanos²⁰. Os erros da política colonial, com o fracasso das capitanias hereditárias²¹ e a falta de continuidade administrativa dos governadores gerais, provocaram o isolamento em que o vale do São Francisco se encontra praticamente até hoje. Dos velhos troncos portugueses ali replantados de mistura com o elemento natural, o índio, originou-se uma raça que se tornaria mais rija e viril com o isolamento a que seria submetida. De 1543 até meados do século XVIII, com vários estágios e retardamentos, desenvolveu-se com certa morosidade o povoamento do São Francisco e, com a mesma morosidade, o progressivo conhecimento de suas riquezas. Mas o que tinha começado errado não podia dar bom resultado. O erro inicial foi pretender fazer do São Francisco um celeiro agropecuário, quando as condições do clima e a natureza do solo não eram favoráveis a semelhante empreendimento. Embora haja abundância de água nesse rio enorme, a verdade é que a escassez de chuvas anula a bênção das águas correntes. As terras marginais, os alagadiços e as ilhas, constituem a melhor porção do seu chão e a menos hostil à pecuária e à agricultura. Reconhecendo tarde que o vale não servia para a criação de gado, convencidos de que as minas à flor da terra e as esmeraldas fáceis não passavam de excesso de entusiasmo, natural numa era de sonhos arrebatadores, os empreiteiros da colonização não tinham de fato outro caminho a seguir senão o de deslocar o eixo das suas explorações e pesquisas para outras regiões. Os que ambicionavam riquezas fáceis e lucros imediatos deixaram o vale, só ficando lá os que se haviam habituado à rotina da “ferra” e da “apartação”,

19. REGO, LUÍS FLORES DE MORAIS — *O Vale do São Francisco*, p. 168.

20. ABREU, CAPISTRANO DE — *Caminhos Antigos*.

21. VIANA, HÉLIO — *Formação Brasileira*, p. 97.

condenados a uma vida frugal e miserável. Mudado o governo geral para o Rio de Janeiro, o São Francisco perdeu a sua importância de "grande caminho", pois o comércio das Minas Gerais voltava-se para o mar, utilizando-se, para atingir a nova capital, o novo caminho aberto por Garcia Pais. Tudo isto, como era natural, tinha de refletir mortalmente na economia dos criadores, que, reduzida à rotina dos currais, definhava no isolamento do vale abandonado. E é justamente aqui que começa a epopéia do homem são-franciscano, perdido no ermo, brutalizando-se para sobreviver numa terra brava, sem Deus nem lei. Abandonado à sua própria sorte, o curiboca nascido do cruzamento do colono escravocrata com a índia escrava, para não perecer na solidão da caatinga desértica, criou sua própria maneira de viver, e sobreviveu, fazendo subsistir entre cardos e escarpas uma sociedade de espoliados, que, até hoje, lá está desafiando o espírito público e o patriotismo dos nossos possíveis estadistas.

A SERVIDÃO NO DESERTO

Aquela humanidade rude, filha do amplexo feroz de duas raças rivais que se odiaram²², plasmada nos rigores de um clima hostil, de repente sentiu-se atirada no insulamento de um deserto sem portas de saída. A terra, imensamente vasta, era, a um só tempo, a graça e o castigo para aquela gente feita de suor nas canseiras da penetração improfícua, do desbravamento inútil. Sós, perdidamente sós, aqueles homens construía, inconscientemente, sem plano e sem esperanças, uma civilização à parte, uma sociedade de proscritos econômicos dentro do deserto cinzento. O sol e o rio constituía os elementos de riqueza e miséria da zona insulada pela distância. Com a falta de chuva, o sol se torna abrasador, queimando tudo, matando os pastos e as plantações. Era então que o rio socorria o homem escravo, atenuando os horrores da seca com a bênção das suas águas fartas, inesgotáveis. Dos currais do centro, as boiadas desciam para ribeira dadivosa. O caatingueiro magro vinha matar a sua sede e a sede das suas vacas no barranco. Mas no barranco não havia, como ainda não há, segurança para a criação. Naqueles remotos tempos, a margem do rio fervilhava de cobras venenosas e jacarés daninhos ao gado. E, se fosse só isto, ainda seria bom. Na margem do rio os rebanhos ficavam, como ainda ficam, à mercê das cheias, das inundações, daí o vaqueiro só trazer

22. CUNHA, EUCLIDES DA — *Op. cit.*

seu gado para a beirada nas épocas das grandes secas. Indo e vindo da beira para a caatinga, na trágica sucessão das secas e das inundações, o são-franciscano plasmou sua ténpera na mais dura luta. Quando estala o estio, na inclemente tirania do sol, vaqueiros e rebanhos fogem da caatinga larga para a estreita faixa de terra da ribeira, buscando o refrigério das águas abençoadas do rio. Mas eis que a estiagem passa e chegam as chuvas. Então, o flagelo não é menor. Os aguaceiros que caem nas cabeceiras do rio fazem o lençol das águas engrossar, subindo os barrancos, invadindo as caatingas, dominador e feroz. Diante do espetáculo impressionante das cheias, estes versos de Castro Alves exprimem bem a realidade.

“Do São Francisco a soberana vaga
Léguas e léguas triunfante alaga!”

As chuvas, geralmente, começam nos primeiros dias de novembro. Em dois dias o nível do rio sobe de dois até quatro metros com uma rapidez espantosa.

A enchente é quase sempre uma festa para os olhos, embora também quase sempre se transforme numa calamidade. De qualquer forma, cheia grande ou inundação geral, o certo é que, quando as águas começam a subir as muralhas arenosas dos barrancos escarpados, os rebanhos dos pastos próximos às margens são retirados “para fora”, isto é, para a caatinga, pois nunca se sabe quando a enchente vai ser normal, nem quando se transformará em inundação. As inundações, se bem que espaçadas, deixam marcas indeléveis na terra e no homem. As maiores enchentes de que se tem notícia, no século XX, foram as de 1906 e 1926. A inundação de 1945, a despeito do alarido da imprensa, não foi igual às duas anteriores. Segundo a crônica regional, a de 1926 foi menor que a de 1906, o que, até certo ponto, confirma a tese de Geraldo Rocha sobre uma possível obstrução da navegação fluvial, ali, num futuro não muito remoto. Mas isto é assunto para outro capítulo, no qual trataremos da navegabilidade do São Francisco e dos atentados contra ela, cometidos sob os auspícios do governo.

Largado no ermo, o homem acabou presa da mais extrema pobreza. Desde que o interesse dos colonizadores deslocou-se do Norte para o Sul, o vale ficou entregue ao seu próprio destino, tendo os seus habitantes de enfrentar sozinhos os problemas diários da subsistência. As aperturas da vida nivelaram a todos, havendo pouca dife-

rença, no comportamento, nas vestes e na alimentação, entre os raros descendentes de nobres portugueses e os mamelucos sem nome de família. Todos eram vaqueiros. Todos vestiam o mesmo gibão de couro, moravam nas mesmas casas de taipa, comiam a mesma carne-seca com farinha grossa e rapadura salobra. Só em meados do século XIX é que um vago sentimento de conforto seria surpreendido entre as famílias menos pobres, com parentes bem-situados na Corte. Mas as visitas desses parentes à zona de origem eram pouco frequentes. Até hoje ainda há, no vale, muitos fazendeiros mais ou menos ricos, descendentes das velhas famílias dos povoadores, que vivem uma existência miserável (apesar do dinheiro amealhado durante séculos de privações), dormindo em camas de couro, que não passam, na realidade, de jiraus estilizados. O desconforto é uma herança no vale, mesmo entre aqueles cujos antepassados se serviam, na diária, de pratos de Macau para comer sua carne-seca com farofa de gordura.

O regime de servidão, no tempo da Colônia, era um só, tanto para vaqueiros como para fazendeiros. Insulados no deserto enorme, os são-franciscanos, durante séculos a fio, foram relegados a uma vida mesquinha, mal produzindo o suficiente para se bastarem a si mesmos. Ainda em nossos dias a situação quase não mudou. Com um sistema de transporte mais que deficiente, as populações da ribeira se vêm na contingência de produzir pouco para que os seus prejuízos não sejam grandes. Os navios das várias empresas de navegação fluvial, por força das péssimas condições da navegabilidade, quase só servem para o transporte de passageiros, tão rasos são os seus porões. Esses navios rasos quase sempre rebocam batelões um pouco menos rasos, usados para transporte de carga. Se hoje, quando a civilização deu ao homem o domínio da estratosfera, o são-franciscano ainda se arrasta no mais triste estado de indigência coletiva, imaginemos o que não seria sua vida naqueles tempos de isolamento total determinado pela mudança da rota dos colonizadores.

Da época do abandono do vale pelos exploradores brancos até a formação dos primeiros aldeamentos, a vida ali se limitava às fazendas, onde proprietários e agregados se confundiam no mesmo pauperismo anônimo e sem remédio. As roças das vazantes produziam o essencial para a alimentação do pequeno aglomerado humano de cada fazenda. Do algodão plantado no fundo da casa eram fiadas as roupas dos patrões e dos empregados. O dinheiro era quase uma miragem. Pou-

quíssimos o possuíam. Os patações azinhavrados fediam na inutilidade bolorenta dos fundos das velhas arcas de couro.

Quando foi levantado o bloqueio e novos contatos lentamente foram sendo estabelecidos entre o vale e o litoral, as primeiras vilas foram surgindo, aos poucos, das malhadas das fazendas mais prósperas da margem do rio. A Independência já encontrou a zona cheia de pequenas vilas ao longo dos barrancos, tanto na chamada linha-tronco, como nos afluentes. Por que modos aquela gente conseguiu sobreviver e, o que é mais importante, logrou estabelecer pequenos núcleos urbanos com comércio entre si — isto é um mistério. Largados no enorme vale, aqueles homens rudes construíram com as suas próprias forças a sua própria civilização. Para isto, foi de fundamental importância a existência de chefes locais, geralmente chefes de famílias mais numerosas — logo, mais poderosas — nos vários lugarejos que iam surgindo. Isolados no ermo, para sobreviverem, aqueles homens organizaram, dentro de um sistema semifeudal, uma sociedade em que a hierarquia da força era a única hierarquia observada, e sem ela tudo teria voltado ao caos. Cada fazendeiro era o chefe da sua gente, mantinha a ordem em suas terras, dispondo da vida e dos bens (quase nada) dos seus agregados; para cada grupo de fazendas, um fazendeiro mais forte, mais valente, impunha sua autoridade como chefe. Quando as vilas surgiram, esse sistema já estava consolidado em suas bases, de maneira que, ao ser conquistada a Independência do país, o poder no vale foi entregue aos senhores que por lá já imperavam, através de várias gerações. Muito antes de 1777, ano em que uma lei portuguesa ordenava que todo português que aqui acumulasse fortuna fosse recambiado para a Metrópole com todos os seus haveres²³. Os senhores do vale eram brancos ou mestiços nascidos lá. E foram os seus descendentes que se impuseram ao governo imperial nos primeiros dias do novo regime.

E bem que eles mereciam o reconhecimento de sua autoridade por parte dos novos senhores do país. Afinal, seus maiores evitaram que o vale voltasse ao primitivo estado de selvageria, e eles próprios vinham mantendo o vale vivo, quando podiam ter debandado ou, se fossem menos fortes, perecido no abandono, mortos ou convertidos em selvagens, como o gentio que ainda os ameaçava. Aferrados com furor ao trabalho, sustentaram a pecuária e a agricultura no São

23. VASCONCELOS, SALOMÃO DE — *O Fico — Minas e os Mineiros da Independência*. São Paulo, 1937, p. 16.

Francisco, quando, ao invés de ajudá-los, os homens da Metrópole criavam toda espécie de dificuldade ao progresso da pecuária no interior da Bahia²⁴. A indústria do sal, montada desde os primórdios do desbravamento, durante as perseguições movidas aos criadores baianos, no começo do século XIX, ficou sendo o principal produto de exportação do vale, e dela vem um pálido surto de progresso que se verificou, na época, no médio São Francisco.

O sal até hoje tem grande influência na vida do vale. Não é sem razão que as comidas de lá são carregadas no sal. Até os doces são de sal. No café, pela manhã, o homem come sal, quer na carne-seca, quer no beiju de tapioca, quer na marmota²⁵ ou no cuscuz de milho. Até na sobremesa, tanto o beiradeiro como o caatingueiro e o brejeiro, comem salgado: depois das refeições, a sobremesa predileta da gente do vale é “rapadura de brejo”, um tijolo salobro, em tudo parecido com a rapadura comum. A peta, o biscoito avoador, o pé-de-galinha, o biscoito arrieiro, são todos da família da marmota, salgados e duros, como o povo que os criou.

No capítulo dos doces, a culinária são-franciscana é tradicionalista, conservadora. Os seus biscoitos e doces são saboreados há várias gerações e as receitas não variam. O primitivismo é a nota dominante na cozinha do vale. A escassez de ingredientes nas receitas de seus doces reflete a parcimônia a que o pauperismo submetia a gente ribeirinha. Não há, a rigor, uma culinária são-franciscana. Seus doces e biscoitos, modificados pela escassez de recursos, são os trazidos de Portugal, pelos colonizadores. O surubi com abóbora, o “quibebe de abóbora”, constituem os pratos mais originais da cozinha da ribeira. É grande o prestígio da abóbora na mesa beiradeira — mesa pobre, que tem na paçoca de carne-seca o seu ponto culminante. Segundo informações de senhoras das mais antigas famílias da região, a paçoca é o seu prato mais velho, vindo do tempo dos pioneiros. (Trata-se de

24. BRITO, RODRIGUES DE — *A Economia Brasileira no Alvorecer do Século XIX*, p. 64.

25. A *marmota* é um biscoito em forma de charuto, regalo da culinária ribeirinha. A receita para prepará-la é a seguinte: meio quilo de goma, uma xícara de água fervente, uma colherinha de sal e três ovos. O modo de preparar é este: põe-se a goma numa vasilha, em seguida coloca-se a água fervendo e os ovos; feito isto, amassa-se bem, até ficar com consistência de se poder enrolar em forma de charuto. Frita-se, depois numa caçarola com bastante gordura, tirando-se do fogo logo que estiver durinho. É saboroso e o seu nome ninguém sabe de onde vem.

uma comida rudimentar, feita do seguinte modo: torra-se a carne-de-sol (ou carne-seca) e se mistura com farinha, sal, cebola e pimenta-do-reino, e é levada ao pilão. É saborosíssima, especialmente com chá de cambará ou capim-santo.)

Na servidão do deserto, o beiradeiro criou o seu mundo, sua culinária simples, sua política sem mistérios, sem injunções, sem sutilezas.

A política ali, desde o tempo da Colônia, tem um sentido prático. O homem que tem o que perder, para maior garantia dos seus haveres, assume o poder político. Depois da debandada dos colonizadores, por força da ausência da autoridade da Coroa, esse poder passou a ser alcançado de forma arbitrária, pela força. O fazendeiro mais rico e mais valente assumia a liderança natural dos proprietários de terra mais próximos, tomando a si a responsabilidade de manutenção da ordem e da segurança das propriedades. Era ele quem decidia as pendências entre os fazendeiros, sempre em conflitos por causa de "estremas". Com a Independência e o estabelecimento da monarquia, muitos desses grão-senhores foram distinguidos por títulos nobiliárquicos. A maioria, porém, não foi contemplada com as honras de nobreza, ficando apenas no uso e gozo de um despotismo garantido pelas grandes distâncias que separavam o vale dos centros de civilização. Foi assim que surgiram no cenário político da região as figuras hoje lendárias daqueles "brigadores", "capitães" e "coronéis", que parecem saídos das páginas dos romances de cavalaria. Homens telúricos, frutos amargos da ambiência étnica magistralmente estereotipada por Euclides, os varões dominadores que ditavam a lei naqueles ermos, bem merecem a compreensiva complacência que a História lhes tem concedido. Eles estão de tal maneira ligados à crônica da região, que é impossível falar do vale sem mencioná-los e sem levar em conta o papel por eles desempenhado no desenvolvimento político e econômico da terra que lhes serviu de berço, e foi o proscênio heróico de suas lutas. Sem eles, que eram a um só tempo guerreiros e pastores, o vale teria sido devolvido à barbaria dos gentios depredadores, indo por terra todo o esforço do desbravador rude que lhes abriu caminho.

CAPÍTULO II

PROMETEU QUEBRA OS GRILHÕES

A INSURREIÇÃO DO HOMEM

O cangaço não é um fenômeno novo no complexo social brasileiro. Pode-se mesmo dizer que ele nasceu com a nação, nas correrias dos exploradores através do sertão, na caça ao índio. A insegurança, a falta de garantias para uma vida tranqüila, determinaram o ambiente de guerrilha, tropelias e assaltos, que fez do sertão um campo aberto a toda espécie de truculência. Encerradas as caçadas ao índio, continuaram as sortidas a mão armada pelo sertão, ora no encalço dos holandeses invasores, ora no rastro dos quilombolas, ora contra colonos, pois os pioneiros não tardaram a lutar entre si pela posse do melhor quinhão na terra de ninguém. Antes mesmo da Guerra dos Emboabas, portugueses e brasileiros já se espingardeavam no fundo da mata virgem. Nos primórdios da colonização do São Francisco, em 1674, foi assassinado por pioneiros, na feitoria de Pilão Arcado, um certo D. Rodrigo Castelo Branco, o que confirma que entre os próprios desbravadores medravam ódios suscitados pela ambição. Mas seria com a retirada dos primeiros colonizadores, quando o vale ficou entregue a seus prepostos, que teve início no São Francisco o mandonismo armado. Numa sociedade primitiva e bárbara, que crescia sem os freios da lei, os homens precisavam estar prevenidos contra os perigos que os cercavam. A terra, tiranizando o homem, embrutecia-o, matando suas plantações e os seus rebanhos, ora com o flagelo da seca, ora com a fúria das enchentes. O rio dava e tirava, fertilizando o solo com suas águas, mas também afogando o gado, derrubando casas e currais, com a ferocidade das inundações calamitosas. Desprotegidos, no ermo, os homens se insurgiam contra a fatalidade que os esmagava, mas, ignorantes, desmandavam-se em atos inconscientes e, assim, tinham origem as lutas mais sangrentas.

Antes do século XIX, reinava ali a mais completa anarquia. Premidos pelas necessidades, revoltados, não sabiam com quem nem

contra quê, os sertanejos da ribeira investiam uns contra os outros, em assaltos e latrocínios que transformavam a zona num inferno. Foi então que o chefismo surgiu como um imperativo da vida intranquilha do vale abandonado. Para defender suas propriedades das investidas dos mais pobres, que, desesperados, não sabiam o que fazer para escapar à miséria, os mais ricos, os que conseguiam resistir com mais felicidade às flagelações da terra tirânica, aliciavam homens que se alugavam para o serviço das armas. Os que se tornavam mercenários, a serviço dos mais ricos, eram da mesma massa daqueles que se entregavam às aventuras do cangaço. Mamelucos empobrecidos pela falta de trabalho, antigos faiscadores das minerações esgotadas, que não souberam enfrentar as labutas dos campos e dos currais, tentavam sobreviver assaltando rebanhos e roçados, inaugurando o ciclo do banditismo vingador. Desta mesma espécie de gente saíam os que alugavam os seus braços para a defesa armada dos fazendeiros. Cada fazenda possuía o seu pequeno exército. E, quando vieram as aldeias, cada um desses núcleos de povoamento contava para a sua defesa, para a defesa do dinheiro, das jóias e das casas comerciais da burguesia rural nascente, com aguerridas brigadas de caibras afeitos à luta. Comandavam esses mercenários os próprios chefes burgueses, os fazendeiros e comerciantes, que, assim, repetiam, conscientemente, o papel desempenhado pelos príncipes das tribos e dos clãs, no alvorecer da sociedade humana.

Para aumentar os sobressaltos da gente laboriosa das fazendas e povoados, constantemente irrompiam no vale negros fugidos dos engenhos do litoral ou das fazendas de outras zonas, e criminosos comuns foragidos da justiça, que, não tendo como viver naquele imenso deserto, engrossavam as hordas de salteadores. Daí talvez a desconfiança que, até hoje, persiste na gente beiradeira em relação aos forasteiros. Cara nova é sempre recebida com reserva e desconfiança pelos ribeirinhos.

Numa terra isolada do resto do mundo, os homens cresciam como brutos, defendendo-se como podiam dos perigos que os envolviam. Os menos capazes, ou menos felizes, recorriam à violência dos latrocínios, ou se degradavam na mendicância menos produtiva de todos os tempos: pedir esmola no deserto... Os mais capazes, os mais fortes, os mais felizes, os que conseguiam superar as dificuldades do meio — estes tinham de defender com unhas e dentes o que haviam conseguido conquistar. Era a insurreição do homem contra a terra. E dessa luta

do homem contra a natureza resultava uma segunda, não menos cruel: a do homem contra o homem.

Em plena caatinga colonial, desenrolava-se, tremenda, a luta de classes. Os vencidos, os mais fracos, os que não lograram dominar a natureza, atiravam-se contra os que haviam triunfado sobre a terra hostil. A terra se vingava do homem servindo-se do próprio homem como instrumento de sua vingança. E desse choque espantoso nasceu o chefe sertanejo, príncipe rude de um império sem código, guerreiro e juiz numa sociedade que construía suas bases sobre esqueletos insetos de heróis e bandidos.

Quando as ameaças dos quilombolas e salteadores foram dominadas pelo fogo das garruchas dos patriarcas rurais, o Brasil já era independente. Quase dois séculos haviam decorrido com o vale em pé de guerra. A Independência deu novas esperanças à região. Os novos governantes começaram a lançar suas vistas para o grande rio, como que a compensar os anos de desprezo a que Portugal o relegara. As atenções do jovem e atribulado Império voltavam-se, embora momentaneamente, para lá. Os fazendeiros da ribeira haviam enviado homens para os batalhões patriotas de Cachoeira, nos quais muitos jovens, filhos das antigas famílias dominadoras do vale, haviam ingressado, como é o caso de Militão Plácido de França Antunes, que mais tarde ficaria famoso pelo seu ódio aos marotos, culminado na luta de extermínio contra a família do português Bernardo Guerreiro.

Pouca duração, porém, teria o interesse dos novos governantes pelo vale. A única novidade que a Independência trouxe à região foi o uso de barcas na navegação do rio, e isto mesmo, como é óbvio, não por iniciativa oficial, e sim particular. Antes da Independência, a navegação no São Francisco era feita em canoas (embarcações construídas de troncos de árvores, cavadas a fogo — invenção dos indígenas), em *ajoujos* (junção de várias canoas com um estrado por cima) e em balsas, curiosas e seguras embarcações construídas de vários toros de madeira amarrados entre si. As barcas só surgiram depois de 1823, o que não impede que certos cavalheiros imaginosos, pelo simples fato destas embarcações trazerem a proa ornada com uma figura (geralmente cabeça de animais talhadas em madeira), concluam que os fenícios andaram pelo São Francisco, que a gente do vale descende dos fenícios, etc. Consultando velhos documentos, conversando com antigos moradores do vale, podemos constatar que, embora a utilização das barcas na navegação do rio date mais ou menos de 1823, só muito

depois — entre 1880 e 1896 — começaram os barqueiros a enfeitar-lhes as proas com figuras²⁶. As barcas do São Francisco são em tudo semelhantes às barcaças e saveiros que fazem viagens no Recôncavo baiano, com a diferença apenas de que os bordos (as coxias) das do São Francisco são mais baixos, pois a placidez do rio não requer bordos altos.

GENTE DE SANGUE NO OLHO

Os tipos como Militão Plácido de França Antunes — caudilho feroz que, de 1820 a 1844, povoou de cruzeiros os caminhos da ribeira e das caatingas do São Francisco — são uma constante na evolução das sociedades rurais. Todas os possuíram. Na Alemanha, por força de um instinto guerreiro mais à flor da pele, Parsifal foi o seu mais legítimo representante. Na Inglaterra, Robin Hood, salteador e patriota, encarnou em si todas as qualidades positivas e negativas do herói-bandido das sociedades pastoris. Nos Estados Unidos, Búfalo Bill se impôs como o mais autêntico espécimen da gloriosa e temerária estirpe. Nos pampas argentinos, trazendo na alma e nos músculos todos os vícios e virtudes do homem forte da sociedade do campo, o vulto inesquecível de Facundo Quiroga mostra o seu perfil de herói. No Brasil, Militão é o mais legítimo descendente dessa fantástica árvore genealógica cujas raízes se perdem na origem dos tempos. Antônio Conselheiro, com o seu messianismo bronco de mestiço retardado, com a sua paranóia tão bem analisada pelo espírito cético de Euclides da Cunha, não tinha a personalidade de Militão Plácido de França Antunes, não era um chefe, por não passar de um beato. Os Maciel foram gente anônima, enquanto os França Antunes foram das que mantiveram viva, a troco de sangue, a organização semifeudal deixada no vale pelos colonizadores. Herdeiro de uma terrível predestinação de luta e mando e havendo aprendido a odiar os portugueses, desde que se fizera em armas para combatê-los no Recôncavo, o senhor do Carová não podia ver com bons olhos a menor intromissão de adventícios de tal origem na vida regional. Amando com ciumenta avareza o torrão que lhe serviu de berço e lhe serviria de túmulo, Militão, como Facundo²⁷, “desejava posses, e, incapaz de criar um sistema de rendas”,

26. O primeiro barqueiro a ornamentar sua barca com uma “figura” foi o português Miguel Stalino, estabelecido em Juazeiro e ali falecido em 1909 ou 1910.

27. SARMIENTO — *Facundo*, p. 121.

recorria a toda espécie de recursos para aumentar os seus haveres e o seu poder político. Pelas alturas de 1820, Pilão Arcado era um dos mais prósperos núcleos de civilização do médio São Francisco. Lá reinava, soberana e única, a vontade de Militão Plácido de França Antunes, que encontrava na pessoa do Sr. Dom Félix Castelo Branco uma pálida resistência ao seu absolutismo. Mas as maneiras fidalgas de Dom Félix permitiam que fosse Militão, na realidade, quem mandasse e desmandasse, não só em Pilão Arcado, como em Xique-Xique e Sento-Sé. Em Sento-Sé dominava uma família igualmente poderosa, mas sua influência ficava limitada à aldeia e fazendas mais próximas. O interior do município vivia sob a tutela real da família Antunes. Da sede do seu feudo, que era a fazenda Caroá, na margem esquerda do rio, Militão distribuía suas ordens para Pilão Arcado, Xique-Xique e Sento-Sé.

No auge do prestígio de Militão, chega a Pilão Arcado um português de nome Bernardo Guerreiro. Vinha das bandas de Rio de Contas, dizem que corrido do ódio dos patriotas de lá. Chegando a Pilão Arcado, malgrado a má vontade dos da terra para com os adventícios, começou a prosperar e, dentro em pouco, era rico e contraía matrimônio numa velha família do lugar²⁸, passando a merecer todo o acatamento. Mas, ali, a indisposição dos da terra pelos de fora não desaparece assim tão facilmente. A despeito do respeitoso e cordial tratamento que os mais ligados à família de sua esposa lhe dispensavam, persistia contra ele a desconfiança dos mais antigos. Entre os que olhavam com indisfarçável má vontade a prosperidade do lusitano, estavam os França Antunes. No Caroá, Militão recebia constantemente cartas dos seus irmãos, que residiam em Pilão Arcado, dando conta, com despeito, da crescente influência do estrangeiro na terra. O senhor do Caroá observava com secreto rancor os progressos do “maroto”, ele que ajudara a expulsar da Bahia as tropas de Madeira. Ainda estava acesa nos corações sertanejos a fogueira do ódio “mataroto”, e Militão sentia crescer dentro de si uma louca vontade de sufocar no nascedouro a influência do intruso que ousava enriquecer em Pilão Arcado. Com o passar do tempo, Bernardo se fez chefe de uma família que contava com quatro varões nascidos no vale. Já, então, o ódio entre os França Antunes e os Guerreiros era indisfarçável e vinha à tona com frequência. O forasteiro, radicado na terra, sentia-se tão brasileiro como os seus quatro filhos. Enquanto Militão,

28. ROCHA, GERALDO — *O Rio São Francisco*, p. 34.

cujo despeito levava-o a praticar desatinos (visando, com tais truculências, intimidar os seus inumeráveis adversários), começa a cair da estima das velhas famílias do vale, como os Mariani da Barra, que reprovavam abertamente os seus excessos, o conceito dos Guerreiros cresce nas circunvizinhanças. As truculências do soba coincidiram com as desordens que campeiam na capital e no interior, entre 1830 e 1831, e que culminariam com o grande levante de 7 de abril de 1831, com o qual a Bahia quase se antecipou à revolução de que resultou a queda de Pedro I.

Foi no auge da agitação política da época que se deu o bárbaro assassinato de Pedro Costa, professor régio que lecionava no Caroá. Militão havia tomado do seu vaqueiro a linda esposa, de nome Sancha, com quem passara a viver. Dizem as crônicas que Sancha tinha todos os encantos capazes de transformar uma mulher em perdição dos homens. O truculento caudilho apaixonou-se por ela e não vacilou em torná-la sua amante e colocá-la no trono das senhoras do Caroá. Mas ele era mais velho do que Sancha. Fogosa, a cabocla procurou na mocidade do jovem mestre-escola aquilo que faltava em Militão. Pedro Costa, para desgraça sua e dos seus, se deixou seduzir pelos encantos malvados da amante do senhor, e a princípio Militão não soube nada. Mas não tartou que os rumores do idílio de Sancha com Pedro Costa chegassem aos ouvidos dos seus parentes, em Pilão Arcado. Os irmãos de Militão, que haviam assistido indiferentes a ascensão de Sancha ao posto de senhora do Caorá, sabedores do romance da cabocla com o professor, sentiram seus brios ofendidos e, convencidos de que a família Antunes devia ser desafrentada, correram à fazenda para contar o que sabiam ao senhor dos França Antunes. Informado, por Sancha, do que estava acontecendo, Pedro Costa fugiu. Quando Militão, sabedor da traição, deu ordens para matá-lo, ele já estava longe. Dominado pela amante, não tendo forças para castigá-la, o caudilho fez cair todo o peso do seu ódio de amante traído sobre o foragido Pedro Costa. Partiram do Caroá, em todas as direções, várias expedições de homens armados até os dentes, comandadas pelos irmãos do caudilho, com instruções de trazer de volta à fazenda a língua e os órgãos sexuais do fugitivo. A perseguição durou dias, até que Pedro Costa foi feito prisioneiro nas vizinhanças de Xique-Xique. Preso, conduziram-no para a vila, onde seria julgado por um conselho composto de membros e amigos da família França Antunes. Era desejo dos irmãos de Militão que a execução das ordens do chefe fosse feita na praça principal de Xique-Xique, para exemplo dos sedutores de

todo o vale. Mas pessoas influentes da terra conseguiram demovê-los do intento, ficando combinado que a ilha do Miradouro, defronte à vila, seria o cenário do castigo a que submeteriam o sedutor seduzido. Foram feitos convites aos amigos de Militão e pessoas gradas da terra para assistirem ao crime. Contam os mais velhos que foi uma festa o esquiteamento de Pedro Costa. Transportaram para a ilha vários tonéis de bom vinho, mataram vitelas e carneiros para o farto almoço que se realizou à sombra das velhas árvores insulares. Entre as alegrias dos convivas, castraram o conquistador, depois cortaram-lhe a língua e arrancaram-lhe as pernas e os braços. Feito o serviço, ordenaram aos moradores da ilha que não se aproximassem do mutilado, pois queriam que os urubus concluíssem, sossegados, o trabalho por eles iniciado. Ameaçando com igual tratamento a quem ousasse prestar socorro à vítima, partiram para o Caroá levando como troféus a língua e os órgãos genitais de Pedro Costa.

Em pouco tempo, todo o vale sabia de mais aquela bravata do coronel do Caroá. A gente da Barra tremeu de revolta. Os Castelo Branco de Pilão Arcado ficaram indignados. Mas Militão era senhor de sua vontade e fazia o que queria, sem dar satisfação dos seus atos a ninguém.

Foi no auge da repercussão do bárbaro crime, em meados de 1832, que começou a ser organizada a Guarda Nacional, em Pilão Arcado. E, como Militão pleiteasse para si e para os seus as patentes mais altas, os Guerreiro, os Mariani, os Castelo Branco e os Nunes de Sento-Sé, serviram-se do trucidamento do professor para embargar suas pretensões. O Cel. Antônio Joaquim da Costa, comandante da Guarda Nacional em Sento-Sé e encarregado de organizar aquela corporação em Pilão Arcado, era muito amigo dos Guerreiro e, por intermédio dele, Bernardo conseguiu eliminar Militão e seus parentes e amigos dos quadros da prestigiosa tropa de elite. Ser da Guarda Nacional, naquele tempo, era a maior honraria que um homem de posses podia aspirar, para dar provas de sua importância social e política. Por isto, para Militão e seus parentes e amigos, o fato de não terem sido incluídos na lista dos contemplados com as suas patentes, em Pilão Arcado, constituiu uma afronta que não podia deixar de ser vingada. Para aumentar o despeito e o rancor do senhor dos França Antunes, os postos superiores da Guarda Nacional, no município, foram distribuídos entre os parentes mais próximos de Bernardo Guerreiro. O mais velho dos filhos do português Guerreiro, o de nome Francisco

José, recebeu a patente de tenente-coronel, e os outros dois, Antônio Guerreiro e Bernardo José Guerreiro Júnior, foram investidos das dignidades, franquias e prerrogativas dos postos de capitães. Embora mais tarde, e na capital, a corporação acabasse objeto de piadas e trocadilhos, a ponto de ser conhecida como Guarda Não-sois-nada, para a ingênua burguesia rural e no começo de Império pertencer aos seus quadros era uma glória. Daí ter Militão ficado fora de si por não haver logrado integrar, com os seus, as suas honoríficas hostes.

Para muitos cronistas e historiadores do vale, o caso da patente da Guarda Nacional foi o motivo do assalto inopinado levado a efeito contra Pilão Arcado por Militão, assalto que marcou o início da luta entre os Guerreiro e os França Antunes.

Mas (conforme procuraremos mostrar), as divergências e disputas entre os dois grupos vinham de longe, tendo, porém, atingido o seu ponto de saturação no incidente provocado, involuntariamente ou não, por um dispositivo do testamento de Dom Félix Castelo Branco, senhor da Casa das Pedras. Com o falecimento de Dom Félix, por uma determinação testamentária, o Sr. Bernardo Guerreiro foi designado tutor do menor Medrado Castelo Branco, herdeiro da enorme fortuna paterna. Escolhido Bernardo para tutor do menor e administrador dos bens do espólio de Dom Félix Castelo Branco, o senhor do Caroá sofreu mais um golpe mortal no seu prestígio. Dada a importância dos França Antunes e as suas velhas ligações com os Castelo Branco, deveria caber a Militão a tutela do menor e a administração dos bens. Indignado com a disposição testamentária por ele considerada uma afronta à sua pessoa, o caudilho entrou a envidar esforços para destituir o português dos poderes de que fora investido, contra os seus interesses. Por causa dessa disputa, numa audiência na casa da Câmara de Pilão Arcado travou-se, entre Militão e Bernardo, uma violenta discussão, e, a certa altura da altercação, Bernardo Guerreiro vibrou uma bofetada no rosto do Senhor da família Antunes, o que estarreceu a quantos assistiram à cena. A bofetada de Bernardo fez rolar pelo chão a cartola de Militão. Contra a expectativa de todos, que esperavam que Militão saltasse sobre o rival para matá-lo ali mesmo, o caudilho, lançando um olhar frio sobre a cartola caída no chão, e sem apanhá-la, deixou o recinto, mas não sem antes jurar diante dos presentes que exterminaria a família Guerreiro. Retirando-se da Casa da Câmara, Militão seguiu imediatamente para o Caroá, de onde convocou todos os parentes, amigos e escravos, para um assalto a Pilão

Arcado. As notícias de que Militão reunia gente na fazenda para atacar a vila fizeram o velho Bernardo voltar a si, despertando do delírio de grandeza de que se achava possuído, considerando com mais realismo o ato temerário que praticara. Sem fibra para a luta, o negociante português decidiu-se a partir de volta para Portugal, com a família. Mas os filhos, que já eram de outra massa, nascidos e criados no vale, resolveram aceitar a luta com Militão, o terror da ribeira. Sem maiores preâmbulos, Bernardo foge, abandonando a família. Da capital da Província ainda escreve aos filhos uma longa carta, aconselhando-os a se retirarem para o Rio de Contas, onde viviam amigos e parentes dele, Bernardo.

O ataque a Pilão Arcado foi levado a efeito pela gente de Militão numa noite fria de agosto. (As noites de agosto, no vale, são terrivelmente frias, e naquele ano de 1843 o frio de agosto parecia mais cortante.) Foi uma luta terrível a travada pela família Guerreiro com os homens de Militão, pela posse de Pilão Arcado. Sitiados e sitiados, num furor sem nome, combatiam heroicamente. Oito dias e oito noites durou a peleja sangrenta e bárbara. Mas a gente dos França Antunes era mais numerosa e mais aguerrida. No fim da oitava noite de cerco, no começo do nono dia da luta, com a fuga inevitável dos irmãos Guerreiro para a então Vila Imperial de Sento-Sé, Pilão Arcado capitulou. Chegando a Sento-Sé, os bravos filhos de Bernardo comunicaram a ocorrência ao conselheiro Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, presidente da Província. Dominada pela jagunçada de Militão, Pilão Arcado sofreu uma das maiores pilhagens de sua história. Era hábito, na vida do vale, os chefes deixarem os seus homens em liberdade depois de uma luta. Aliás, para ser justo, esse hábito não é só do vale. O mundo inteiro o adota. Aníbal, Napoleão²⁹, enfim todos os guerreiros de todos os tempos deixavam, após as batalhas, que os seus soldados se divertissem no passatempo lucrativo dos saques. E são dos nossos dias os saques colossais das tropas de Stálin na Alemanha e demais países por elas dominados após a Segunda Guerra Mundial.

Em Sento-Sé, de onde esperavam contra-atacar a gente de Militão, os Guerreiro receberam uma carta do velho Bernardo renovando os seus pedidos para que se retirassem para o Rio de Contas, até que o governo provincial providenciasse meios de reagir contra o caudilhismo perigoso do pequeno César ribeirinho. Ouvindo o conselho do pai,

29. TARLE, EUGÊNIO — *Napoleão*, p. 81.

Francisco, Antônio e Bernardinho decidiram-se a seguir para Rio de Contas. Antes, porém, de demandarem a Rio de Contas, os três irmãos, a fim de se proporcionarem uma viagem mais cômoda, combinaram passar na fazenda Boqueirãozinho, de propriedade deles, onde podiam se abastecer de mantimentos novos e melhores montarias.

Mas os pobres dos rapazes estavam mesmo de azar. Sem nada terem feito para desencadear aquela luta, provocada unicamente pela vaidade do velho pai, que, por ter ganho fortuna e contraído matrimônio numa família de nobres do vale, sonhou em se tornar o rei do rio, haviam de pagar caro o crime de não serem covardes. Filhos do vale, trazendo pelo sangue materno o atavismo do destemor, os irmãos Francisco, Antônio e Bernardinho não queriam, como se diz no vale, “dar sua farinha por menos”. Por isto é que, mesmo atendendo o conselho do pai para se retirarem para Rio de Contas, o faziam temporariamente, dispostos que estavam a quebrar o topete de Militão.

Vendo os preparativos dos Guerreiro, mas desconhecendo os seus planos de retirada para Rio de Contas, o padre Francisco Alves Pacheco e o capitão Antônio Martins Ferreira de Deus, amigos de Militão, julgando que aquela viagem a Boqueirãozinho fosse uma traição ou os aprestos de um assalto inesperado às propriedades do caudilho, mandaram um positivo urgente ao Carová, avisando da presença deles na fazenda. Acompanhados da escolta policial, que acharam prudente levar de Sento-Sé, os filhos de Bernardo chegaram a Boqueirãozinho a 19 de setembro de 1843. Mal iniciaram os preparativos para a longa viagem que iam empreender, eis que a fazenda é assaltada por Militão em pessoa, que, à frente de duzentos homens, era bem o Átila dos tabuleiros. Depois de uma heróica resistência, de três dias e três noites, a um inimigo vinte vezes superior em número, os três irmãos Guerreiro conseguem furar o cerco e fugir. Daí, sempre perseguidos pelas aguerridas brigadas de Militão, vão entrincheirar-se em João Dias, outra fazenda que possuíam a três léguas do Boqueirãozinho. Em João Dias, nova luta é travada. A escolta policial que os guardava era composta de vinte homens, sob o comando do sargento da Guarda Nacional, Joaquim Casemiro de Macedo, mas estava reduzida a doze soldados. Ao romper da aurora do dia 27 de setembro, os Guerreiro iniciaram nova fuga através do mato cheio de inimigos. Dia alto, novo combate é travado. Quinze homens bravos lutam como loucos contra duas centenas, no mato ralo da caatinga seca. Mas uma vez os perseguidos rompem o cerco, deixando morto, estendido no campo da honra, o tenente-coronel Francisco José.

A morte de Francisco José é um dos mais belos lances da história da bravura humana.

Quando, com a escolta reduzida a nove homens, os três irmãos decidiram-se a atravessar o campo raso e quebrar mais uma vez o cerco, Francisco José foi baleado na perna, caindo. Os outros dois, Bernardo e Antônio, voltaram-se para levá-lo carregado. Mas ele, compreendendo que era impossível para os irmãos escaparem caso quisessem levá-lo às costas na retirada, pediu-lhes que fossem, pois ele saberia defender-se. Os dois irmãos ainda relutaram em deixá-lo, mas Francisco se fez obedecer como superior hierárquico que era.

Obedecendo à ordem do tenente-coronel, os capitães Antônio e Bernardo prosseguiram na retirada, deixando o primeiro Guerreiro estendido no solo. Com a perna fraturada e o peito sangrando, Francisco José, apoiando-se num tronco de árvore, tenta erguer-se para morrer lutando. Ao erguer-se, vislumbra entre a jagunçada, cavalgando alto corcel, o vulto do caudilho, para quem reserva a última carga do seu clavinote. Militão, vendo o valoroso inimigo que o fita de arma em mira, grita para os seus homens: — Matem o maroto!

A ordem do caudilho repercutiu no coração valente do lutador intrépido, como um apelo reanimador a todas as suas forças. Firmando-se na perna não fraturada, Francisco José caminha altivo para Militão, abrindo passagem com a sua espada através da floresta de jagunços que os separava.

— Desmonta, covarde! Vem morrer comigo aqui no campo raso! — berra o bravo Guerreiro, continuando a romper, com a sua espada inteiramente rubra, a massa de jagunços que o cercava. Militão não aceita o convite do bravo desafeto e continua a gritar de cima do seu cavalo: — Matem o maroto! Matem o maroto!

Uma descarga de clavinote pôs fim ao bravo a quem o sanhudo inimigo não soube imitar. Morto o valente, a perseguição prosseguiu aos dois outros fugitivos, até que Bernardo e Antônio, feridos e com a escolta reduzida a cinco soldados, entraram na Vila Imperial de Sento-Sé.

Oitenta homens perdeu Militão na caçada aos valentes filhos de Bernardo Guerreiro.

Mas ainda não foi aí que terminou a luta. Ao contrário, aí é que teve o seu começo heróico. Nas vazantes do Sento-Sé Velho, com o

sangue de Francisco José e dos oito soldados mortos nos vários embates daquela semana, fora escrito apenas o primeiro capítulo da rude saga jagunça.

Para vingar a Francisco José, morto pelos caibras do Caroá, os seus irmãos — excetuando o mais moço, Joaquim, de dez anos, que foi para a Barra — haveriam de morrer de arma na mão. O último a tombar foi Antônio Guerreiro, e a sua morte é outra página de puro destemor.

O último Guerreiro morreu nas mãos de Cornélio de França, irmão de Militão. E conta-se que foi assim: “Depois de dois dias de luta³⁰, o bando de Militão consegue atear fogo à casa da Fazenda, cujo teto era de palha de carnaúba. Antônio Guerreiro, ladeado por dois escravos, Jeremias e Manoel Serafim, resolve romper o cerco a arma branca. Ferido numa perna e apoiado no bacamarte, os três, de sabres desembainhados, investem contra os sitiantes. A cabroeira, espavorida, dispara as armas errando os alvos, e os titãs já ganhavam a orla do mato quando um dos asseclas de Militão, graduando no bando, grita-lhes:

— Já foges, Maroto! Não disseste que não sabias correr?

Antônio Guerreiro, voltando-se, respondeu:

— Ainda não sei.

E avança para o interlocutor, abrindo-lhe o crânio com uma cutilada. Cercados pela multidão de assaltantes, travou-se luta feroz a ferro frio e, com os braços fatigados, impossibilitados de continuar a se cobrir da massa de inimigos, Antônio Guerreiro, Jeremias e Manoel Serafim sucumbiram, pondo assim um termo à cruenta rixa. É uma página de muito realismo e muita beleza natural essa que a bravura sertaneja inspirou ao velho beiradeiro Geraldo Rocha.

Mas os França Antunes não sabiam ser apenas truculentos. Com toda a violência do seu caráter, eles possuíam, igualmente, nobreza de sentimentos para respeitar a grandeza do inimigo vencido. É um traço comum no herói rústico das sociedades pastoris a reverência respeitosa ao adversário morto na luta. As mulheres, as crianças e os mortos merecem todo o respeito desses homens, que se transformam em feras na hora de luta, mas que, passada a luta, estão prontos a tudo esque-

30. ROCHA, GERALDO — *O Rio São Francisco*, p. 37.

cer, perdoando ofensas, revelando descortêsias. Os próprios França Antunes, tão sanhudos a ponto de castrarem um homem por causa de uma rapariga doidivanas, oferecem provas de nobreza de espírito, como na cena final da morte de Antônio Guerreiro. Depois de lutar até o último alento, o derradeiro dos filhos de Bernardo Guerreiro cai morto no campo da honra, ao lado dos cadáveres dos seus dois fiéis camaradas. Cornélio de França, irmão de Militão, aproxima-se dos corpos ainda quentes do calor da luta, para, em silêncio, reverenciar-lhe a bravura. É quando um dos caibras do Caroá, pensando com isso agradar o seu senhor, chega para o cadáver de Antônio Guerreiro, puxando-lhe, com ar galhofeiro, a longa barba de varão antigo. Fora de si, Cornélio pega do bacamarte e prostra o atrevidaço com um violento golpe de coronha, esmigalhando-lhe o crânio.

Gente estranha, gente bárbara, gente pura na inocência dos seus crimes hediondos. A mesma destra assassina que matou, vingativa e justa, evitou a profanação do corpo do inimigo morto no campo da honra.

Militão, o gênio bárbaro, triunfou sobre os esqueletos dos seus inimigos, implantando a tiros de bacamarte e patas de cavalo a sua ditadura rural, onde a ausência da autoridade do Estado era o principal fator de todas as desordens. Mas Militão não representa apenas uma família que quis impor-se como senhora da terra de ninguém. Antes de tudo, ele foi uma consequência de um estado de espírito oriundo do isolamento do homem no deserto dominador. Por isto, ao invés de um bandido, ele foi um herói, e os crimes que praticou o foram em nome da ambiência moral em que a sua mentalidade foi formada. Na sua amoralidade inocente, ele se absolvía de todos os crimes: a mutilação de Pedro Costa foi em nome da moral sexual do ermo, e o extermínio dos Guerreiros foi em nome do sentimento bairrista, agravado pelo espírito da “revolução mata-maroto”, que é como no vale, até hoje, se conhece a guerra da Independência.

Militão não foi um malfeitor. Ele encarna em si todas as qualidades e vícios da malsinada estirpe dos chefes rurais. Antes dele e depois dele, a árvore genealógica dos *condottieri* matutos continuou a frutificar no vale e fora do vale. As pessoas mudaram, por força das contingências do tempo, mas o sistema permaneceu imutavelmente o mesmo através dos séculos. Um Nunes Viana, que fez a Guerra dos Emboabas, uma Maria da Cruz, um Luís de Cerqueira Brandão, um João Nunes Geraldês, um Porfírio Brandão, são velhos brotos originais

da árvore genealógica dos caudilhos típicos das sociedades pastoris, árvore que no vale do São Francisco encontrou solo propício ao desenvolvimento de suas tentaculares raízes.

Os que condenam a atuação desses homens talvez desconheçam a sua importância na ordenação das coisas, naquele mundo em embrião, quando o Brasil mal saía do caos da subsociedade dos selvagens para a civilização que ainda não se depurara dos seus crimes. Num meio em que a anarquia era o sistema social mais adaptável aos hábitos da população, eles foram os elementos de ordem e equilíbrio, não obstante, em muitos casos, serem os primeiros a perturbar a ordem. Sem a regressão ideativa, caracterizando o temperamento vesânico, surpreendido por Euclides no Conselheiro, o caudilho da ribeira do São Francisco é um tipo psiquicamente normal, sofrendo apenas as deformações morais impostas pelo meio ambiente. Retirem-no de lá, coloquem-no numa sociedade sem perigos, e vê-lo-emos produzir, prosperar como qualquer outro homem inteiramente integrado na civilização. Lá, porém, sofrendo a falta de segurança natural do ermo e recebendo a influência do mandonismo discricionário do colonizador português, ele se faz guerreiro e procurará assumir, de qualquer modo, o poder político para maior garantia de sua vida econômica. Observando o desenvolvimento do vale do São Francisco, temos a confirmação da tese que apresenta o poder político como decorrente do fator econômico, saltando aos olhos ser indispensável à manutenção do poder econômico a conquista do poder político... O isolamento em que deixaram o vale, durante mais de século, proporcionou a formação, ali, de uma rude sociedade feudal, à qual era indispensável a presença dos grãos-senhores, que, em virtude da população ser composta de truculentos, insubordinados e aventureiros de todos os matizes, tinham forçosamente de refletir as características do meio. Os chefes (os coronéis), naqueles tempos, possuíam as cidades que governavam como coisas suas, dispondo de tudo, das vidas e haveres dos seus governados, com a deservoltura dos velhos reis. Ao tempo em que Militão fazia suas tropelias em Pilão Arcado e Sento-Sé, o mundo vivia sob o impulso renovador das idéias liberais, e ele não sabia. Na sua ignorância, só tomava conhecimento da existência de um imperador no Rio de Janeiro, imperador que tinha um representante na capital da Província e outro ali no vale, que era ele próprio, Militão Plácido de França Antunes, comendador da Ordem da Rosa (distinção que lhe fora conferida logo depois de ter-se livrado do processo-crime contra ele movido pelos assassínios de Pedro Costa,

Francisco José Guerreiro e seus irmãos). Funcionou, dirigindo a acusação, no júri a que Militão foi submetido, o jovem Fernandes da Cunha, então promotor público de Juazeiro, que teve de abandonar, às escondidas, a sede da comarca, deixando escrito o libelo acusatório no qual pedia a condenação do senhor do Caroá por não tê-lo proferido a viva voz, por absoluta falta de garantia na cidade.

Militão, com o seu nome e as suas bravuras, preenchia as lacunas dos códigos, criando ele próprio um sistema de leis para os seus domínios. E, quando ele se submeteu a um júri, em Juazeiro, sabia que a decisão dos jurados seria inspirada nas suas leis e não nas de Fernandes da Cunha. . .

TRADIÇÃO DE PREPOTÊNCIA

As famílias que dominavam o vale mantinham, mais por força do hábito do que por necessidade, uma espécie de tradição de prepotência, que quase sempre levava a perigosos excessos. As arbitrariedades praticadas por Militão não eram simples desvirtudes de ordem pessoal: constituíam traços característicos da personalidade política e social do chefe regional. O chefe tinha de ser, por força das circunstâncias, um homem duro, de vontade férrea e gênio forte. Numa sociedade anárquica, a autoridade, para se fazer respeitada, tinha de ser escudada na força bruta. Quando Antônio Dó, o manda-chuva da cidade mineira de São Francisco da Arrelia, mandou espancar um seu amigo de infância pelo crime de ter dado um piparote por brincadeira em sua barriga, fê-lo em desagravo à sua autoridade. Ainda em nosso século existiam, no vale, figuras curiosas de mandões arbitrários, cujos abusos nem sempre eram justificáveis, como no caso daquele poderoso senhor das Pedras, de nome José Correia de Lacerda, que foi deputado estadual e ditava ordens a meia dúzia de chefes do médio São Francisco. Até hoje são famosas as arbitrariedades desse senhor feudal. Contam contemporâneos seus que ele, quando viajava de sua fazenda para Xique-Xique ou Pilão Arcado, não retirava o indicador de dentro da água. Com o dedo dentro da água, pela pressão da correnteza, avaliava o esforço dos remadores. Quando a pressão da correnteza diminuía, o Lacerdão — era assim que o chamavam devido à sua gordura disforme — gritava para os dois soldados que sempre o acompanhavam em suas viagens:

— Esquentem estes meninos!

E o facão cantava nas costas dos remadores, que, gemendo de dor, remavam mais ligeiro.

Formado em Engenharia Civil, esse Lacerda era homem de grandes vícios e grandes virtudes. Tinha fama de beberrão, mas dizem que não bebia, embora amasse o baralho e não dispensasse um forró em casa-de-chão-batido. Gostava da boa poesia, tendo deixado excelente biblioteca a que os filhos deram fim. Personalidade contraditória, com o mesmo requinte da fidalguia de espírito com que saboreava o seu Rabelais, em edição raríssima, entregava-se às mais sórdidas orgias com a negrada da fazenda, em noitadas intermináveis de samba, cachaça e sangue. (Contam que, no meio de um samba alegre, fazia parar a sanfona e ordenava ao seu ordenança que espancasse as dançarinas cafuzas de sua senzala.)

Senhor absoluto da política de três municípios, dispunha de Remanso, Pilão Arcado e Xique-Xique como de propriedades suas, prendendo e soltando, premiando e infligindo castigos.

Em Pilão Arcado, representando o poderoso senhor da Casa das Pedras, reinavam uns seus parentes, os Correia, que dirigiam a terra com dureza. Da época da dominação dos Correia contam coisas de espantar.

Liderava a família Correia, em Pilão Arcado, o cel. Antônio Joaquim Correia, que não era um sanguinário, mas se deixava dominar pelos parentes sequiosos de mando. Por aqueles tempos, os França Antunes estavam vivendo os últimos dias de um ocaso demorado que se prolongaria ainda por vinte anos: Francisco Leobas de França Antunes é o último rebento da árvore cujo tronco repousa na terra seca do Caroá. Quando os Correia dominavam Pilão Arcado, Francisco Leobas começava o seu reinado sobre a casa dos França Antunes já em decadência.

O século XX gatinhava. O vale era um braseiro com lutas sangrentas em quase todas as vilas, cidades e povoados. No Caroá, bruxuleante ainda, mas já ameaçadora, uma luz nova se entremostrava: a estrela de Francisco Leobas de França Antunes, neto de Militão, começava a sua ascensão. Por todo o município de Sento-Sé, a influência do novo França Antunes começava a se espalhar, enchendo de justos receios os poderosos da época. O poder nascente de Leobas ia até defronte de Pilão Arcado, onde, na fazenda Porto de Pedras, viviam parentes seus, França Antunes da linha-tronco. Os Correia,

compreendendo o perigo que constituía a ascensão de Leobas, começaram a estudar um plano para inutilizar o rival em perspectiva. Assim é que começaram a tecer intrigas entre Leobas e os seus parentes de Porto de Pedras. Era chefe da Casa de Porto de Pedras o coronel Manuel Antunes Teixeira Palha, que tinha em casa uma afilhada de nome D. Maria Aniceta, a respeito de quem circulavam rumores de que vivia maritalmente com o padrinho, rumores que, chegando ao Caroá, causavam desgosto e revolta às irmãs de Leobas, que pressionavam o velho parente para que a afastasse de sua casa. Maria Aniceta era analfabeta, mas assim mesmo foi encontrada uma carta escrita por ela difamando as irmãs do novo senhor do Caroá. Tal carta teria caído nas mãos de um Correia, que a fez chegar ao irmão das supostas infamadas. Caindo na armadilha, Francisco Leobas, enraivecido, mandou matar D. Maria Aniceta. Foi um crime brutal, que revoltou a todos, atraindo sobre Leobas a reprovação dos homens de influência da região. O assassinato de D. Maria Aniceta retardou por alguns lustros a ascensão de Leobas. Os Correia estavam duplamente vitoriosos: haviam provocado a discórdia no seio de uma família adversária, ao tempo em que deixavam o possível rival em situação difícil. Leobas, repudiado pelos chefes políticos da capital e olhado com desconfiança pelos líderes da região, teve de recolher-se à sua fazenda, a Jibóia, no interior de Remanso, diminuindo suas aparições na sede do município. Só alguns anos mais tarde ele poderia reaparecer no cenário político do vale, mas já então os Correia tinham sido banidos de Pilão Arcado. Contra a prepotência atávica das velhas famílias, o elemento popular, já em plena República, levou a efeito uma verdadeira revolução. Várias lutas, chefiadas por homens saídos das famílias plebéias ou recém-chegadas à zona, foram desencadeadas nos diversos municípios da ribeira, pondo por terra as antigas oligarquias, cujas rixas atrofiavam o progresso da região, impedindo que novas fortunas surgissem ao lado das suas. Conforme ficou demonstrado pela luta de extermínio de Militão contra os Guerreiro, havia uma terrível prevenção dos homens do vale contra os que chegavam de fora. Com a valorização econômica da maniçoba, no começo do nosso século, novas levas de adventícios foram atraídas para a região, o que enchia de despeito os donos da terra, pois estes viam os forasteiros como ladrões que lhes vinham roubar a melhor oportunidade de enriquecimento fácil. Buscando, na extração da maniçoba, recursos para ganharem a vida, chegavam ao São Francisco famílias e mais famílias de todo o Nordeste, especialmente de Pernambuco, Paraíba e Piauí.

Os dominadores de Pilão Arcado, na época, procuravam a todo custo dificultar a ação dos maniçobeiros, e o assassinato era um recurso dos mais empregados.

Franklin Lins de Albuquerque, na sua vida e nas suas lutas, foi um desses nordestinos. Saído da massa dos adventícios para galgar as camadas superiores, iria ocupar, sem dificuldade, o lugar que lhe estava reservado pelo destino. Insurgindo-se contra a tradição de prepotência dos senhores do lugar, Franklin atuou como um genuíno representante do espírito liberal de sua época. A República começava, mas o vale ainda jazia entorpecido nas tradições monárquicas. Pobre, sem brasões e, além disto, forasteiro, Franklin Lins de Albuquerque, mesmo tendo o futuro do seu lado, foi forçado a enfrentar uma luta árdua para sobreviver em meio às pressões dos poderosos.

A mesma luta levada a efeito por Franklin em Pilão Arcado, teve de ser travada por João Duque em Carinhanha, Horácio de Matos em Lençóis, José Honório Granja em Parnaguá, no Piauí, todos eles homens do povo que lideravam comerciantes, pequenos fazendeiros e criadores contra a prepotência secular das velhas oligarquias do campo, prepotência esta transmitida como que por atavismo, de pais a filhos, através de gerações e gerações. Deste modo, um novo coronelismo surgia no vale e nas suas circunvizinhanças, promovendo a derrubada dos remanescentes feudais do colonialismo. O mandonismo dos antigos senhores tinha um caráter tribal — era a ditadura de uma família sobre as demais. O dos novos chefes tinha um sentido novo: era um caudilhismo mais político, embora sem perder contato com os fatores econômicos que o determinavam.

O novo coronel do sertão do São Francisco surgia apelando não apenas para a força das armas, mas também para a força do voto e da confiança do povo. Com ele, tinha início o coronelismo eleitoral, que, embora enfraquecido a partir da Revolução de 30, perdura ainda nos nossos dias.

CAPÍTULO III

O BACAMARTE ABRE CAMINHO AO PROGRESSO

O CAUDILHO NO PERÍODO REPUBLICANO

A sociedade agropastoril que, sob a influência das instituições feudais estabelecidas no país pela Coroa portuguesa, se organizara no vale, começava a sair do regime dos clãs para o regime do Estado, assaltada por um vago sentimento de respeito à coisa pública. Insulada do mundo durante tão longo período, a zona desconhecia o que fosse o bem público, pois ali tudo era pessoal e privado. Mas o advento da República, precedido pela abolição da escravatura, abriu horizontes novos para as populações interiores. Ex-escravos e seus filhos buscavam nas regiões mais distantes o esquecimento da vergonha e das injustiças sofridas. Durante os primeiros anos da República, o vale do São Francisco recebeu vários contingentes de mulatos, caibras, cabo-verdes e negros, oriundos dos engenhos de Pernambuco, Paraíba e Alagoas, que iam tentar vida nova na terra desconhecida. Foi nesse meio tempo que a maniçoba começou a ter valor comercial, fazendo crescer o volume de nordestinos que buscavam trabalho no São Francisco, onde abundavam os maniçobais. Com a valorização da borracha das suas maniçobeiras, teve início uma nova fase do povoamento do vale. Chegavam, diariamente, às vilas e povoados do barranco, levadas e mais levadas de caibras, mulatos e brancos pobres, procedentes dos Estados do Nordeste, atraídos pelo ouro da maniçoba.

Com o declínio da cultura da cana-de-açúcar no Nordeste, provocado, no começo da República, pela evasão do elemento negro para as capitais, o São Francisco foi como que tomado de assalto pela gente de cabeça chata, que, viesse de onde viesse, recebia dos ribeirinhos o tratamento genérico de “caririzeiros”. Os donos da terra, carecendo de braços para a extração da maniçoba, embora cheios de prevenções

contra os forasteiros, eram forçados a aceitá-los e contratar os seus serviços.

Não tardaram a surgir rivalidades entre os “caririzeiros” e os da terra. É que, de mistura com os trabalhadores contratados para o eito, chegavam também famílias com algum dinheiro e alguma instrução, procedentes dos Estados do Nordeste. Essa outra espécie de “caririzeiros” vinha tentar o comércio. Eram descendentes de famílias outrora abastadas, que, arruinadas com a abolição da escravatura ou vítimas de perseguições políticas, procuravam meios de vida no campo quase virgem do vale inexplorado. Entre eles, chegou à margem do grande rio, lá por 1893, a família do coronel Manoel Lins de Albuquerque, vinda de Pau-dos-Ferros, no Estado do Rio Grande do Norte. Inicialmente, o velho Manoel Lins de Albuquerque, descendente de velha família de criadores e agricultores, fincou residência em Sento-Sé. Sua família era grande. Tinha nove filhos, dos quais apenas dois do sexo masculino: Manoel e Franklin, este o mais velho de todos, com apenas 12 anos de idade.

Reinava, então, na zona são-franciscana um ambiente de terror, com as velhas famílias cada vez mais hostis entre si, e prevenidas contra os forasteiros, em face do perigo novo que as ameaçava: a união do elemento popular local aos adventícios, que procurando conquistar base econômica, infiltravam-se na vida política do vale, enfraquecendo o poder tribal dominante. Esses choques de mentalidades e interesses de classe produziam a miúdo lutas armadas as mais violentas. A República, ainda insegura nos seus fundamentos, não podia assistir com a sua autoridade a reordenação social da região, de maneira que os reajustamentos de situação eram conseguidos tumultuariamente, em meio a arruaças e tropelias. A desmontada das velhas oligarquias fundadas no absolutismo feudal, ali implantado pelo regime colonial, e tolerado pelos dois reinados, não podia ser conseguida sem luta. As forças novas da burguesia comercial tinham de se empenhar com unhas e dentes para desenquistar da engrenagem do Estado as antigas famílias, detentoras das terras, que vinham dominando desde a Colônia, continuaram a dominar no primeiro e no segundo impérios, e teimavam em continuar detendo o poder no novo regime. Para tanto, sem grandes constrangimentos, substituíam os braços antigos pelo barrete frígio, esperando, com a metamorfose, evitar a ascensão do elemento popular. Nesta luta contra a dominação

das velhas famílias, no médio São Francisco, foi de fundamental importância a contribuição dos “caririzeiros”.

A única família da antiga nobreza rural que não hostilizava os adventícios era a da Barra. Durante os primeiros três séculos da formação brasileira, por força de consecutivos casamentos entre membros de três grupos diferentes, nasceu na Barra uma família poderosa e unida, que conseguiu manter aquela cidade fora e acima das lutas que ensangüentavam a região. É espantoso que, pelo espaço de quase quatro séculos de caudilhismo político e cangaço organizado, a gente da Barra tenha logrado evitar lutas armadas entre si, na sua velha cidade. Os vários grupos de fazendeiros no município estavam misturados numa só e grande família, unidos por velhos laços de consangüinidade e interesses econômicos. Assim é que todos estavam imbuídos do mesmo espírito tribal, que os levava a encarar a sério as responsabilidades da conservação da paz no município e do prestígio que a família ia conquistando em todo o vale. Ricos, os senhores da Barra podiam empreender, com mais facilidade, viagens aos grandes centros da Colônia e do Reino, entrando em contato com a civilização, o que já não acontecia com as outras famílias. Mais em contato com os meios civilizados, a gente da Barra fazia vir para os seus filhos bons professores, que preparavam os rapazes da sua nascente aristocracia rural para os cursos superiores de Coimbra. Naqueles recuados tempos, quando o vale se agitava em guerras fratricidas, o nível intelectual da Barra já era tão elevado, que, dentro em pouco, podia mandar, para a vida brilhante dos centros adiantados, homens como João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe), Francisco Bonifácio de Abreu (Barão da Vila da Barra), homem de grande espírito e vasta cultura, que introduziu no Brasil o estudo da Química, chefiou os serviços médicos do Exército brasileiro na Guerra do Paraguai, e traduziu para o português a *Divina Comédia*, de Dante, e Abílio Cesar Borges (Barão da Macaúbas), “ribeirinho do São Francisco, formação mental da Vila da Barra”³¹, talvez o maior educador brasileiro de todos os tempos. Por tudo isto, o prestígio da família da Barra era enorme, a ponto de não haver contra a sua secular dominação nenhuma tentativa de rebelião por parte do elemento novo da população da cidade. Gente pacífica e respeitável, a família da Barra não participou de nenhuma luta em toda a história do vale. Era o elemento de ordem, em meio aos desvairados dos ignorantes senhores feudais nascidos da

31. ROCHA, GERALDO — *Op. cit.*

estrumeira gloriosa dos primeiros currais. A Barra, na Colônia, nos dois impérios e no começo da República, era o asilo predileto de todos os perseguidos e vencidos nas lutas pela posse do poder político e econômico nas várias localidades da zona. O vencido que buscasse abrigo na desarmada e pacífica vila da Barra estava a salvo de qualquer violência da parte dos vencedores. Até o arrogante Militão Plácido de França Antunes soube acatar a boa gente da Barra, mesmo sabendo que ela condenava de viva voz os seus excessos. O único Guerreiro que escapou ao extermínio decretado pelo truculento senhor do Caroá foi Joaquim, um dos quatro filhos varões do velho Bernardo, que, ainda menino, aos 14 anos, foi levado para a Barra, onde acabou de crescer, fez-se homem e casou com uma filha da aristocracia da terra.

O caudilhismo plebeu, nascido depois da República, encontrou a Barra decadente em seus recursos econômicos, mas ainda firme e respeitável em sua superestrutura social.

Outro exemplo de ordem, em meio às desordens do vale é Casa Nova, onde também a preponderância de uma família patriarcal impediu o surgimento de rivalidades tribais.

A República, desconhecendo os privilégios de famílias, inaugurava um novo estilo de vida, alijando os anacronismos de uma superestrutura social falsa, dando expansão a novas forças produtivas do que advinha maior pujança à economia. As novas forças da produção, despertadas para as iniciativas de mais amplas perspectivas, eram como que assaltadas por frenética vontade de trabalhar. O número de novos-ricos aumentava milagrosamente. Arrebatados os freios das convenções que, no Império, até certo ponto, opunham resistência ao espírito especulativo, a ambição do lucro, a febre do enriquecimento toma de assalto as consciências, e o dinheiro começa a ser consagrado como um alto valor social. O efeito dessa inversão de valores sobre a vida econômica e política do vale do São Francisco tinha de ser enorme, operando ali uma verdadeira revolução nos costumes.

Os descendentes das famílias recém-chegadas à ribeira, juntamente com os filhos da terra que não desfrutavam das regalias reservadas às velhas oligarquias, firmaram um pacto de união contra as antigas famílias que detinham, há séculos, o poder político e econômico no vale. Da luta pela derrubada do feudalismo das velhas famílias nasceu um novo caudilhismo — o dos coronéis.

Já à época em que o coronel Manoel Lins de Albuquerque, deixando a chamada Vila Imperial de Sento-Sé, mudou-se com a sua família para Pilão Arcado, dominavam a secular e decadente vila, por meio século controlada por Militão, elementos da pequena-burguesia comercial, guindados ao poder pelo espírito do novo regime. Antes da ascensão do dr. José Correia de Lacerda na política estadual, os seus parentes de Pilão Arcado eram figuras apagadas, pequenos comerciantes retalhistas, sem ligação com o campo. Os mais antigos senhores de Pilão Arcado foram os Castelo Branco, que, depois da morte de Dom Félix Castelo Branco, desgostosos com as truculências de Militão, tinham passado a morar em Remanso. Com a retirada dos Castelo para Remanso, Pilão Arcado ficou entregue a Cornélio de França. Com a morte de Militão, os França Antunes se retiraram para Carová, passando a direção do município às mãos das velhas famílias locais, os Teixeira, Medeiros, Gonçalves e Mariano.

O último representante das antigas famílias do município que governou Pilão Arcado foi o coronel Francisco de Assis Mariano. Em seguida, com a ascensão do dr. Lacerda, grimparam o poder os Correias.

A essa altura, o jovem Franklin Lins de Albuquerque, que ali chegara com o seu pai e irmão para tentar a vida no comércio e na lavoura, com os poucos recursos de que a família dispunha, começa a prosperar. Trabalhador, ao mesmo tempo que mantinha loja e armazém de compras, na vila, Franklin trabalhava no campo, na extração de maniçoba. Até aí ele não tinha pensado, um só instante, em se fazer chefe político. Forasteiro, pacato, votava com os chefes do lugar, os Correia. Além de não pretender perder tempo com a política, Franklin precisava estar em paz com os poderosos da terra, pois havia contraído núpcias com uma jovem e pobre professora pública, de nome Sofia Mascarenhas, cujo cargo dependia dos humores dos potentados. O velho Manoel Lins, que vivia sempre doente desde que chegara a Pilão Arcado, não demorou a falecer. Mesmo doente, o velho trabalhava, viajando pelo interior do município, comprando maniçoba, peles silvestres, etc. Foi numa dessas viagens que ele morreu. Com a morte do pai, o jovem Franklin, que já vinha de há muito dirigindo os negócios da família, assumiu todas as responsabilidades da direção da grande parentela. Ajudava-o o irmão mais moço, Manoel Lins Filho.

Dentro em pouco ele era chefe de numerosa prole, nascida ali na velha vila de Pilão Arcado; suas irmãs tinham casado com filhos da terra e o seu irmão havia contraído matrimônio numa das mais

velhas famílias do lugar. Estava, pois, completamente integrado ao meio, e, embora sem querer participar da vida política do município, gozava de muita influência, especialmente no seio das camadas mais pobres, que, fiel ao seu passado de pobreza, ele procurava ajudar nos momentos de dificuldade. Os senhores da terra, que não eram simpaticizados pela maioria do povo, pois traziam a todos debaixo de perseguições, viam no crescente prestígio do moço forasteiro uma futura ameaça ao poder de que abusavam. E, mesmo sem Franklin tomar nenhuma atitude política, iniciaram uma série de demonstrações de desagrado pela sua presença na vila. As famílias que resistiam à dominação dos Correia, vendo em Franklin um aliado forte, procuraram atraí-lo. Cada vez mais arbitrários, os senhores da família dominante entraram a cometer tropelias, como sempre visando intimidar os adversários. É dessa fase de demonstrações de força o assassinio do cel. Adolfo Gomes de Queirós, mandado matar em plena rua, aos olhos de todos. Pouco depois, era Franklin assaltado, em pleno maníçobal, por numeroso grupo de jagunços que, bem armados, por milagre não o mataram. Escapando ao atentado, ele compreendeu que era impossível continuar em Pilão Arcado, a menos que se tornasse chefe de homens em armas. Chegando à vila, foi informado, por pessoa ligada aos Correia, que o atentado fora planejado por um filho do chefe da família dominante. Homem de ação, mesmo sem recursos bélicos como estava, foi à casa do chefe da terra pôr à limpo o ocorrido. Lá, procuraram convencê-lo de que o atentado contra a sua vida partira de maníçobeiros ambiciosos, que queriam assassiná-lo para ficar com os seus maníçobais. Dando a entender que aceitava o argumento, o futuro caudilho tratou de se prevenir. Inicialmente, comprou armas e contratou homens para a sua guarda. Quando os Correia descobriram que ele estava organizando um exército, ficaram alarmados, mas Franklin tratou de acalmá-los, dizendo ser para prevenir futuras investidas de maníçobeiros ambiciosos contra os seus maníçobais. Enquanto preparava sua gente, vinha à capital, onde entrava em contato com os líderes políticos da época. Convencido de que sem deter o poder político não podia executar em paz os seus planos econômicos, filiou-se à corrente severinista, na qual militou até a morte de Severino dos Santos Vieira, de quem se fez compadre. Unido a Severino, começou sua carreira política na oposição. Como todos sabem, ser oposicionista naquele tempo não era confortável nem na Capital. Fazer oposição do Interior, naquela época, era temeridade. Mas o jovem "caririzeiro" estava disposto a tudo.

Diante da decisão de Franklin em fazer frente à prepotência dos chefes da terra, as famílias adversárias dos Correia cerraram fileira em torno dele. Muito moço ainda, Franklin foi investido das responsabilidades de líder da oposição na terra onde outrora imperou Militão Plácido de França Antunes. A princípio, a luta foi meio cordial, apenas animada, de longe em longe, por descatos de lado a lado: hoje, era um Correia que pisava o calo de um Teixeira, de um Gonçalves, de um Mariano ou Gomes; logo mais, era um correligionário de Franklin que pisava na unha encravada de um Correia.

Mas foi em 1915 que a luta começou a tomar caráter mais grave. Com a impossibilidade da volta de Severino ao poder, alguns dos seus amigos do sertão começaram a desertar de suas fileiras. Franklin e os seus amigos de Pilão Arcado, porém, não eram homens de fugir ao dever de solidariedade a um chefe como Severino. Mas aconteceu que eles não puderam mais suportar aquela situação de perseguição; sujeitos a qualquer dia amanhecerem trucidados pela jagunçada dos situacionistas, só havia um caminho para eles, se quisessem sobreviver: aceitar a luta, no terreno que lhes era imposto. E foi o que fizeram depois de um assalto a mão armada, levado a efeito contra a residência de Franklin. Seria uma luta encarniçada, igual a tantas outras que ensangüentaram o vale naquela mesma época de transição, em que um novo caudilhismo nascia para sustentar as conquistas econômicas de uma nova classe social que surgia nas barrancas do grande rio. A burguesia comercial dos pequenos centros urbanos da ribeira, depois da derrubada do feudalismo dos antigos fazendeiros, lutava entre si. Integrando a burguesia das vilas ribeirinhas, dividindo o seu tempo entre a “casa da fazenda” e a “casa da rua”, muitas das antigas famílias participavam dessa luta, ao lado do elemento novo, como no caso de Pilão Arcado, em que todas as velhas famílias se uniram a Franklin Lins de Albuquerque e aos comerciantes da família Correia. Essa indisposição das velhas famílias contra os Correia tem a sua razão de ser: não havia notícia de um só Correia que tenha sido vaqueiro. Tinham fazendas por força das circunstâncias, mas não eram vaqueiros como os Teixeira, os Mariano, os Gonçalves e Medeiros, homens do campo que, até hoje, mesmo vivendo nas cidades, não desprezam o gibão, as perneiras, o jaleco e o chapéu-de-couro, que compõem a armadura gloriosa do vaqueiro do Norte. Como era natural, as antigas famílias ligadas à pecuária não podiam aceitar a dominação da gente burguesa dos povoados, de espírito mercantilista, sem interesses

na gleba. Preferiam a Franklin, descendente de uma velha família agrária do Nordeste, que desde que chegou a Pilão Arcado foi convertendo os lucros de sua casa comercial em propriedades rurais. Já em 1904, Franklin comprava terras nos municípios de Pilão Arcado, Sento-Sé e Xique-Xique, dando provas do seu interesse pela zona. Plantando e criando, Franklin Lins de Albuquerque trabalhava pelo vale, aprofundando raízes no solo que servira de berço aos seus filhos baianos. Ele próprio já era um beiradeiro, porquanto chegado à Beirada com apenas 12 anos de idade. Tudo isso fazia com que a velha gente do interior do município confiasse nele e se dispusesse a tê-lo como chefe. É curioso notar que, em alguns casos, como é exemplo o de Pilão Arcado, a reação das velhas famílias contra o espírito da época tenha colaborado na formação do novo caudilhismo, nascido justamente para pôr termo ao velho feudalismo oriundo dos tempos coloniais. As contradições inerentes às classes dominantes fizeram com que Franklin, que (juntamente com João Duque, Rodrigo de Magalhães, Horácio de Matos, etc.) representava, no sertão, as forças nascentes do novo regime, fosse levado ao poder, em Pilão Arcado, com a ajuda dos remanescentes das velhas famílias feudais.

É anterior às lutas de Franklin Lins de Albuquerque contra os senhores de Pilão Arcado a liquidação dos Teixeira Palha, em Urubu. A rixa das duas facções de Urubu começou ainda sob as bandeiras dos partidos Liberal e Conservador. Com o advento da República, embora as duas correntes tivessem adotado outros nomes, o ódio era o mesmo. Mas fora na Monarquia, nas trincheiras do Partido Liberal e do Partido Conservador, que a luta entre as duas correntes se tornara cruenta. Era chefe da facção liberal o coronel Rodrigo José de Magalhães, valente chefe de clã que se levantara contra os poderosos Teixeira Palha. Aparentemente, a política foi a causa do rompimento entre as duas famílias. No entanto, por ser o dr. Bartolomeu Teixeira Palha, chefe do Partido Conservador, um representante autêntico dos privilégios dos senhores da terra, e o coronel Rodrigo um comerciante para quem as possibilidades econômicas do vale eram atrofiadas pelo monopólio da terra exercido pela família Palha, sua luta transcendia aos interesses meramente políticos. Eram seus colaboradores imediatos o dr. Pedro Carneiro da Silva, que foi deputado-geral, e o cônego José Domingues dos Santos. Contra a oligarquia conservadora representada por Bartolomeu Teixeira Palha, esses três homens e mais o genro do coronel Rodrigo, o dr. Juvêncio Cândido Xavier, arremeteram com denodo, pouco se importando com as conseqüências.

Naquele tempo, com os seus 60 eleitores, Urubu era um dos maiores redutos eleitorais do interior baiano, sendo muito disputado pelos políticos. Tão grande era a importância dos seus 60 votos, que vários políticos da Província, entre os quais César Zama, iam pessoalmente disputar as eleições ali. Como era natural, a conquista do poder político, num reduto eleitoral de tal importância, só podia ser trabalhosa e arriscada, não só por interessar a muitos candidatos ao parlamento nacional e à assembléia provincial, como pelas conotações econômicas que lhe emprestava a oposição local, chefiada por dois doutores e um padre.

Contam as crônicas da época que, com a vitória do Partido Conservador em 1884, os Teixeira Palha entraram a perseguir com ferocidade os adeptos do liberal coronel Rodrigo de Magalhães, o qual, coagido, retirou-se para Riacho de Santana em companhia do genro, dr. Juvêncio Cândido Xavier. Com a retirada do cel. Rodrigo, recrudescem as perseguições aos seus partidários, cujas fazendas eram saqueadas pela jagunçada do Partido Conservador, que matava o gado e incendiava as casas. Segundo as vítimas, os jagunços demonstravam especial pendor pela matança das vacas paridas, para que o prejuízo dos inimigos fosse irreversível. Onde esses danos causados atingiram proporções catastróficas foi na fazenda Cachoeira, do coronel Rodrigo, cuja casa, com o seu custoso mobiliário de jacarandá, ficou reduzida a cinzas pelo incêndio ateadado pela gente dos Teixeira Palha. Mas eis que o Partido Liberal volta ao poder. Assiste-se, então, ao perseguido transformar-se em perseguidor. As fazendas e casas do dr. Bartolomeu foram igualmente arrasadas pelo fogo. Ficou célebre, na tradição das lutas da ribeira, o assalto à fazenda Passagem, de propriedade do dr. Bartolomeu. Os homens do coronel Rodrigo, em meio à luta, atearam fogo à casa-grande, onde a gente da fazenda estava entrincheirada. Quem não morreu devorado pelas chamas sucumbiu às balas dos sitiantes. Mulheres grávidas, meninos e velhos, pagaram com a morte mais estúpida o crime de terem nascido numa terra predestinada a ser teatro de lutas fratricidas. O "barulho da Passagem" (assim ficou conhecido o terrível massacre levado a efeito contra a família e os amigos do dr. Bartolomeu Teixeira Palha) até hoje é lembrado nas conversas do povo do vale³².

32. Os dados para a reconstituição das lutas de Paraoinga foram coligidos pelo autor e mais tarde confrontados com notas fornecidas por ilustre descendente do cel. Rodrigo Magalhães, o sr. Juvêncio Cândido Xavier, atualmente coletor estadual aposentado e figura prestigiosa na política do vale.

Aniquilado política e economicamente, com família reduzida e os amigos mortos, o dr. Bartolomeu Teixeira Palha retirou-se para Goiás. De então para cá, Urubu passou a viver sob a orientação do coronel Rodrigo e seus descendentes, que até os nossos dias dirigem os destinos do velho município ribeirinho. O coronel Rodrigo José de Magalhães morreu em 1900, já em plena República. A sua luta contra os Teixeira Palha foi marcada pela mesma violência das epopéias selvagens vividas por Militão Plácido da França Antunes. Já não encontramos, porém, a mesma sanha sangüinária nas lutas mais recentes, nos choques armados patrocinados pelo novo caudilhismo, pelo coronelismo do período republicano. João Duque, Renovato Barreto, Militão Coelho, Aníbal Araújo, Clemente de Araújo Castro, Félix Araújo, Abílio Wolney, Olímpio Campinho, Anfilófilo Castelo Branco, Adolfo Castelo e Francisco Leobas de França Antunes são nomes ligados à vida do vale e, com Franklin Lins de Albuquerque, viveram uma fase significativa da evolução daquela truculenta sociedade pastoril. São homens marcados pela influência do meio, e trazem em suas personalidades todas as características da raça dos Facundos. Quem lhes traçar os perfis e narrar as suas valentias estará retratando a sociedade que lhes serviu de moldura.

O CORONEL FRANKLIN

A vida de Franklin Lins de Albuquerque confirma a tese que dá o homem como fruto do meio e da época em que vive. Quem o visse, nos seus últimos dez anos de vida, às voltas com problemas econômicos e financeiros os mais intrincados, a criar do nada uma indústria nova — como a da cera de ouricuri, convertido em arguto movimentador de capitais, à frente de uma firma exportadora influente, no mercado internacional de ceras vegetais, não poderia conter a admiração ante o extraordinário poder de adaptação daquele velho e vigoroso tabaréu do São Francisco. Com a mesma fabulosa facilidade com que se fez chefe de homens em armas, para sobreviver no ermo sem Deus nem lei, fez-se lúcido homem de negócios, nos grandes centros cosmopolitas. Sabendo envergar uma casaca e entrar num salão com a mesma naturalidade com que, nas lutas do sertão, transpunha, sob o fogo dos fuzis, uma trincheira inimiga, não teve dificuldade em aprender o manejar das novas armas que lhe oferecia a vida nos grandes centros. O seu último combate foi de natureza comercial, e contou contra si com a máquina organizada do capitalismo selvagem

e imediatista, que, aliado a um interventor do Estado Novo, moveu guerra de morte à nascente indústria da cera de ouricuri, de que ele era o criador. Para enfrentar essa luta desigual contra o Governo e poderosos grupos econômicos, comprou um jornal, em Salvador, por ver na imprensa a melhor arma contra a prepotência política e os abusos do poder econômico. Entrincheirado nos códigos e na imprensa, travou sua última batalha, desta vez na defesa de um direito que acabou pisoteado pela força bruta do poder discricionário.

Mas o que interessa, aqui, não é a história da sua luta em defesa da indústria do ouricuri, e sim o papel por ele desempenhado na passagem do mandonismo feudal para o coronelismo republicano.

A 23 de fevereiro de 1918, estava Franklin em sua casa, na praça principal de Pilão Arcado, quando foi avisado por amigos que a gente do intendente municipal tinha penetrado na igreja, no sobrado da Casa da Câmara, ambas confrontes à sua residência, e numa casa vizinha à sua, para daqueles três pontos iniciar um ataque visando matá-lo no seu próprio lar. Em companhia apenas da esposa e dos filhos — todos estes ainda pequenos, o mais velho dos quais contava apenas 16 anos de idade e estudava na Barra — conseguiu reunir uns poucos amigos de confiança e esperou a morte de arma em punho. O ataque não demorou a ser desfechado. Do coro da igreja, do sobrado da Câmara e da casa vizinha, choviam balas sobre a sua casa, defendida por ele e os poucos valentes chamados às pressas. Durante oito dias e nove noites, Franklin e os seus amigos defenderam bravamente a casa sitiada por mais de duas centenas de jagunços. Numa das primeiras noites do sítio, ele conseguiu retirar a esposa e os filhos para a sua fazenda Porto de Pedras, do outro lado do rio, a mesma que servira de teatro ao assassinio de D. Maria Aniceta, quando ainda era propriedade dos Antunes. Chegando a Porto de Pedras, sua esposa tratou de organizar o socorro para os sitiados. Ao mesmo tempo, chegavam a Pilão Arcado, para lhe dar socorro, os primeiros parentes e correligionários, que atacaram os seus atacantes forçando-os a levantar o cerco. Eles estavam certos da vitória, e um filho do chefe adversário já escolhera o punhal com que sangraria Franklin. Não tendo logrado consumir o criminoso intento, debandaram em desordem, largando os cargos que ocupavam e tudo o que possuíam. Conforme provam documentos da época e testemunhas oculares dos fatos aqui narrados, com a fuga dos atacantes, que eram as autoridades responsáveis pela segurança dos moradores, a calma

voltou à cidade. Embora os ânimos estivessem agitados, Franklin não permitiu que os seus amigos saíssem ao encalço dos adversários, para exterminá-los, como era praxe antiga nas rixas do vale. Ao invés de consentir na caçada aos agressores em fuga, aceita o apelo que eles lhes fazem por intermédio de mediadores, à frente dos quais estava a figura, por todos os títulos respeitável, do Dr. Vital Rego, grande médico e notável homem de espírito, então clinicando em Remanso, e os deixa partir.

Bem caro, porém, pagariam Franklin e seus amigos, por transgredirem a praxe antiga dos guerreiros do vale. Os adversários poupados botaram-se para a capital, onde contaram a história a seu modo, ao governo e à imprensa, que, mal-informados, ficaram contra os agredidos e a favor dos agressores. Foi, então, organizada uma expedição policial para promover a reposição dos antigos dominadores nas posições. Avisado da volta dos Correia à frente da Força Pública, Franklin tratou de se preparar para não ser surpreendido mais uma vez. Com a aproximação dos contingentes policiais, retirou-se para a sua fazenda Porto de Pedras, onde construiu fortificações e cavou trincheiras, para resistir a qualquer tentativa de humilhação a si e aos seus. Envenenado pelas intrigas dos depostos, o governo dera ordens drásticas ao comandante da expedição policial, mas Franklin conseguiu evitar o choque com a polícia, conquistando a soldadesca, que desertou depois de lhes vender as armas e munições, deixando os chefes quase a sós. Senhor absoluto da situação, poderia ter feito o que era habitual naqueles tempos de guerrilhas, isto é, liquidado os adversários até o último homem. Ao contrário disto, mais uma vez prefere ser cavalheiro e aceita nova mediação. Os chefes inimigos juntaram tudo o que tinham, venderam o que foi possível e se foram. Mesmo contrariando os amigos, Franklin permitiu que os que não tivessem meios de viajar e quisessem continuar vivendo ali o fizessem sem receio algum, pois nada lhes perturbaria a tranqüilidade e a segurança. E só uma coisa exigia destes: respeito às novas autoridades da terra. Foi um rasgo de generosidade, que cativou a muitos adversários, inclusive um irmão do chefe da família Correia, o coronel Abílio Correia, que jamais saiu de Pilão Arcado. Os que ficaram foram encarregados, pelos que partiam, de tomar conta da administração dos seus bens, o que prova que não houve desrespeito às propriedades dos vencidos. Até hoje os Correia são proprietários na terra. A única turbacão de posse sofrida por eles, numa de suas propriedades, depois de apeados das posições, seria levada a efeito por Leobas, condômino

da fazenda Casa Nova, no município de Sento-Sé, que terminou por voltar ao domínio dos herdeiros do cel. Antônio Joaquim, graças à intervenção de Franklin. Com o afastamento dos elementos mais agressivos da antiga família dominante, Pilão Arcado passou a viver em paz. O comércio tinha sido saqueado pelos cabras de ambas as facções, mas Franklin, visando salvaguardar o bom nome da praça junto às firmas da Capital, assumiu inteira responsabilidade pelas obrigações dos comerciantes cujas lojas e armazéns haviam ficado em ruína. Durante anos, ele trabalhou para pagar as dívidas resultantes da pilhagem. Cobriu suas terras de imensas plantações de algodão, comprou maquinaria para beneficiar o “ouro branco” e iniciou a extração da cera de carnaúba em suas fazendas, tudo para honrar o compromisso assumido com as firmas da Capital. Foram anos de trabalho intenso, mas o comércio grossista de Salvador não teve prejuízo de um centavo. É dessa época a sua grande campanha pela imprensa da região, em folhetos volantes distribuídos profusamente em favor da lavoura algodoeira. “Plantem o ouro branco”, era o *slogan* para estimular os plantadores. De 1919 a 1921, ele desenvolveu o plantio de algodão em suas terras a ponto de merecer referências elogiosas do sr. Arno S. Pearse, secretário-geral da International Federation of Master Cotton Spinners and Manchester, no seu livro *Brazilian Cotton*, escrito após uma viagem de estudos pelas plantações de algodão de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, em 1921. Plantando e descaroçando algodão, cortando e purificando a cera, pescando e enfiando toneladas e toneladas de surubins, comprando couros e peles, engordando bois e enviando boiadas e mais boiadas para Jacobina, que era o grande mercado da época, ele trabalhava como um gigante refazendo a sua fortuna e contribuindo para o progresso do vale.

Estava ele entregue à restauração do seu patrimônio individual e da economia da terra sob a sua direção, quando o interior do município, nos limites com o Piauí, começou a sofrer pilhagens levadas a termo por bandidos sob o comando de um célebre João do Lago e do não menos famoso cabecilha de nome Pucaio. A especialidade desses malfetores era roubar gado. Desde há muito vinha o chefe de Pilão Arcado recebendo apelos das famílias Lustosa de Alencar e Granja, do Parnaguá, para que interviesse na situação de que eram vítimas. Mas Franklin, embora mantivesse relações comerciais nos negócios de gado com as duas grandes famílias piauienses, evitou

intervir na vida do vizinho Estado. Sabia que os fazendeiros do Gurgueia, Gilbués, Corrente do Piauí e Parnaguá vinham sendo roubados por um grupo de bandidos protegidos por poderosa família piauiense, mas não pretendia ajudar as vítimas, receoso mesmo de ser acusado de provocar incidentes na fronteira de um outro Estado. Eis, porém, que os bandoleiros invadem a fazenda Redenção, no município de Pilão Arcado e, interpelados pelas autoridades do distrito, responderam que estavam aliciando homens para as hostes dos Nogueira. E continuam as depredações.

Franklin comunica a ocorrência ao governo baiano da época e pede providências. Como tais providências tardassem e os bandidos continuassem avançando pelo município adentro, tratou de mandar expulsar os bandidos. Muitos anos depois os inimigos de Franklin Lins de Albuquerque, com o propósito de difamá-lo, divulgaram até em livros que ele mandou jagunços invadirem, para roubar, municípios do Piauí. Nada mais injusto. Os "bandidos" que ele mandou para expulsar a gente dos Nogueira, do interior de Pilão Arcado, eram os seus melhores amigos, homens de bem, negociantes e fazendeiros, que davam combate a João do Lago, defendendo a segurança dos seus haveres. Lutaram contra os salteadores que assolavam os rebanhos do interior do município, entre outros o seu próprio filho, José Lins de Albuquerque, então delegado de polícia do município, e Getúlio Rodrigues Setúbal, seu cunhado, o que prova que não eram bandidos os defensores do município contra os invasores piauienses.

Iniciada a luta para expulsão dos bandoleiros, já aí com o auxílio da polícia baiana, é natural que o ódio tenha inflamado a gente de Pilão Arcado, que já contava àquela altura com alguns mortos em combate. Ora, depois de derramado o sangue irmão, Pilão Arcado aceitou a guerra oferecida pelos poderosos de Corrente e Parnaguá, e só descansou quando expulsou o último deles do seu território. Aliando-se às famílias Alencar e Granja, Franklin não deixou sem resposta o desafio dos Nogueira, que, com pesadas perdas, regressaram ao seu Estado. Eram chefes das duas famílias piauienses castigadas pelo flagelo do banditismo, os coronéis O'Donnell de Alencar e José Honório Granja, que ficaram completamente arruinados pelos saques sofridos por suas fazendas e rebanhos. Sem querer invadir o território piauiense, Franklin limitou-se a expulsar os bandidos dos limites do seu município e dar asilo às vítimas do terror por eles implantado. Apoiados pelo governo do seu Estado, os Nogueira terminaram por triunfar sobre os Lustosa, Alencar e Granja, que tiveram de transferir

residência para a Bahia, inteiramente arrasados economicamente, pois os seus rebanhos, fazendas, casas, prataria e jóias foram para as mãos dos vencedores.

Terminada a luta, com a derrota dos seus amigos do Piauí, Franklin voltou a dedicar todo o seu tempo ao algodão, à carnaúba e às pescarias nas suas lagoas. A política ele continuava servindo, lutando pelo prestígio da zona ao lado dos deputados Cordeiro de Miranda e Francisco Rocha, seus representantes junto ao governo.

Mas a sua predestinação de luta não o deixava em paz. Estava ele entregue aos seus labores de comerciante, agricultor e criador, quando a Coluna Prestes penetra no vale. Por mais de uma vez escusara-se de convites feitos por amigos influentes no governo da República, como Geraldo Rocha, para entrar com os seus homens na luta contra os revolucionários.

Preso ao vale pelas suas múltiplas ocupações, não pensava em deixar os seus afazeres para dar combate a Prestes. Mas eis que a coluna revolucionária pisa terra da ribeira e entra a incendiar plantações e a matar rebanhos, e o coronel de Pilão Arcado se enche de revolta. As notícias das tropelias dos revoltosos puseram-no fora de si. Foi com essa predisposição que recebeu um novo apelo do Governo Federal, por intermédio ainda de Geraldo Rocha, para formar um batalhão patriótico a fim de combater os rebeldes.

Comissionado no posto de coronel do Exército, Franklin entra na luta contra Prestes, travando o seu primeiro combate contra a Coluna a 27 de maio de 1926. Durante quase um ano, saindo do vale do São Francisco para encerrar a jornada às margens do rio Paraguai, ele lutou pela legalidade, só regressando a Pilão Arcado depois de internar Prestes na Bolívia, em fevereiro de 1927. A árdua caminhada no encalço da Coluna Prestes foi cheia de lances empolgantes, onde a bravura da gente são-franciscana e a sua vocação guerreira são mais uma vez postas a prova. Não constitui objetivo do presente livro narrar, em seus mínimos detalhes, a jornada dos bravos de Pilão Arcado, na perseguição aos revolucionários liberais de Isidoro Lopes, Miguel Costa e Prestes. Internado Prestes na Bolívia, Franklin é convidado pelo presidente da República a ir ao Rio, com o seu Estado-maior, antes de regressar ao vale. De São Luís de Cáceres, onde estava acampado o seu batalhão, descansando da luta, para empreender a viagem de volta ao São Francisco, seguiu ele, em companhia dos

seus lugares-tenentes, para a capital do país, onde o esperavam grandes homenagens. No Rio, recebeu do governador eleito da Bahia um telegrama de felicitações nestes termos:

“Coronel Franklin Albuquerque — Grande Hotel — Rio — Felicito prezado amigo cessação luta civil em que esteve empenhado a serviço legalidade, fazendo votos seu breve regresso e dos nossos patrícios à querida terra da Bahia. Saudações cordiais — Vital Soares.”

Regressando a Pilão Arcado, Franklin recomeça suas atividades produtivas, dando impulso novo à lavoura algodoeira, ao tempo em que tomava as primeiras providências para o aproveitamento industrial do surubim, que ele reputava superior ao salmão.

Pilão Arcado é uma vila antiga, de ruas tortuosas e casas de construção sólida, que desafiam as enchentes. Seus habitantes são simples, de fácil acomodar, mas que, diante da menor ofensa, se modificam de cordeiros em feras. Naquela sociedade rústica de hábitos moderados, Franklin era uma espécie de juiz, médico e sacerdote, ministrando, sempre que necessário, remédio para as doenças do corpo e conselhos para as atribulações do espírito. Se até hoje é difícil um médico ir a Pilão Arcado, imaginemos nos primeiros anos da vida política de Franklin. A falta de médico na terra fez com que ele comprasse livros e organizasse, em sua casa, uma pequena ambulância homeopática para atender a população gratuitamente. Passadas as horas de luta, Pilão Arcado entrava a viver na paz benéfica do trabalho, sob os cuidados do seu chefe paternal e austero.

Mas estava escrito que a vida de Franklin Lins de Albuquerque seria de luta, do começo ao fim. E quando mais tranqüilo o dia-a-dia de Pilão Arcado, eis que Francisco Leobas de França Antunes, neto de Militão, faz sua reaparição na política do vale. Pela mão de Franklin, o neto do exterminador dos Guerreiro tinha sido arrancado do isolamento a que fora condenado, desde o assassinio de Maria Aniceta. Não faltaram amigos que o desaconselharam a trazer Leobas para as atividades políticas. Mas Franklin só ficou convencido do erro cometido, quando Leobas, no segundo governo Seabra, prestou-se a testa-de-ferro do dr. José Correia de Lacerda contra os Campinho e os Castelo Branco, velhos e tradicionais amigos do chefe de Pilão Arcado. O gordo senhor das Pedras havia perdido o controle da política de Xique-Xique e Pilão Arcado, razão por que fazia tudo para

manter as posições em Remanso, onde sua facção estava em minoria, combatida pelas forças mais expressivas da política local. Para manter o poder, em Remanso, o eng.º Correia da Lacerda recorreu a Leobas, que tinha fama de valente e possuía homens em armas. Grimpado ao poder, Leobas entrou a coagir os Castelo, que apelaram para a velha e sólida amizade que os ligava a Franklin. O chefe de Pilão Arcado entrou em contato com Leobas, procurando demovê-lo dos seus propósitos de perseguição. Diante do seu apelo, Leobas assumiu um compromisso formal de respeitar os adversários, não atentando contra o patrimônio pessoal dos mesmos, como vinha fazendo. Tal compromisso nunca foi respeitado pelo chefe de Remanso. Continuando as perseguições aos Castelo, os ânimos foram se exacerbando entre Pilão Arcado e Remanso. Dentro em pouco, Franklin e Leobas estavam de relações cortadas. Daí para a luta armada foi menos de um passo. Prestigiado pelo governo do Estado, Leobas entrou a prender e a desacatar os amigos de Franklin, em Remanso. Os métodos políticos da época colaboraram para aumentar o ódio entre as duas facções: os próceres da Capital fomentavam as desinteligências entre os chefes sertanejos, pois eram da opinião de que, com o sertão dividido, era mais fácil manejar a política do interior. Do segundo governo Seabra até o governo Vital Soares, Pilão Arcado e Remanso estiveram em guerra.

O abastardamento do ideal republicano, num país que recebera a República — como já foi dito — bestificado, redundara no completo descrédito das instituições políticas. Os movimentos armados de 22 e 24 haviam logrado despertar a nação. Os velhos políticos desmoralizavam-se cada vez mais aos olhos do povo, e até a Pilão Arcado chegaram os ecos do movimento renovador que tomava corpo na consciência dos brasileiros. Despertado pela propaganda liberal, Franklin compreendeu que estava sendo explorado pelos políticos da capital, que alimentavam a sua luta com Leobas, com vistas a manter o sertão desunido. Desde 1924 lavrava a guerrilha entre Pilão Arcado e Remanso, cujo chefe, prestigiado pelo governo, tinha à sua disposição quantos batalhões da polícia quisesse. O interior de Pilão Arcado fora várias vezes invadido pelos jagunços de Leobas, auxiliados por soldados mandados da capital. Cansado de ser enganado pelos senhores da situação, que quando precisavam dos seus votos davam a entender que estavam do seu lado, mas, passada a necessidade, deixavam o chefe de polícia ajudar a Leobas, Franklin entrou em contato com os chefes da revolução embrionária. De há muito, amigos seus favoráveis

a uma solução de força para a situação nacional vinham procurando catequizá-lo para o movimento armado que não demoraria a deflagrar. O governador de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, desde os primeiros meses do ano de 1930, insistia na sua adesão a esse movimento, tendo mandado a Pilão Arcado o major Alcides Amaral, da Força Pública de Minas, para convidá-lo a colaborar na derrubada do situacionismo viciado. O cel. Herculano Leite, representante do governador mineiro na zona do São Francisco, e o dr. Raul Alves, antigo político baiano e filho da região, não tiveram trabalho em conseguir sua adesão à revolução, de vez que o seu espírito já estava preparado para a luta contra o governo baiano, seu algoz. No Rio Grande do Sul, o então tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, que se tornara seu amigo durante a campanha contra a Coluna Prestes, já estava ao lado da Revolução. O coronel João Duque, um dos seus amigos mais diletos e a quem ele ajudara na luta contra Alkimin, afastado de sua querida Carinhanha devido às perseguições do governo baiano, era outro laço que o ligava à revolução prestes e eclodir em todo o país.

Esta carta³³ assinada pelo coronel Herculano Leite, e datada de 18 de julho de 1930, esclarece bem o grau das relações de Franklin com a Revolução:

“Belo Horizonte, 18 de julho de 1930. — Amigo Coronel Franklin — Saudações cordiais. — Somente hoje posso responder à sua carta em que me fazia o pedido de trinta mil tiros e armas. Demorada é esta resposta, primeiro: por ter meu correspondente na Bahia custado a enviar-me a sua carta, talvez esperando mais correspondência para mandar-me; segundo: porque precisava estar com o dr. Odilon Braga, secretário de segurança pública, o que somente agora pude fazer. Este me disse que no momento é de todo impossível, visto a munição que Minas tem ainda é insuficiente para a sua defesa. Vim agora aqui, mesmo para combinar com os drs. Odilon, Mário Brant e Djalma sobre o movimento na Bahia. Já expus o meu plano, que é o seguinte: nas fronteiras de Minas com a Bahia ficarão as tropas guarnecidas, em Carinhanha João Duque, em Lapa Rotilho, em Caetité, Guanambi e outros municípios Mário Teixeira e Durval

33. Dos arquivos do autor.

Públio, e, em Conquista, Deraldo Mendes e João Pereira. No São Francisco você agirá em marcha para a capital, onde ficarei a fim de receber as ligações, que me serão feitas pelos Estados-maiores do Rio Grande e Minas, na pessoa do Dr. Mário Brant, revolucionário desabusado. Logo que irromper o movimento farei um motim com muita arruaça na capital, a fim de apavorar o governo, e este, assim, será forçado a mandar vir toda a polícia e a concentrar na capital. Ficando, portanto, o sertão livre. Seja mais cauteloso em me escrever, pois se o governo apanhar a nossa correspondência, estamos irremediavelmente perdidos. Mantenha correspondência de solidariedade com os próceres da situação; deve ser este seu maior ponto de vista, para que julguem contar consigo. — Abraços do amigo Herculano Leite.”

Como vemos, já eram íntimas as relações entre Franklin e a revolução. Revoltado contra o procedimento desleal dos políticos situacionistas da Bahia, que alimentavam a sua luta com Leobas, tinha o direito de querer ir à forra. Deflagrado o movimento revolucionário, preparou-se para executar o plano traçado pelos chefes da Revolução em Minas. Mas eis que a Revolução triunfou prematuramente e, para surpresa de todos os que conheciam a sua posição, como Antônio Carlos, Afonso Pena Júnior, Góis Monteiro, Ódilon Braga, Mário Brant, Raul Alves e Herculano Leite, ele é preso, em Salvador, pelo governo ali imposto pelas armas vitoriosas da Revolução. E João Duque só não teve a mesma recompensa pela sua ajuda à causa triunfante, porque ficou no seu reduto, Carinhonha, garantido pelos seus amigos e pela polícia mineira.

É que a Revolução tinha triunfado em todo o Brasil, menos na Bahia, onde foram alçados ao poder alguns dos antigos beneficiários do situacionismo deposto pela insurreição outubrista. Sem ter feito nenhum esforço em favor da Revolução, eram donos da Bahia, mandando e desmandando como pequenos Césares vários egressos do convívio palaciano de todos os tempos, seabristas, na maioria. Mas não durou muito o tenebroso equívoco. Um grupo de tenentes pôs fim aos falsos governos revolucionários que tumultuavam o Estado. Depois de uma série de interventores que não se sustentavam no poder, o governo da Bahia foi confiado a um grupo realmente revolucionário e renovador, com a nomeação do então tenente Juracy Magalhães para a interventoria do Estado, e só então Franklin Lins de Albu-

querque teve oportunidade de conhecer melhores dias para si e para os seus amigos do São Francisco. O primeiro passo do jovem interventor, ao assumir o governo, foi entrar em contato com os chefes sertanejos, que ele sabia vítimas dos desmandos dos politiquieiros da Velha República. E assim, Franklin Lins de Albuquerque, João Duque, Renovato Barreto, Félix Araújo, Clemente Castro, os descendentes de Aníbal Araújo, os herdeiros da bravura de Militão Coelho e os continuadores da obra política de Rodrigo Magalhães, saíram da condição injusta de perseguidos para ocupar, no governo, um lugar de relevo na obra de renovação política do Estado. Garantida a paz no sertão, aqueles homens que, vítimas dos governos anteriores a 1930, tinham passado a vida de armas em punho, converteram-se em fatores de ordem, segurança e progresso de sua terra. Foi no governo de Juracy Magalhães que Franklin iniciou a industrialização da cera do ouricuri, transferindo sua residência para Salvador. Industrial, diretor de um dos mais importantes matutinos do Norte do país, Franklin Lins de Albuquerque, durante os seus últimos anos de vida, ofereceu o mais eloqüente desmentido às calúnias maquinadas contra o seu nome, e, ao falecer a 27 de maio de 1944, aos 63 anos de idade, foi alvo das mais comoventes manifestações da sociedade baiana, que o conduziu a pé à sua última morada. Foi um dos grandes enterros que a Bahia já assistiu, o daquele tabaréu de Pau-dos-Ferros, menino pobre da beira do São Francisco, manícoabeiro, ex-dono de barca, plantador de algodão e chefe de guerrilhas nas caatingas secas. O interventor, secretários de Estado, professores de escolas superiores, figuras da indústria e do comércio, líderes econômicos e banqueiros, ombro a ombro com a gente anônima da rua, carregaram, a pé, do Corredor da Vitória ao Campo Santo, o corpo do lutador, que, para vencê-lo, a própria morte teve de atacar de surpresa.

CARINHANHA DE JOÃO DUQUE

Nascendo nas terras centrais do Continente, onde, segundo a crença geral, a “proximidade do sol favorecia a formação de metais nobres”, o São Francisco tinha as suas probabilidades de riquezas reforçadas por teses filosóficas aceitas na época e que sustentavam ser o Oriente mais rico que o Ocidente. Por tudo isto, várias expedições alcançaram as margens do grande rio, levadas pelo espírito de aventura e pela fome de riqueza dos desbravadores. Nem sempre bem-sucedidas, tais expedições, em sua maioria, concorriam para aumentar o mistério

em torno da zona cobiçada. Entre as inúmeras expedições levadas a efeito na época, está a do Padre Aspicuelta Navarro, que chegou até os contrafortes da Cachoeira Grande. Outros mais afoitos, como já mostramos em capítulos anteriores, lograram atingir o alto São Francisco, dando vida à grande página épica que foi a marcha das boiadas através do vale. Na primeira fase do desbravamento, Domingos Neto Pinheiro consegue uma "carta de entrada" para atacar os mocambos e capturar negros fugidos, carta esta que lhe dava poderes sobre "toda a serra da Jacobina a Carinhanha". Carinhanha é um dos mais velhos núcleos de povoamento do barranco. Fica na confluência do rio Carinhanha com o São Francisco. É uma cidade simpática, como bem atesta o verso do remeiro que diz: "Carinhanha é bonitinha." Sua história está ligada à própria história da conquista do país, pois foi de lá que partiu Manuel Nunes Viana para a Guerra dos Emboabas³⁴.

Terra predestinada a cenário de grandes lutas, Carinhanha teve três grandes chefes: o já citado Manuel Nunes Viana, João Nunes Gerales e João Duque.

Até 1918, João Duque viveu vida tranqüila, sem se imiscuir na política local. Com o afastamento do então chefe de Carinhanha, Dr. Josefino Moreira, os amigos do antigo chefe foram buscá-lo para assumir a chefia do município, dado o seu gênio conciliador. Inconformado com a sua escolha, um coletor estadual de nome Andrade, contando para isso com a ajuda dos próceres governamentais em Salvador, passou a lhe fazer oposição. Com o auxílio de soldados fornecidos pelo governo do Estado, o coletor dominou a cidade de Carinhanha, assumindo a prefeitura. Era tal o prestígio de João Duque, que o coletor não conseguiu ninguém para nomear para os vários postos da administração municipal. Despeitado, o pretenseu chefe entrou a cometer toda sorte de arbitrariedade, culminando com o assassinio do velho Venâncio, pai de criação do Dr. José Gomes da Cunha, pessoa estimada por toda a cidade. O assassinio do velho Venâncio foi o estopim da bomba que fez Carinhanha ir pelos ares. Uma luta sem trégua foi travada, e só cessou quando o causador da luta se retirou do município. Homem de rara bravura pessoal, contando com amigos decididos, como os irmãos Olívio e Albino Pinto, João Duque voltou a ser importunado no governo Vital Soares, quando, estimulado por políticos aventureiros da capital, o Sr. João Alkimin,

34. CALMON, PEDRO — *A Conquista — História das Bandeiras Baianas*; SEGURA, Pe. TURÍBIO V. — *Bom Jesus da Lapa*.

cria sua na política de Carinhanha, passou a lhe contestar a liderança. Seria uma luta de anos, da qual João Duque só saiu vitorioso com o triunfo da Revolução de 30. Porém, antes de sepultar a Velha República, ele teve de enfrentar uma luta sem quartel, pois Alkimin, posto por ele à frente da administração do município, soube agir com rapidez, fazendo da surpresa a sua arma de maior eficácia.

O primeiro passo do novo adversário nas suas injustificáveis hostilidades ao chefe que o elegera prefeito, foi requisitar secretamente um batalhão da polícia para desarmá-lo. O batalhão fornecido a Alkimin, chegado inesperadamente, tomou de assalto a cidade, prendendo o prestigioso chefe. Foi um ato de covardia, tanto de Alkimin como do governo de então. Uma cidade pacífica é assaltada a mão armada pelos próprios agentes do poder constituído. O batalhão enviado para atacar Carinhanha viajou no rebocador "Saldanha Maranhão", que fez todo o percurso de Juazeiro a Carinhanha sem aportar em nenhuma cidade da ribeira. Durante a Velha República, na Bahia, fatos como este não constituíam novidade. O assalto levado a efeito contra João Duque, em Carinhanha, já tinha tido precedentes em vários outros municípios do Estado. O sertão era forçado a viver de arma em punho, pois os políticos da situação não se entendiam e os seus desentendimentos resultavam em perseguições, assaltos inesperados, aumento dos impostos, demissão de professores e outras violências infelizmente ainda não de todo excluídas dos nossos costumes políticos.

Com a cidade dominada pela polícia, Alkimin exigiu que João Duque desarmasse toda a sua gente. Era impossível, para um chefe, ordenar aos amigos que entregassem suas armas a adversários armados até os dentes. Compreendendo que o plano de Alkimin, exigindo o desarmamento dos seus homens, era criar condições favoráveis ao seu assassinato, de vez que não era fácil levá-lo preso para a capital, João Duque, mantido sob severa vigilância, concluiu que o que tinha de fazer era tentar uma fuga para a sua fazenda Itacarambá, às margens do Carinhanha, onde os seus amigos haviam instalado o seu quartel-general. Alkimin, por seu turno, compreendia que tinha um elefante num quarto, pois João Duque não podia ser levado de Carinhanha, onde até as pedras se levantariam para defendê-lo, e se ainda assim a polícia conseguisse arrancá-lo de sua cidade, de uma coisa estava certo: de Pilão Arcado ele não passaria. Franklin libertaria João Duque das garras dos seus inimigos, a qualquer preço.

Quando maior era o embaraço de Alkimin, eis que João Duque deixa Carinhanha, indo juntar-se aos seus amigos em Itacarambá. Ao deixar, porém, a cidade, não pôde levar consigo a esposa, D. Francelina, que os inimigos tinham conseguido aprisionar. Tomando-a como refém, Alkimin esperava conter o chefe, o que conseguiu.

Estava João Duque em Itacarambá, pensando na maneira de libertar a esposa, quando chegou um emissário de Carinhanha com um recado dela que lhe mandava dizer que podia atacar a cidade, pois saberia se defender. O heroísmo de D. Francelina repercutiu em todo o vale. Todos os corações se encheram de simpatia pela valente dama, que preferiu enfrentar a morte a ver o seu esposo diminuído aos olhos dos amigos. Mulher valente, sabendo fazer face aos rigores da guerra, D. Francelina foi uma heroína e o seu nome até hoje é lembrado com admiração e respeito por todos os ribeirinhos. João Duque, porém, preferiu retirar-se para Minas, de onde só voltou em plena revolução, garantido pela Força Pública mineira.

A bravura das mulheres é outra constante no vale. Como D. Francelina, Maria da Cruz, cujo feudo — Pedras de Maria da Cruz — era uma cidadela intransponível, foi outra valente cuja coragem invulgar era reverenciada pelos mais duros bandoleiros. Em quase todas as grandes lutas armadas do vale há sempre um vulto de mulher, ora encorajando os guerreiros com as suas rezas fortes, ora marchando à frente dos jagunços, de arma na mão. Maria da Cruz, descendente de Matias Cardoso, era uma guerreira de sangue fervente, que atirava bem e cavalgava como uma legítima amazona. Mesmo depois de velha, ela era a grande animadora do seu filho, o cabecilha Pedro Cardoso, cuja fama chega até os nossos dias. Dizem que, nas várias lutas que Pedro Cardoso enfrentou, Maria da Cruz teve de tomar parte para evitar que o filho fracassasse. Maria da Cruz tinha tanta influência sobre a jagunçada, que bastava a notícia de que ela estava no campo da luta para os caibras redobram o esforço no combate. Muitas vezes ela nem estava presente, mas os “cabos-de-turma”³⁵ inventavam que ela tinha chegado, para aumentar a combatividade dos companheiros.

Carinhanha, Xique-Xique, Pilão Arcado e Remanso são os municípios mais belicosos da ribeira, ou pelo menos foram os que serviram de cenário a maior número de lutas sangrentas. No entanto, não

35. Nome dado aos jagunços que comandam turmas de homens.

apenas neles se verificaram conflitos armados. Excetuando a Barra do Rio Grande, em todos os municípios da zona houve choques armados entre as famílias dominantes. O papel do jagunço nas lutas do São Francisco tem um caráter distinto do das demais regiões do país. O jagunço ribeirinho não era mercenário. É verdade que, nas grandes lutas, os chefes mandavam buscar caibras regidamente pagos, em Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Mas estes, terminadas as lutas, eram dispensados. Os chefes regionais contavam, para a defesa efetiva de suas cidadelas, com a ajuda de seus amigos, pessoas ricas, fazendeiros, comerciantes, cada qual com o seu bom número de agregados, afilhados e compadres. É um erro imaginar que o jagunço do São Francisco tenha sido um profissional do crime, como os de outras zonas, especialmente nos Estados do Nordeste. Só por extrema necessidade o chefe são-franciscano recorria a jagunços mercenários. Eles lutavam sempre apoiados em carabinas empunhadas por filhos, cunhados, sobrinhos, compadres, afilhados e amigos, o que empresta ao caudilhismo ribeirinho um caráter gregário que o livra do cunho bandoleiresco que querem emprestar-lhe certos comentaristas e observadores menos avisados.

Vivendo numa sociedade pastoril em que permaneciam bem nítidos os vestígios da sua primitiva organização feudal, os líderes rurais do vale exerciam o poder em função da grei que o cercava, visando defender os seus interesses e os dos seus amigos e parentes. Ali, no começo do século, tudo era privado, quase não havendo — o que aliás era natural — uma nítida consciência do bem público, como já assinalamos noutro capítulo. Segundo observou Luís Flores de Moraes Rego, a mentalidade sertaneja afasta-se dos fenômenos litô-râneos, considera as capitais simplesmente para o comércio e para a nomeação de autoridade. O sertanejo está inteiramente absorvido pela idéia do município. O Estado, para ele, é uma abstração. O sentido de baianidade, tão altamente considerado pelos políticos da Capital, não tem nenhuma significação para o ribeirinho de Casa Nova, Carinhanha, Pilão Arcado e demais localidades baianas da ribeira. A falta de sincronia entre os beiradeiros e a gente das matas e do Recôncavo é flagrante, e Moraes Rego, surpreendendo-a, concluiu que a sua origem vinha das mudanças da jurisdição havidas, exemplificando:

“A enorme área da margem esquerda, desde o Pau da História até Carinhanha, originariamente baiana, devassada por baianos, passou bruscamente a Pernambuco, para só muito depois voltar à Bahia.”

Ao nosso ver, as mudanças de jurisdição não influenciaram no caso. O que faz o são-franciscano indiferente ao chamado “espírito baiano” é a distância que separa o vale da Cidade do Salvador, tornando, ainda hoje, difíceis os contatos da gente do barranco com a capital do Estado. Os baianos do São Francisco são muito pouco baianos, o mesmo acontecendo com os pernambucanos, mineiros, sergipanos e alagoanos das margens do grande rio, tão afastados das capitais dos seus respectivos Estados, que acabam esquecidos. . .

Mas voltemos a João Duque e às lutas que ele teve de enfrentar em Carinhanha. Depois de vários encontros sangrentos entre a sua gente e os títeres dos situacionismos agressores, o chefe de Carinhanha, depois da Revolução de 30, passou a viver em paz com a sua gente. Fidalgo, sempre bem-humorado, era de uma simpatia irresistível. Sabendo da fama de cangaceiro de que gozava, graças sem dúvida às cavilações dos adversários, ao invés de se zangar com o que propalavam os inimigos, achava graça. Quando alguém lhe perguntava se era verdade que ele mandava matar os adversários, respondia, sorrindo:

— Meu filho, em política não há assassinatos: há remoção de obstáculos.

Sua verve não poupava nem os amigos. Contam que, certa vez, entraram ele e Franklin na oficina de um santeiro, em Salvador, onde Franklin ia fazer a encomenda de um Cristo em tamanho natural para a igreja de Pilão Arcado. Ajustado o preço, o santeiro quis saber se o Cristo deveria ser representado vivo ou morto. Tendo o chefe de Pilão Arcado ficado embaraçado para informar, de vez que não lhe haviam dito nada a respeito, João Duque, rindo o seu rizinho miúdo por trás dos bigodes fartos, interveio na conversa para sugerir:

— Mestre santeiro, mande o Cristo vivo mesmo, pois, se houver necessidade, o Franklin manda matar.

Trata-se, evidentemente, de uma anedota, mas que serve para dar a medida exata do senso de humor do coronel de Carinhanha.

CAPÍTULO IV

SETECENTAS LÉGUAS DE ÁGUA NÃO MATAM A SEDE DE JUSTIÇA

O SÃO FRANCISCO É UM MUNDO

Nascendo na Serra da Canastra, em Minas Gerais, o rio São Francisco percorre cerca de setecentas léguas de extensão, até desaguar no Atlântico. A sua bacia compreende um território vastíssimo, que, segundo Souza Carneiro e Américo Simas, está assim distribuído, em quilômetros quadrados: Minas Gerais — 220.000; Bahia — 300.000; Pernambuco — 11.500 e Sergipe — 8.000; no seu livro *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás*, Auguste de Saint-Hilaire nos dá uma descrição excelente do sítio onde nasce o maior rio brasileiro:

“Penetramos em um bosque, e, em pouco, começamos a ouvir o ruído da cascata. Segundo informações que me tinham dado momentos antes, sabia agora que ela caía ao lado meridional da Serra da Canastra. De repente avistei-lhe a parte superior, em pouco via-a completamente, tanto pelo menos como a podíamos descobrir do lugar em que estávamos. Este espetáculo nos arrancou, a José Mariano e a mim, um grito de admiração. No lugar em que a água cai, os rochedos verticais da montanha abaixam-se um pouco no seu cume, e deixam ver uma fenda larga e profunda que, formando um zigue-zague, nos pareceu prolongar-se por dois terços da altura. Do ponto, ainda muito elevado, onde termina a garganta, derrama-se majestosamente uma bela cortina d’água cujo volume é maior de um lado do que do outro. O terreno, que se estende em declive abaixo da cascata, é muito desigual; um cômodo, coberto de relva verdejante, esconde a parte inferior da cortina d’água, e, do lado direito,

desce em sua direção um bosque de coloração sombria. Esta é a fonte do São Francisco.”³⁶.

Correndo quase que paralelo à costa, como fator de transporte ele já não é de tão fundamental importância para os Estados banhados por suas águas; seus afluentes são: Pará, Paraopeba, das Velhas, Jequitaiá, Verde Grande, Rãs, Paramirim, Santo Onofre, Verde Pequeno, Jacaré, Salitre — todos estes da margem direita; à margem esquerda ele ainda conta com os seguintes: Indaiá, Borrachudos, Abaeté, Paracatu, Urucuia, Carinhanha, Corrente, Grande e Preto. Contribuem ainda para a sua caudal os rios Paraúna, Pardo, Curumataí, das Ondas e das Fêmeas. Nas terras marginais desses rios vive uma população minguada de recursos materiais, mas de notável complexão física e forte envergadura moral. Os apertos e dificuldades da vida desamparada não tornam menos ativa aquela gente seca, batida pela sezaõ, pelas enchentes e vazantes gerais. Do pé da Serra da Canastra até às praias do Atlântico, derrama-se uma humanidade forjada na luta mais crua, perdida no esquecimento de mais de três séculos de abandono, dentro da imensidão do ermo desenganado. Cidades, vilas e povoados dormitam mais ou menos esquecidos sobre o barranco escarpado, olhando as águas barrentas que descem sem pressa para o mar distante. São cidades e vilas e povoações cujos nomes já estão incorporados ao folclore nacional, através do bom humor dos remeiros de suas barcas, no famoso “ABC da Carreira Grande”:

“Juazeiro da lordeza
Petrolina dos missais
Santana dos cascais
Casa Nova da carestia
Sento-Sé da nobreza
Remanso da valentia
Pilão Arcado da desgraça
Xique-Xique dos Bundão
Icatu cachaça podre
Barra só dá ladrão
Morpará casa de palha
Bom Jardim da rica flor
Urubu da Santa Cruz

36. SAINT-HILAIRE, AUGUSTE DE — *Viagem às Nascentes do São Francisco*, p. 172.

Triste do povo da Lapa
Se não fosse o Bom Jesus
Carinhanha é bonitinha
Malhada também é
Passa Manga e Morrinho
Paga imposto em Jacaré
Januária carreira grande
Corrente meia carreira
Bate o prego em Santa Rita
Pra cagar mole em Barreira
São Francisco da arrelia
São Romão das feiticeiras
Estrema dos Cabeludos
Pirapora é da poeira.”³⁷

Mas, não só as citadas na toada dos remeiros são as cidades que existem no vale. Outras mais, muitas outras existem, plantadas nas margens do rio e de seus afluentes, ou na zona interior da caatinga, tanto acima de Pirapora como abaixo de Juazeiro. O São Francisco é um mundo. Uma humanidade estranha habita suas margens de barrancos íngremes, suas ilhas de lameiros férteis, seus alagadiços doentios, suas caatingas secas, seus brejos úmidos. Nos vários milhares de quilômetros quadrados do seu território, abriga os mais variados tipos humanos, desde o vaqueiro destemido ao remeiro de músculos de aço, remeiro que canta loa e tira rimas do coração nas noites de viagem, enquanto a barca dormita, pesada, no ancoradouro de qualquer ponta da ilha ou porto-de-lenha. O remeiro é o grande poeta satírico da zona. Nada acontece no rio, ou perto dele, que o remeiro não comente em versos toscos, mas sempre bem-humorados e chistosos. Sem lar, sem amor certo, sem pousada definitiva, o remeiro vive de um ponto para outro, rio acima, rio abaixo, empurrando a barca preta de rapadura, sal, café, cachaça e outras mercadorias, levando de uma fazenda para outra as notícias que os marinheiros e copeiros dos vapores não podem dar por só aportarem nas cidades, desdenhando as fazendas e lugarejos da ribeira. Há uma sutil disputa, neste curioso comércio de notícias, entre os tripulantes dos vapores e os remeiros das barcas. Os empregados dos vapores espalham pelos portos as últimas notícias da capital (de Belo Horizonte ou Salvador,

37. Toada antiga, de autor desconhecido e origem remota, cantada pelos remeiros do São Francisco.

conforme o sentido em que viajem, se subindo ou descendo o rio), ao tempo em que difundem com mais rapidez os últimos acontecimentos de maior importância dos vários núcleos de povoação do próprio vale. Os remeiros, porém, devido à marcha lenta da sua embarcação, distribuem pelos pequenos povoados, portos-de-lenhas e fazendas, os detalhes dos acontecimentos cujas primeiríssimas notícias foram dadas pelos copeiros, contramestres, marinheiros, maquinistas e práticos dos navios. Os navios fazem as vezes de vespertinos, dando as notícias de última hora, enquanto as barcas são os matutinos, trazendo os detalhes das ocorrências e os comentários dos fatos. Os remeiros de tudo sabem com minudência. As suas novidades vêm marcadas com um colorido próprio. Eles emprestam um sabor anedótico a tudo que comentam. Se um novo vapor sulca as águas do velho rio, os remeiros noticiam o fato aos ribeirinhos, em versos quase sempre maliciosos. Se um navio naufraga, eis o remeiro a contar, em rimas ricas e pitorescas, como aconteceu a desgraça. Se irrompe uma luta armada em Remanso, Pilão Arcado ou Santa Maria, o remeiro não tarda a sair de porto em porto contando como se deu a luta, como começou e como terminou. Certa feita, a Navegação Baiana anunciou, com grande estardalhaço, a inauguração de um navio soberbo, com dois andares, duas caldeiras, não sei quantos camarotes, piano e outras maravilhas mais. Passados alguns meses, o navio é inaugurado com muita festa e grande solenidade. De fato era um belo barco, que foi batizado com o nome do então governador, Antônio Muniz. Mas o remeiro, irreverente, confrontou a realidade do navio com o exagero dos anúncios que o antecederam, e o descreveu numa chula cujo estribilho dizia:

“Ai! Ai! Ai!

O vapor Antônio Muniz

Ai! Ai! Ai!

Não é como o povo diz . . .”

Irônicos, os beiradeiros são hábeis em botar apelidos. Recentemente, com o aparecimento, ali, de políticos da capital, à caça de votos e trajando roupas da moda com os paletós abertos atrás, o barraqueiro não contou conversa: pespegou em tais exemplares da elegância citadina o apelido de “doutores rachinhas”. E dizem que não votam neles, por não confiarem em “homem de rabo aberto”.

A BARCA E O REMEIRO

Até 1823 a navegação no rio São Francisco era feita em canoas primitivas, inventadas pelos índios, e em ajoujos que não passavam da junção de várias canoas amarradas umas às outras, com um tabuado por cima, servindo de piso. As primeiras barcas surgiram, no rio, lá pelas alturas do primeiro ou segundo ano da Independência. As grandes distâncias que separam as cidades e vilas ribeirinhas deram origem a uma espécie de comércio flutuante, que se arrastava, rio acima, rio abaixo, nos vagarosos ajoujos, levando, de uma cidade para outra, gêneros de primeira necessidade que eram trocados ou vendidos, conforme as condições do mercado. Com o aparecimento das barcas, esse intercâmbio foi sobremodo intensificado: as barcas, providas de velas, remos-de-voga e varões para vencer os obstáculos das corredeiras, ofereciam melhores condições de navegabilidade, sendo suas viagens muito mais rápidas do que as dos lerdos ajoujos, que só eram, menos vagarosos quando descendo o rio, ajudados pela correnteza. Mas, nas viagens rio acima, os ajoujos eram impraticáveis: muitas vezes levavam dois dias para vencer uma légua.

Desde o começo a barca vem sendo usada como um misto de casa comercial flutuante e meio de transporte. O dono da barca, o barqueiro — como é chamado pelos beiradeiros — é um comerciante ambulante que sai vendendo suas mercadorias de vila em vila, de fazenda em fazenda; compra a farinha de Pilão Arcado para vender em Remanso; compra o sal de Remanso para vender em Pilão Arcado; compra a rapadura do Corrente para vender na zona inteira, e assim por diante. Antes dos barcos a vapor, a barca era o mais confortável transporte de passageiros da região; havia barcas só para passageiros e ainda havia as particulares, pertencentes aos grãos-senhores do vale, e que só eram usadas no serviço da família. Mas viajar não era muito dos hábitos da gente das vilas e povoados ribeirinhos, que só por motivos imperiosos deixava seus afazeres e comodidades para empreender uma viagem, mesmo a um dos arraiais vizinhos, de maneira que as barcas eram mais utilizadas mesmo como casas de negócio, realizando um pobre intercâmbio comercial entre as várias povoações da margem do rio.

A primeira barca que subiu o São Francisco foi construída em Penedo, logo após a Independência. Penedo é uma das cidades mais velhas da ribeira, tendo sido fundada em 1560. Segundo as crônicas

do rio, lá é que foi construída a primeira barca que subiu o São Francisco, e foi trazida até Juazeiro por terra. No começo, as barcas não tinham velas nem as figuras de proa que hoje tanto intrigam os estudiosos. E, até os nossos dias, no chamado Rio de Baixo — ou seja, o baixo São Francisco — elas não possuem enfeitos nas proas. O uso das figuras — erroneamente chamadas de *totêmicas* — na proa das barcas começou no fim do século passado. Acredita-se que os donos de barca tenham adotado o uso das figuras de proa como meio de atrair a curiosidade da gente das fazendas sobre a embarcação e, assim, aumentar as possibilidades de negócios. Loja ambulante, a barca antigamente precisava de todos esses recursos primitivos de publicidade. Além das *caras-de-pau* na proa, elas usavam uma corneta — *buzo* — feita de chifre de boi, que os barqueiros faziam soar perto dos portos, anunciando sua chegada. A chegada de uma barca numa fazenda ou vilarejo constituía uma festa. Os negociantes do lugar eram os primeiros a entrar, disputando as mercadorias que o barqueiro trazia. Depois, vinham os políticos e os letrados, em busca das notícias do mundo. Até hoje, com os navios a vapor sulcando o rio diariamente, ainda é muito importante o papel desempenhado pela barca na vida econômica e social das povoações barranqueiras. Parando em todos os lugarejos em que os navios a vapor não aportam, a barca ainda desempenha um papel apreciável na vida dos pequenos aldeamentos e ilhas do São Francisco, levando o progresso aos mais humildes núcleos de povoamento da beirada.

A sua marcha é vagarosa. Nas viagens de subida do rio, navegam roçando o costado nos barrancos, empurradas pelos remeiros, que, de peito calejado³⁸, manejam longas varas com disposição e mestria; vez por outra, quando faz bom vento, são abertos os panos — velas em forma de dois triângulos amplos — e ela sobe o rio veloz. Mas nem sempre o vento ajuda, e o certo é que a barca, via de regra, faz sua viagem rio acima levada pelos braços hercúleos dos caibras remeiros. As viagens descendo o rio são rápidas e menos trabalhosas para a remeirada. Viajando sempre no meio rio, ao sabor da correnteza, a barca desce quase que por si, apenas com uns poucos homens

38. Recentemente, além do uso das velas de traquete que permitem às barcas navegarem com qualquer vento, subindo ou descendo o rio, foram colocados motores em muitas delas, de modo que o remeiro de calo no peito desapareceu praticamente da paisagem do vale. Nos dias atuais, passa de 50 o número de barcas a motor no São Francisco.

remando na voga. No entanto, não é a barca e, sim, o remeiro o que há de mais interessante no rio.

O remeiro é um herói que desconhece o seu próprio heroísmo. Observando a sua luta contra o rio enorme, temos de concordar com Geraldo Rocha quando, este afirma que a natureza fixou no vale do São Francisco “o homem indispensável para realizar as transformações que hão de criar na bacia do nosso rio central a Terra da Promissão, em que a humanidade encontrará o celeiro da sua subsistência”. O remeiro é, geralmente, um caibra forte, dê pele avermelhada pelo sol de todos os verões e pelo vento frio de todos os invernos do rio. Traz no peito, como uma condecoração de sangue, na própria carne, um calo do tamanho de um bolachão. É o “calo da vara”, em alto relevo. De tempo em tempo aquilo sangra, abre em ferida, e o caibra remeiro “acalma” o calo colocando sobre ele sebo quente ou toucinho derretido. Com o peito enfeitado com aquele medalhão de carne viva, símbolo glorioso do seu trabalho, ele carrega a barca nos braços, rio acima, rio abaixo, cantando toadas, fazendo humor, soltando gostosas gargalhadas pelo vale afora. Quando o rio começa a encher, as primeiras águas têm um efeito doloroso sobre a remeirada: os seus pés, que só vivem dentro da água, comidos de feridas, se abrem em chagas, apodrecem. Daí, o apelido de *pé-pubo*, que a gente da beirada botou neles. Mas, mesmo assim, com os *pés-pubos* e os peitos deformados pelos calos enormes, os remeiros são alegres e alegram a zona com as suas piadas. São os epigramistas daquela sociedade de pastores e guerreiros. A vida deles é um lutar sem trégua, uma luta corporal e diária com a morte. Nadando de pedra em pedra, levando nos dentes o cabo da proa, o remeiro enfrenta a morte com destemor. Quantas vezes a vara comprida mal toma pé no perau profundo, e ele deita o corpo todo na coxia, mergulha o meio-tronco na água, para alcançar terra firme em que possa apoiá-la, para impulsionar a barca para a frente! . . . E todo este esforço titânico é desenvolvido entre gritos, piadas e cantorias. Em meio às canseiras do trabalho que dá desencastrar a barca, presa a um banco de areia, ou dominar a força da correnteza, a remadeira faz troça e canta versos como estes:

“Em casa do negro forro
não se fala em cativo . . .
Quem tem defunto ladrão
não fala em roubo de vivo . . .”

Mas o remeio não tem apenas horas de labuta e suor, dentro das barcas que “fazem água” a ponto de só viajarem com bombas para esgotar os porões, sem o que irão a pique. Há, na vida deles, momentos de felicidade como aqueles vividos quando a barca corre nos panos. De velas enfunadas, ela desliza airosa sobre o rio, enquanto a remeirada, deitada pelas coxias, proa e giraus, dormita, *tira coco* ou come jacuba, a comida típica da beirada, constituída tão-somente de farinha, água e rapadura. Para os remeiros, ela é muito substanciosa e aos seus efeitos são creditadas a força física e a resistência de que se sentem dotados. Além da jacuba, que é tomada quase sempre ao meio-dia, a alimentação do remeio consta de feijoada reforçada, com toucinho, pele e pernis, às cinco e meia da manhã, e picado de carne com arroz ao cair da noite. Como as barcas só viajam durante o dia, os remeiros, às 18 horas no mais tardar, amarram a sua embarcação no primeiro porto bom que é encontrado, quer seja uma vila, uma fazenda ou ilha deserta. Ancorada a barca, botam para esquentar, numa fogueira acesa perto do rio, o seu jantar preparado ao romper do dia no porto do pernoite anterior. Terminado o jantar, a remeirada se reúne ao pé do fogo e canta até alta noite. Se a noite é de luar, melhor para eles. Às vezes até a família do dono da barca (o barqueiro) participa das cantorias dos caibras. A cachaça é indispensável em tais momentos. Animados pela pinga, os remeiros enchem a noite com as suas velhas canções. São todas dolentes ou cocos ligeiros, cantados com o acompanhamento de viola, pandeiro e onça³⁹, sem faltar a colaboração das palmas e do boré. Aquecidos pela quentura boa da fogueira, enquanto o vento sopra forte, fazendo gemer o rião largado, os remeiros cantam dentro da noite geralmente fria, pois no vale do São Francisco, por mais intensa que seja a estiagem, as noites são quase sempre frias. Enquanto eles brincam ou dormem, o caldeirão da feijoada a ser servida ao amanhecer ferve na trempe, ali mesmo na beirada.

Mas, se em vez de uma ponta de ilha ou numa fazenda a barca pernoita numa cidade, o cenário muda. É bem verdade que, de qualquer maneira, a fogueira é acesa para esquentar o jantar e preparar o feijão da bóia matinal que comerão ao romper da aurora, na praia de areias alvas; mas, ao invés de tirar coco ao pé do fogo, a remeirada, devorado o jantar, sobe o barranco e ganha a rua, em demanda às casas de raparigas da vida fácil. Nas casas das piobochilas⁴⁰, eles

39. A *onça* é um instrumento parecido com a cuíca, feito de caixa de querosene.

40. Nome dado pelos remeiros às meretrizes.

organizam bailes, fazem algazarra, armam barulhos, acabando sempre com um ou outro de “intestinos fora das calças”, ou “com os miúdos de fora”, que é como a gente do rio chama o resultado de uma punhalada no ventre. “Remeiro na rua, mulher dama na peia”, é um ditado que regula com precisão as atividades da remeirada nas noites de folga, quando a barca está ancorada em alguma cidade ribeirinha. Quer a barca pernoite numa ponta de ilha, numa vila ou povoado, o remeiro dorme ao relento, tendo o céu por teto estrelado. Sua cama é a esteira de carnaúba. Se a noite é chuvosa, ele procura a tolda da carga, e, de mistura com rapadura e cachaça, dorme desencalmado. Ganhando uns cento e vinte a duzentos cruzeiros por viagem — e cada viagem dura de dois a três meses — o remeiro leva vida miserável, vestindo mal e comendo ainda pior. Em compensação, o barqueiro não passa como um nababo. Mistura de navegante e mascate, ele mora na barca, com a sua família, tendo por casa a apertada tolda traseira, que, a um só tempo, é dormitório de pais, filhos e criados, refeitório, sala de visita e quarto de banho. A cozinha da barca fica numa espécie de corredor que separa a tolda traseira da tolda da carga ou tolda dos jiraus. Ali, a família do dono da barca prepara os seus pratos sóbrios, mas tão cheirosos. A vida na barca, para os que viajam na tolda traseira, especialmente as mulheres e os meninos, não é lá muito cheia de atrativos. Ao contrário: é monótono ficar encerrado numa prisão flutuante, que mal se arrasta, roçando os barrancos escarpados.

Para os remeiros, porém, apesar do calo no peito e das frieiras que lhe apodrecem os pés, a vida, se bem que aperreada, não parece enfadonha. Metidos nos seus saiotes de aninhagem, quer a barca esteja amarrada num porto, “correndo nos panos”, ou “levada a vara”, eles estão sempre de bom humor, soltando piadas, gracejando de sua própria miséria. A gente das margens, acostumada às suas pilhérias, quando vê uma barca ao longe, corre para a beira do rio para “trocar liberdades” com a remeirada.

— Ei, pé-pubo! — grita o barranqueiro para a barca.

— Que hai, caga-melancia! — retruca qualquer remeiro, e estão feitas as saudações de estilo. Daí por diante são nomes feios ditos de lado a lado, que quem não estiver habituado à cena pensa que vai acabar em briga entre os remeiros e os barranqueiros, os quais, em muitos casos, acompanham a marcha da barca do alto do barranco, “no relaxo”. *Piau* é um dos apelidos mais empregados para fazer um

remeiro “subir a serra”. Os *piaus* são caibras bons, bem-humorados, fortes de corpo e alma. A eles muito deve o folclore regional, que tem em suas cantigas o grande veículo de difusão e conservação de suas lendas e mitos. Os versos do *ABC de Rio Preto*, do *Martírio da Condessa Genoveva*, de *Maria Tebana*, não estão perdidos no esquecimento, graças ao “pé-pubo” que os repete de geração em geração, cantando-os nas suas noites de toadas ao pé do fogo, na beira do rio. Se ainda há quem se lembre das histórias do Caboclo-d’água, roubador de moça bonita descuidada, se ainda há quem se recorde das lendas do Rei do Rio, da mudança do reino da Mãe-d’água, é porque a remeirada não deixou ninguém esquecer, repetindo em suas conversas essas histórias e lendas que representam um tesouro para o patrimônio cultural do país. Os remeiros são os fiéis depositários da riqueza oral do folclore do vale e conservam vivas as tradições e lendas da zona e as transmitem ao povo, de geração em geração, alimentando a imaginação popular com a lembrança dos heróis e crenças dos primogênitos da terra cabocla.

Mas os remeiros não são apenas arquivos de velhas lendas. Com os seus pés cheios de frieiras crônicas, servem também de pluviômetros: quando as rachaduras das frieiras começam a sangrar é sinal de que o rio está começando a encher. Os mais eruditos ligam o fato das frieiras sangrarem, coincidindo com as enchentes, a possíveis influências da *água nova* na doença crônica dos “pés-pubos”. Realmente, pode ser que haja qualquer influência mesmo: antes de chegar qualquer notícia de enchente ou chuva nas cabeceiras do São Francisco, ou dos seus afluentes, os pés dos remeiros começam a sangrar e a porejar uma espécie de salmoura mal-cheirosa. Aquilo é um suplício para eles. Mas, essa tortura demora pouco: passados os primeiros dias da cheia, a *água nova* começa a não mais fazer mal às frieiras. Os pés dos caibras como que se acostumam com a *água nova*. Até que se acostumem, porém, a remeirada “come fogo”, com os pés largando os pedaços.

Mas nenhum sofrimento é suficiente para matar nele a alegria de viver, o senso de humor com que encara a vida e as coisas. Com seção ou sem ela, com os pés rachados ou não, ele está sempre disposto a tirar verso numa roda animada, durante uma noite inteira. Uma das preferências dos remeiros, nos seus versos, é satirizar o fisco. Muitas vezes a barca tem de atrasar a viagem, detida em qualquer curva do rio por um coletor ou fiscal, que, de dentro de uma canoa, ordena

que amarrem a barca no primeiro juazeiro, para que seja dado início a buscas e vistorias. Se encontra alguma coisa sem selo, já se sabe: multa! Os remeiros, mais pelo atraso da viagem do que pelo prejuízo do patrão-barqueiro, ficam arreliaados e entram a satirizar os funcionários da Fazenda. É da autoria de Manoel Tomás de Assis a sátira *Os Selos de Hoje em Dia*, muito popular entre os remeiros e cantada em vários ritmos. É mais ou menos assim a sátira dos selos:

“Hoje em dia quem morrer
Antes de ser sepultado
O coletor tem de ver
Vai ao Cartório do Estado.
Ao prefeito compenetrado
E pra a Higiene não retê-lo
Tira o fígado e bota o selo
Pra depois ser enterrado

Pra se dar água aos pintinhos
Primeiro sela-se o caco
E os velhos tabaquistas
Selam a caixa do tabaco
E nem tem de achar feio
Pois prá se fincar um esteio
Sela-se o pau e o buraco

É um inferno tanto selo
Na feira se sela o queijo
Sela a faca de cortar
Sela a banca, sela o dono
Sela quem vier comprar
E até o fazendeiro
Tem de selar o vaqueiro.”

Há versos que não podem ser reproduzidos, pois se referem a misteres escabrosos que, mesmo assim, na opinião do poeta, não escapam à fiscalização e ao selo do coletor. Segundo o verve do poeta sertanejo, os próprios cegos terão de selar sua mercadoria:

“Cego pra pedir esmola
Primeiro sela sua cuia
Depois sela a sacola

Sela o guia
E a freguesia . . .
Pra sair tudo em concórdia
E o fisco em paz lhe largue
Sele a misericórdia
E também o Deus-lhe-pague!”

Sempre mordaz com os funcionários do fisco, o poema de Manoel Tomás termina assim:

“O coletor sela tudo
O barbeiro em sua loja
Tem de selar a navalha
Sela a mesa e a cadeira
Tesoura, pente e toalha
O coletor é um enrasco
Sela sabão, sela frasco
Se não selar não trabalha
Sela o burro e a cangalha
Não há fraco nem peitudo
Na hora de selar sela mesmo
O coletor sela tudo.”

O remeiro do São Francisco é um tipo sem similar na geografia humana do Brasil. A sua luta, o seu trabalho penoso, os seus sofrimentos diários, não, encontram paridade. Ele é mais bravo que o seringueiro, mais conformado que o retirante, mais duro que o garimpeiro.

Portador de todas as qualidades encontradas no curiboca nordestino, o remeiro é excelente matéria-prima para o cangaço. Com todos os traços característicos do jagunço, é um valente não só nas lutas contra o rio e as corredeiras. Sua arma predileta é a *peixeira*, faca de ponta fina e lâmina. Nas desordens de casa de mulher-dama, a peixeira funciona sem piedade, mandando para o outro mundo quantos invistam contra o caibra remeiro. Não é por fita que ele canta:

“Só quero ter vida e saúde
Enquanto for respeitado.”

Filho de uma raça forjada no ódio fratricida de dois povos que se entredevoram no coito e nas lutas pela conquista da terra, o

beiradeiro é facilmente arrancado da semicivilidade em que se encontra para o seu primitivo estado de espírito. Com bons modos, é levado até para o inferno, como se costuma dizer por lá. Mas, por qualquer pisadela num calo, perde a cabeça e “vira o cão em figura de gente”. Como bom ribeirinho, o remeiro é que nem assim... Bons músculos, mãos largas, corpo fechado, o remeiro, com a mesma jovial cordialidade com que espalha, com as suas cantigas, alegria pela zona, distribui sopapos, cacetadas e golpes de faca pelas ruas do meretrício das cidades do barranco. Ele é, a um só tempo, poeta e herói, ou melhor, trovador e bagunceiro, pois no fundo todo trovador é meio poeta, e o bagunceiro tem muita coisa de herói.

Metido na sua camiseta sem manga, chapéu sem aba, e caído para um lado, o remeiro é um dos tipos mais ricos em características próprias naquela sociedade, e um dia ainda encontrará quem o eternize num poema, romance ou qualquer outra obra de arte, pois a sua vida, suas lutas, seus sofrimentos, constituem material que não pode ser desprezado. A barca é um mundo dentro do rio, e o remeiro é um mundo dentro da barca. Dois mundos se entrelaçam trágicos, embalados pelas águas barrentas do rio povoado de fantasmas e de lendas. Enquanto o remeiro, entre gargalhadas e gemidos, arrasta cantando a barca enorme pelos baixios e peraus, as almas penadas dos que morreram afogados se agarram ao casco da embarcação, retardando a sua marcha, cansando a remeirada. Além disto, o *Caboclo-d'Água*, que não é amigo sincero de ninguém, procura divertir-se às custas do povo das barcas, mudando a cada hora o roteiro das águas, desviando o canal por onde elas passam. E não é só isso. O pior de tudo, na vida de um remeiro, são os amores malignos que o esperam em cada porto, com queixas na delegacia de polícia e contas a pagar nas bodegas. Os amores do remeiro são tão prodigiosos que transformam o seu miserável salário em fortuna capaz de cobrir todas as despesas do seu coração, confirmando aquela toada que diz:

“Não há nesta terra catita
Um ditado mais profundo:
Dinheiro e mulher bonita
É o que governa este mundo.”

Nas suas noites de conversa ao pé do fogo, com a barca ancorada numa ponta de ilha ou num porto-de-lenha, os remeiros contam histórias uns para outros. São velhas histórias de assombração e encantamento, contadas e recontadas através de gerações, sem per-

derem, com isto, 'o colorido primitivo. Nos pernoites, ao pé da fogueira, a remeirada se diverte. Começa a função com toadas e cocos cantados em coro. De certa hora em diante, calam-se os pandeiros e as toadas são substituídas por histórias de Mãe-d'Água, Cavalomarinho, Romãozinho e outros mitos, filhos da credence popular da zona. As lendas da ribeira são de uma beleza comovedora. A imaginação do ribeirinho, graças talvez aos delírios da sezão, é rica e farta, de maneira que as lendas populares do vale são cheias de imprevistos. O ouro abunda nas histórias forjadas pela imaginação daquele povo pobre. Dir-se-ia que a gente da ribeira busca uma compensação para a sua miséria, imaginando histórias onde sobram cabedais, ouro, brilhantes, esmeraldas. . .

Deitado na areia fresca do barranco, de barriga para cima, sob a luz das estrelas, nas velhas noites do vale, o remeiro fala de rios cheios de pedras preciosas, sem sentir o chão duro nas costas nuas. Com o uso das velas de traquete e a instalação de motores nas barcas, o tipo de remeiro aqui descrito quase que já não existe mais. Cada barca, hoje, dispõe apenas de dois ou três remeiros, que são chamados de *tripulantes* e não fazem a força que os antigos faziam, no tempo do varau. Comparados com o remeiro das velhas barcas, que eram arrastadas a braço nos baixios, os atuais tripulantes das embarcações a motor do São Francisco são uns granfinos, perderam todo o pitoresco. Já nem sabem improvisar versos e, das "histórias inventadas", pouco ou nada sabem. Embora o barqueiro continue o mesmo comerciante ambulante do passado, a barca e o remeiro dos dias correntes em nada lembram os de antigamentê. A própria estrutura e construção da barca sofreram alterações profundas. E se, por fora, a barca mudou tanto, por dentro o remeiro mudou ainda mais.

O JAGUNÇO

Ser jagunço não é ser cangaceiro. Há uma profunda diferença entre o jagunço, sertanejo que possui sua arma de fogo, seu punhal de aço bom, e está sempre pronto a lutar por um amigo sem lhe custar um centavo, e o cangaceiro, indivíduo sem pouso, que vive do crime, assaltando os viajeiros nas estradas ou os moradores em suas casas.

O jagunço é o homem que, sem abandonar o seu roçado ou o seu curral de bois de cria, participa de lutas armadas ao lado de amigos

ricos ou pobres. Observadores apressados costumam ver o jagunço como um tipo à parte, na sociedade do vale, trajando-se diferente dos outros, vivendo uma vida à margem das outras vidas. Mas não há engano maior, pois o jagunço é um homem como os outros. O seu chapéu de couro é o mesmo que o vaqueiro usa. O mesmo homem que campeia, perseguindo os bois nas vaquejadas, quando necessário, despe o gibão e o jaleco, tira as perneiras e solta o gado, troca a vara-de-ferrão por um fuzil, quebra o chapéu de couro na frente e vai brigar como um guerreiro antigo. Não é preciso tirar carta de valente para ser jagunço. Jagunço todo mundo é, pois, no sertão, os covardes nascem mortos. Nos tempos de paz, aquele mesmo caboclo de cara patibular, que, de punhal à cintura, cartucheira a tiracolo, cuspia fogo na luta, mordendo com raiva o ferrolho do fuzil em brasa, calmo e pachorrento lavra a sua terra sem perder a paciência com os periquitos danados que não deixam o milho embonecar. A lazarina pendurada atrás da porta, o “pau-de-fogo” arquivado embaixo do jirau-de-varas, que serve de cama, são substituídos, nas horas de tranqüilo labor, pela enxada ou pela vara-de-ferrão, conforme as aptidões do caibra.

Malfeitor é que ninguém é. Só aperreado por perseguições e injustiças, o sertanejo resolve “arregaçar as calças e meter o pé na alpercata”⁴¹. Não há cangaceiro no vale. Não há bandidos que assaltam para roubar. Em certa época, o baixo São Francisco esteve infestado de salteadores, mas vindos do Nordeste, como no caso de Lampião e seu bando. O jagunço do São Francisco é um homem temente à lei, que só pega em armas sob a responsabilidade de um chefe. Por conta própria, o beiradeiro só pega em arma depois de esgotar todos os recursos, inclusive a paciência. Fora da luta, como já assinalamos, ele é roceiro, vaqueiro, agregado, camarada, pescador, guia, canoeiro. Como a organização política do vale conserva ainda os traços característicos do regime feudal em que a sua sociedade foi formada, a democracia ali sofre a influência do espírito tribal, e os jagunços são parte integrante das famílias dominantes. Cada proprietário rural conta, em sua fazenda, com a solidariedade dos seus vaqueiros, agregados, arrieiros e camaradas, sem falar nos compadres. O compadrio é uma instituição na sociedade pastoril e tem sua razão de ser no senso prático da gente pobre. Os roceiros e os pequenos

41. “Arregaçar as calças e meter o pé na alpercata”, quer dizer entrar para o cangaço.

proprietários dão os seus filhos para batizar aos vizinhos mais ricos, na expectativa de uma proteção futura. O filho batizado pelo fazendeiro próspero passa a ser meio-parente da gente da casa-grande. Graças a esse meio-parentesco, a família pobre vai encostando-se nos compadres ricos, que a atendem na ocasião de casar uma das meninas ou no dia de enterrar uma tia velha. Tal proteção a família pobre paga, ora auxiliando os compadres ricos numa vaquejada, ora votando nos seus candidatos e, nos momentos difíceis, pegando no “pau-furado” em defesa deles.

Vivendo em casebres miseráveis, de construção frágil, cobertos de palha, piso de chão batido, o jagunço come do seu trabalho nos roçados das vazantes ou nos adjutórios dos currais. A residência do jagunço consta de uma sala de frente, onde come, recebe as visitas, guarda os arreios e bruacas, dois quartos no máximo, e uma puxada, ou “copiá”, nos fundos, que serve de cozinha. A diferença que há entre ele e outro agregado qualquer, é que tem direito de guardar em sua casa o fuzil do coronel, enquanto que os outros só recebem as armas na hora de brigar. Esta regalia vem da sua noção de responsabilidade, só lançando mão da arma no momento oportuno, trazendo-a sempre limpa, lubrificada e “justa de mira”.

Como o remeiro, o jagunço tem veia poética, sabe improvisar na viola e tem boa memória para as histórias de valentia.

“Meu fuzil é bom
Minha faça também é
Não nasci para semente
Tou às orde, coroné.”

Eis uma quadra típica dos jagunços do vale. A poética do guerreiro é bem diferente da do tripulante da barca morosa e lerda. É do tempo das lutas do Parnaguá esta quadrinha apreciada em Pilão Arcado entre os homens do coronel Franklin:

“Coroné me dê dinheiro
Pra eu comprá uma cartucheira
Pra encher de bala de aço
Pra brigar contra os Nogueira.”

O caibra da ribeira é de boa índole, mas depois de aperreado vira cobra. É muito comum assassinato por causa de dívida, no valé.

É que o dinheiro custa tanto a ser ganho, que o caboclo acha um desaforo ser caloteado. “Me pague o meu dinheiro para eu não pagar um processo” é a pior ameaça que pode sair da boca de um cobrador, naquele mundo imenso. “Me pague o meu dinheiro para eu não pagar um processo” é o mesmo que dizer: pague o que me deve ou morre. “Dinheiro e mulher, quem os empresta não presta”, é outro ditado muito do gosto do caibra dos barrancos do São Francisco. Não que o jagunço seja um unha-de-fome, mas porque o dinheiro é tão caro, na ribeira, que vale ouro. “Dinheiro só se dá a cego”, eis mais um brocardo que exprime o apego do beiradeiro ao “metal sonante”. Mas o amor ao produto do seu trabalho, que revela o apreço do sertanejo pelo seu esforço, não é o traço predominante no caráter do jagunço. O que mais caracteriza o jagunço é o seu destemor.

“Não nasci para semente
Tou às orde coroné...”

Assim canta o homem menos agarrado à vida, o jagunço, guerreiro bravo, herdeiro do heroísmo dos filhos da Cobra-Grande e da resistência inquebrantável dos pioneiros. Com o chapéu quebrado na frente, como a querer mostrar que não se esconde da morte, com seu punhal de “ponta de espada”, suas calças arregaçadas e suas alpercatas arreadas, o jagunço é uma das nossas glórias nacionais. É o melhor representante do espírito inconformado da nossa raça. Criando gado, galinha, cabras e porcos por conta própria, o jagunço, se é vaqueiro, dá mostra do seu inconformismo, aspirando ascender à posição de fazendeiro. Plantando nas vazantes e ilhas, desmanchando mandioca nas casas-de-farinha, o jagunço, se é “agregado” ou “camarada”, expressa do mesmo modo a sua rebeldia instintiva, ambicionando subir sempre na escala social. O que tem o remeio de conformado, exercendo sua profissão mais por esporte do que pelas vantagens que ela proporcione, tem o jagunço de insatisfeito, procurando sempre melhorar de vida. Se não fosse indiscrição, enumeraríamos vários jagunços que saíram da vida servil dos currais ou das vazantes para ocupar um lugar de relevo entre os seus antigos senhores. O mesmo espírito aventureco que anima os jagunços, o mesmo sentimento trágico da vida que os leva a cantar:

“Não nasci para sempre
Tou às orde coroné”

o impulsiona para cima, levando-o a conquistar posição e fortuna. O jagunço é a mais forte expressão da nossa raça, o elemento de reação que tem evitado o completo despovoamento do sertão. É o herdeiro universal da férrea resistência dos desbravadores. Sem ele, o vale teria virado uma tapera, depois da decadência da mineração e da mudança do governo geral para o Rio de Janeiro. A sua autenticidade é tal que, não obstante todas as transformações por que tem passado a sociedade ribeirinha, ele continua vivo e atual, não tendo desaparecido, tragado pelos novos usos e costumes levados para o ermo. O cangaço, que era fruto das injustiças sociais e das perseguições políticas, desapareceu. Mas o jagunço, o caibra macho, este continua vivo e, sempre que necessário, mostra que “homem é homem”. Em tempo de paz e lei, ele é laborioso e ordeiro, e se dá até ao luxo de ser deputado nas capitais. Mas deixem voltar as injustiças e truculências policiais do passado, e vê-lo-emos arranjar um meio de fazer o “pau-furado” roncar de novo nos velhos tabuleiros onde as carnau-beiras abrem os leques de suas palhas aos ventos que sopram dos gerais.

CAPÍTULO V

VAZANTE, CAATINGA E BREJO

O RIO DORME

Remeiro quando acorda de noite, se tem sede, não bebe água sem antes atirar um pedacinho de pau dentro do rio, para ver se o rio está correndo... É que o rio pode estar dormindo; se o rio estiver dormindo, o pau atirado na correnteza fica parado. Então o remeiro não bebe água, pois seria temerário acordar o rio, ou beber “água dormindo”...

Segundo a crença popular, à meia-noite o rio dorme. Dorme pouco, dorme por um espaço de tempo que os relógios não marcam, mas o certo é que dorme. Durante o sono do rio, tudo pára: a correnteza fica estagnada, as cachoeiras deixam de cair, e a própria Paulo Afonso fica como num instantâneo fotográfico, imóvel, silenciosa. Enquanto o rio dorme ninguém deve mexer na água, para não acordá-lo. Acordar o rio faz mal, provoca castigos da Mãe-d'Água. Contam que um barqueiro novato, que não acreditava nas superstições do povo do rio, ficou louco, porque tomou banho à meia-noite, quando o rio estava dormindo. Dizem que, enquanto o rio dorme, os peixes se deitam no fundo, a Mãe-d'Água vem para fora pentear os cabelos nas coroas, as cobras perdem o veneno e os que morreram afogados saem do fundo do rio rumo às estrelas. Por isto é perigoso acordar o rio. A revolta da Mãe-d'Água, dos peixes, das cobras e dos afogados arruinará a vida do imprudente que interromper o sono das águas.

Na credence popular, o rio dorme apenas por um tempo que não está no tempo. Na realidade, porém, o São Francisco, com as suas quedas-d'água, suas serras prenas de minério, suas vazantes férteis, suas lagoas piscosas, seus carnaubais riquíssimos, dorme há séculos e continuará dormindo por muito tempo ainda. Urge, pois, que se desperte o São Francisco do seu sono milenar. Quando os galachos

andavam destruindo currais pelo vale, dando trabalho à gente de Francisco Dias d'Ávila, Domingos Rodrigues de Carvalho e Domingos Afonso Sertão, já se falava na necessidade do aproveitamento das riquezas naturais das margens do São Francisco e, no entanto, até hoje essas riquezas continuam inaproveitadas. É que o São Francisco dorme mais na realidade do que na lenda. Na lenda, as suas águas dormem apenas durante uma breve fração de segundo, enquanto que, na realidade, o seu povo vem dormindo há séculos.

Mas um dia ele despertará.

A IDADE DO COURO

Em pleno século das teorias de Einstein, Dirac, Eddington, Heisenberg, etc., quando a Física, pela revelação da mecânica ondulatória, proclama a falência do materialismo, anunciando um novo espiritualismo, o médio São Francisco vive ainda a idade do couro, com um atraso de vários séculos em relação ao progresso universal de outras regiões do país. Quando toda a humanidade já completou o seu ciclo evolutivo, passando a viver uma etapa de progresso que se pode classificar de "idade da onda", ou "era atômica", o vale do São Francisco, uma das mais ricas e importantes zonas do continente, continua estacionado na idade do couro, ou seja, na mais recuada etapa de uma subsociedade pastoril. Quando, pelas enormes reservas de energia contidas em suas quedas-d'água, pela abundância de minérios em seu subsolo, já devia estar na etapa final de uma proveitosa experiência econômica e social, com base na industrialização dos seus recursos naturais, o São Francisco é ainda um mundo primitivo, vivendo de uma pecuária rudimentar e de uma sublavoura de rendimento precário. Os seus rebanhos são pequenos e de má qualidade. Os boizinhos açoreanos de Guedes de Brito e Garcia d'Ávila, atrofiados durante séculos pela falta de cruzamento com raças melhores, emprestam à majestade do cenário em que vivem uma nota que seria humorística, se já não fosse confrangedora. Para tão pequenos bois, tão vastos campos. . .

Vivendo, em plena era atômica, a sua idade do couro, a modesta sociedade agropastoril do vale são-franciscano ainda tem no boi a sua principal matéria-prima, o centro de suas preocupações, não obstante o desvalor dos seus atrofiados rebanhos e a baixa valorização de muitos dos produtos de sua subagricultura. É do boi, direta ou indi-

retamente, que a maioria de sua população ainda vive. O vaqueiro veste-se com o couro do boi; seu chapéu, suas luvas, seu rebenque, são de couro. A cama-de-vento — leito primitivíssimo, constando de dois travessões equilibrados em cima de um cavalete — é forrada de couro. Os canecos de beber água, quando não são de couro, são de chifre de boi, e a “borracha” de conduzir água para os trabalhos, no mato, é de couro também. O “surrão”, que leva a produção das roças para o mercado das cidades, é igualmente de couro, como de couro é a “bruaca”, que serve para carregar tudo, inclusive roupa. Os mais pobres, que não podem ter cama, dormem sobre couros estendidos no chão, e que duram mais que as esteiras de carnaúba, hoje raras em vista do valor da cera desta palmeira. Quando a pecuária na zona ficou mais próspera, e o couro de boi valendo muito dinheiro, o beiradeiro deixou de usar cama-de-vento forrada de couro, passando a forrá-la de pano; trocou as portas de couro por varas, e passou a cobrir os ranchos com palhas de carnaúba. Data desse tempo o grande uso das esteiras, mais macias que o couro seco e áspero. A idade do couro estava cedendo lugar à idade da palha... Mas a palha da carnaúba começou a ter valor, pela cera nela contida, e o beiradeiro recorreu a outras palmeiras, mais raras e de palha menos forte, para cobrir os ranchos e confeccionar esteiras e chapéus. Antes da espantosa valorização da carnaúba, a sua palha vinha substituindo com vantagem o couro no fabrico de “surrões”, assento de cadeiras, chapéus, cobertura de ranchos, e até alpercatas eram confeccionadas em palha. As primitivas portas de couro cederam lugar às portas de varas revestidas de esteira. A utilização da palha foi legada ao beiradeiro pelo índio, mas só muitos anos depois da instalação dos currais foram os artefatos de palha voltando a ser usados em grande escala. Com o aproveitamento da palha, o couro ficou sendo empregado quase que exclusivamente pelo vaqueiro, na confecção de suas roupas de campo, selas, arreios, relhos, cordas-de-sedém, “borracha”, etc. Até as famosas “caretas”, que os vaqueiros colocam nos bois fujões e touros bravos, deixavam de ser de couro, entrando a ser de palha: um trançado de palhas finas (semelhantes aos abanadores usados nas cozinhas), destinado a vedar os olhos da rês reimososa. Conforme já salientamos, o uso dos artefatos de palha teve de ser quase que abolido, em face do bom preço da cera da carnaúba e, mais tarde, do ouricuri. Por isso, o couro, mesmo desfrutando de boa cotação no mercado, voltou a merecer as preferências do homem do vale na confecção de utensílios pessoais e caseiros. Corroborando com o respeito dos bei-

radeiros aos quinhentos e até novecentos cruzeiros oferecidos pelo mercado por arroba de cera extraída da palha de carnaúba, o couro, pela sua maior durabilidade, voltou a ser usado com a mesma abundância de outrora. Hoje, ele é utilizado no vale quase com a mesma freqüência do tempo dos pioneiros. Está presente em todas as atividades do ribeirinho.

O mobiliário da casa do homem da idade do couro, na ribeira dos nossos dias, é o mesmo de há séculos atrás. Com raras exceções, mesmo nas cidades, as residências são mobiliadas por toscos tamboretas, compridos bancos, mesas, a cama-de-vento, esta última forrada de couro ou lona. As roupas limpas, já que na maioria das casas não existem guarda-vestidos ou cômodas, são guardadas em arcas. As roupas usadas ficam penduradas em cabides pregados na parede, ou simplesmente em pregos ou chifres de boi. Os chifres do gado abatido têm uma participação muito grande na vida do homem, no vale são-franciscano: servem de cabide, armador de rede, isqueiro (papa-fogo ou cornimboque), boceta para rapé, o taroque, e um sem-número de pequenas utilidades, como canecos, cabos de chicote e enfeites para as alpercatas e para os chapéus de couro. Juntamente com o couro, a palha e o chifre, o barro é empregado de modo considerável pela gente do vale no fabrico de utensílios domésticos, como potes, moringas, canecos, painéis, cuscuzeiros e demais apetrechos de cozinha. Há uma cerâmica regional, com características que a tornam distinta das existentes no resto do país.

OS OBSTINADOS

O homem comum, o homem do povo, no vale, experimenta um tipo de existência que, não sendo de todo miserável, é de extremo pauperismo. Privações de toda espécie atrofiam, ali, a vida do homem comum, geralmente artesão ou agregado de proprietário rural. Raramente o homem do povo é dono de alguma coisa no São Francisco, especialmente em se tratando de terra. Pagando com dinheiro ou com trabalho o aluguel do pedaço de chão de "vazante" onde faz sua roça, o barranqueiro vai vivendo "como Deus é servido", milagrosamente, pois só o milagre explica como aquela gente resiste às necessidades. Plantar na vazante é como se fosse à borda de um vulcão. O rio nunca avisa quando vai inundar. Até as formigas, tão sábias, se enganam com ele. A experiência da gente do vale ensina que, quando as formigas fazem casa no pé do barranco, é sinal que a cheia vai

ser moderada. No entanto, muitos bilhões de gerações de formigas têm sido tragados pelas águas do São Francisco. E os lavradores, muito menos sábios do que as formigas, sofrem bastante sob o flagelo das águas barrentas. As terras das vazantes são boas para a agricultura. Nelas dá de tudo. E se o beiradeiro não produz em grande quantidade mandioca, abóbora, cebola, pimentões, tomates etc., é porque não lhe adianta produzir, de vez que não há como transportar o produto do seu esforço para os mercados de consumo.

A vazante é a parte da caatinga mais próxima da margem do rio. Como é sabido, o São Francisco, quando enche, transbordando do seu leito, alaga muitas léguas de cada margem. São essas seis e às vezes dez léguas inundadas que, depois que o rio vaza, ficam molhadas, constituindo as vazantes. Os lavradores do vale dispõem ainda de duas zonas diferentes para o desenvolvimento de suas plantações, além da vazante: a vereda e o brejo.

A caatinga, como disse Morais Rego⁴², cobre as regiões do baixo e médio vale, em que se verifica o fenômeno das secas. Já os brejos formam esparsos oásis verdes dentro do mundo seco da caatinga, nas zonas interiores, longe das margens. Os habitantes das três zonas, vazante, caatinga e brejo, são conhecidos respectivamente como beiradeiros, caatingueiros e brejeiros. São três tipos humanos que, embora semelhantes no aspecto físico, são de psicologias diferentes. O beiradeiro tem a displicência sardônica dos que se cansaram de plantar para o rio comer, mas que continuam plantando (embora sem grandes esperanças) por não terem outra coisa a fazer. Com a comida garantida pelo peixe próximo e nem sempre fácil de pescar, o beiradeiro é meio boêmio na maneira de enfrentar a sua desgraça. Se o peixe custa a beliscar o anzol, ele amarra a linha no dedão do pé e estira o corpo no barranco, para tirar uma soneca enquanto o “dourado” ou “caborje” se decide a ser fígado. Este retrato clássico do beiradeiro está gravado em todas as retentivas e se aproxima bastante da realidade. Não é preguiça o que faz o homem da beirada amarrar a linha no dedo do pé e dormir, esperando o peixe cair no anzol: é a certeza da inutilidade do seu esforço. De qualquer maneira, o peixe vem. Ele sofre menos quando consegue um pedaço de terra numa ilha. Mas as ilhas não chegam para todos. E, mesmo que chegassem, não adiantava plantar muito, pois não há transporte. Trabalhando para comer, o curiboca do barranco tem de submeter-se à servidão nos portos-de-

42. REGO, L. F. DE MORAIS — *O Vale do São Francisco*, p. 132.

lenha, nas barcas, nos vapores, trocando o amanho da terra por outros afazeres menos improdutivos. O povo da caatinga é mais resistente ao sofrimento. Na caatinga não há o peixe fácil nem a água ao alcance da mão. A água do caatingueiro é de presa e de cacimba. Nos estios mais longos, o gado morre de sede a apenas seis ou oito léguas do maior rio brasileiro. No entanto, ele não desanima. Espera a chuva chegar, e, se a chuva não chega, ainda continua esperando mais um pouco. Enquanto isto, o beiradeiro, conhecido também por papa-abóbora, se não vem chuva, nem o rio enche, não tendo dinheiro para irrigar o seu roçado de vazante, quando não se deixa ficar zanzando pelos povoados, foge para São Paulo. Foge, sim; mas, sem coragem para viver longe do “rião largado”, logo que as chuvas cheguem, retorna ao seu mundo. O vaivém dos caboclos ribeirinhos entre São Paulo e o vale dá um romance. O beiradeiro vive, em todos os seus lances, o drama do retirante. Só que ele é um retirante que vai apenas em busca de um dente de ouro, um conto de réis, um chapéu Mangueira e um revólver de cabo de madrepeola. Com cinco ou seis meses nas fazendas de café de São Paulo, o beiradeiro volta ao vale, metido num culote cáqui, perneiras marrons, paletó de casimira, lenço no pescoço e revólver na cintura. No bolso vem o conto de réis, saldo das jornadas de trabalho na terra roxa. Traz no sorriso o ouro velho de um dente novo. Se sabe tocar harmônica, traz também uma de cento e vinte baixos, que, para a inveja dos que não tiveram coragem de sair do barranco, chama de “concertina” em vez de “fole”. Como vingança pelos anos de carne-seca com farinha grossa, o recém-chegado pergunta ao primeiro patrício rico que encontra:

— Coronel, vossa inselência já comeu macarrão-espaguete?

E se o coronel — o que é muito provável — diz que não, o caboclo sorri glorioso no seu dente de ouro. Por maior que seja a fartura no paraíso paulista, ele volta sem saudade da fartura da terra estranha. Mas não é só o papa-surubim do barranco que foge para São Paulo. Em proporção menor, também o caatingueiro vai no canto de sereia dos contrabandistas de gente para as fazendas do centro-sul. Mais ligada à terra, a gente das caatingas e dos brejos é menos vulnerável ao fascínio do Eldorado paulista. O brejeiro, como o caatingueiro, geralmente é dono de sua roça, o que já não acontece com o homem da beirada, que só tem de seus os braços e, às vezes, os instrumentos de trabalho. De duas coisas, porém, o beiradeiro não se separa: do anzol e da tarrafa. Com toda a pobreza da caatinga

interior, o caatingueiro são-franciscano se sente menos desamparado que o lameireiro das ilhas ou o roceiro das vazantes. Muitas vezes, o caatingueiro não tem nem um “olho de enxada” para roçar a terra que possui, herdada dos seus antepassados; mas nem por isso deserta da luta. Numa das nossas viagens pelo interior do município de Pilão Arcado, encontramos mais de uma centena de pequenos proprietários de terra, homens fortes, descendentes dos povoadores do vale, que não possuíam mais que pedaços de enxadas, tocos de machados e com aqueles restos de ferramentas derrubavam mato, roçavam suas terras, num verdadeiro exemplo de teimosia. Constituiu um verdadeiro e estranho milagre a permanência dessa gente na gleba. Por mais que nos esforcemos, não encontramos explicação para o seu teimoso agarradio à terra. Depois de muita matutação sobre a insistência dos ribeirinhos em viver numa terra hostil à vida, ficamos inclinados a concluir — o que talvez seja um equívoco nosso — que é uma espécie de instinto de propriedade que os prende à terra que foi dos seus tetravós e que hoje lhes pertence. A seca mata todo o seu rebanho, mas ele não desanima: com o dinheiro arrancado do solo crespo com um esqueleto de enxada, comprará uma vaca no primeiro inverno, recomeçando o criatório. São homens bravos, verdadeiros heróis, esses caatingueiros do São Francisco, gente de raça, que no interior de Pilão Arcado mantém vivos núcleos humanos como Campo Grande, Cruz, Salinas de Santo Antônio e Morro da Cabeça no Tempo. O brejeiro também não fica atrás no devotamento à terra ingrata. O homem do brejo é outro místico da gleba. Nós conhecemos e admiramos o seu denodo, sustentando, nos confins do município de Pilão Arcado, em Brejo da Serra, Brejo dos Dois Irmãos e Brejo do Zacarias, a cultura canavieira, iniciada pelos pioneiros, nos primórdios da Colônia. Suas engenhocas primitivíssimas suprem de rapadura, cachaça e mascavo os sertões do Piauí. Seus canaviais desafiam os séculos. Nasceram com o Brasil e ainda vivem pelo Brasil, no silêncio do esquecimento em que jazem.

A VIDA NAS PEQUENAS CIDADES DO VALE

A casa residencial do ribeirinho, nas cidades, não difere muito daquela das fazendas. As mesmas cornijas, as mesmas telhas, o mesmo sistema de caibros e ripas; a porta de entrada entre janelas; a sala de frente, o corredor, a sala de jantar, tudo o mesmo. Em alguns casos,

o uso de platibandas, nas cidades, empresta uma leve diferença entre uma e outra.

A vida nas pequenas cidades do vale, via de regra, é monótona e calma. Em sua maioria, as residências são de propriedade de fazendeiros, razão por que, em certas épocas do ano, muitas delas permanecem fechadas. Há, nas pequenas cidades da beirada, uma frágil burguesia urbana, composta de pequenos bodegueiros e lojistas, que não possuem terras nem sentem atração pela pecuária ou agricultura. Esse minguaço grupo social se vem constituindo desde o começo das cidades. O comércio, como quase tudo ali, é hereditário. Embora haja descendente de comerciante que vira fazendeiro e vice-versa, o mais comum é o filho seguir a trilha do pai. Até nos empregos públicos é sentida essa hereditariedade: o tabelião de notas é quase sempre substituído por um filho. O alfaiate transmite o ofício e a freguesia ao filho, o mesmo acontecendo com o sapateiro, com o magarefe, com o sanfoneiro, com o coveiro, etc. A falta de meios limita as atividades do homem. Uma família de seleiros faz sela através de gerações e gerações. Não por culto à tradição, mas por falta de oportunidade para aprender um ofício novo. O aparecimento das companhias de navegação fluvial criou oportunidades novas, ensinou novos empregos, mas, já a esta altura, o vezo da hereditariedade deitou raízes também nos escritórios, oficinas e estaleiros das mesmas, não sendo de surpreender o fato de se encontrar no leme de um gaiola um filho ou neto de um velho “prático” já falecido.

A nata da sociedade das cidades ribeirinhas é constituída de donos de rebanhos, muitos dos quais acumulam a exploração do comércio. Entre os fazendeiros e comerciantes são repartidos os cargos políticos da terra: prefeito, delegado, subdelegado e seus suplentes, juiz de paz e seus suplentes, adjunto de promotor, escrivães, tesoureiro da prefeitura, fiscal-geral do município etc., etc. As classes dirigentes das cidades se agregam elementos adventícios, vindos da Capital, geralmente no desempenho de funções públicas como coletores, professores e guardas do Serviço de Febre Amarela, ou então no exercício de profissões liberais como médicos, advogados, etc. Não há luxo arquitetônico ou de qualquer outra natureza nas casas residenciais das cidades do vale. Os sobrados constituem exceções raras: cada cidade possui dois ou três, no máximo. Embora térreas e modestas, são confortáveis, em sua maioria, as casas da burguesia das cidades: sala de visita na frente, corredor que leva à sala de jantar e no mínimo quatro quartos. Não é muito sábia a divisão dos cômodos dessas

casas. Os quartos raramente têm janelas. A claridade dos mesmos é filtrada pelo telhado, às vezes com a ajuda de telhas de vidro.

O mobiliário das casas das pequenas cidades da ribeira é o menos numeroso possível. Um grupo chefiado por um sofá, na sala de frente, é o ponto alto do mobiliário, que não vai além da cama de casal, ampla e alta, com um estrado embaixo, raras cômodas de gavetões emperrados, porta-potes e a mesinha dos santos.

Com suas ruazinhas estreitas e tortuosas, as cidades da ribeira do São Francisco são diferentes das de outras regiões do sertão brasileiro. O traçado das cidades ribeirinhas acompanha o curso do rio, daí as ruas serem paralelas ao rio. Nas outras cidades sertanejas, as ruas geralmente partem de um vasto quadrado, no centro do qual quase sempre é edificada a igreja. Raramente o beiradeiro da cidade pinta sua casa de outra cor que não o branco. A cal é a tinta dos ricos e dos pobres. Um ou outro pinta a sua fachada de cor diferente. As cidades mais adiantadas são iluminadas a electricidade. A alimentação tem no feijão o seu elemento básico. O peixe e a carne-seca desempenham, por seu turno, papel saliente na alimentação dos habitantes das cidades ribeirinhas. A indumentária do homem nada tem de particular. Os edifícios públicos limitam-se à Casa da Câmara, onde funciona o júri, recolhem-se os presos, aquartelam-se os soldados do destacamento e o prefeito do lugar despacha o seu expediente, e, quando não há golpe de Estado, os vereadores municipais se reúnem. Diversão não há. As festas dançantes são raras e, na maioria dos casos, ao som antigo das velhas sanfonas. Além de um ou outro baile, de espaço em espaço, as gentes das pequenas povoações da ribeira se distraem com as conversas à porta da rua, sentadas em cadeiras nas calçadas, à tarde e à noite. No trecho baiano da região, só uma cidade, entre quinze, possui um cinema. A diversão de mais prestígio nas cidades são-franciscanas ainda é o dedo-de-prosa na farmácia, ou o pôquer. Os ofícios religiosos, onde há párcos, desfrutam de grande apreço e enchem boa porção das noites compridas. Os jornais e os livros por reembolso postal chegam atrasados, mesmo onde há campo de aterrissagem, de forma que, por falta de novidades de fora, sua gente vai enchendo o tempo e as conversas com assuntos locais. O movimento comercial é pouco — na maioria dos lugares — para ocupar um homem, razão por que é um quadro comum, nas casas comerciais dessas cidadezinhas mansas, o negociante “passando um sono” após o almoço, deitado em cima do balcão, tendo por travesseiro uma bola de fumo ou uma peça de fazenda. E depois da sesta vem

o cavaco vespéral, com a turma toda sentada no balcão, ouvindo anedotas ou histórias de valentia.

É bem verdade que há cidades com tradições de cultura e progresso, como Barra e, ultimamente, Juazeiro, que até possuem pequenos jornais noticiosos e políticos, órgãos de vital importância para o desenvolvimento moral e material da região. Mas não é com as exceções que a realidade deve ser analisada, e ali, as cidades com algum surto de progresso constituem exceção. De ordinário, são velhas vilas decadentes, sem nenhuma indústria, por mais rudimentar, vivendo dos produtos extrativos da flora, da fauna e do rio, com um comércio sem perspectivas, pobre comércio reduzido à condição de agente comprador e vendedor a serviço das firmas da Capital.

Constrange verificar que, à margem do maior rio do país, as cidades vivam no maior atraso, estagnadas, podemos dizer, na modorra da vida pastoril. Não há água encanada nem esgoto em nenhuma delas. E, em muitas, ainda nem foi introduzido o sistema mais primitivo de latrinas, continuando sua gente a procurar o mato para satisfazer as necessidades fisiológicas⁴³. Há lugarejos em que é temerário alguém sair de casa com um jornal na mão; os porcos, vendo jornal, acompanham a pessoa por toda parte, num barulho infernal. A propósito, contam que certo político da Capital, muito elegante e cheio de formalidades, numa visita eleitoral a determinada aldeia do vale, foi acometido de súbita dor de barriga, sendo forçado a procurar o chefe em cuja casa estava hospedado e a quem perguntou:

— Onde é o quarto sanitário?

Habitado a ir à Capital, o coronel pôde entender o que ele queria, e respondeu, entregando ao doutor um pau-de-fumo:

— Suba esse serrote aí atrás, que é do outro lado.

Intrigado, o político da Capital perguntou ao chefe sertanejo:

— E para que eu quero este pau que o senhor me está dando?

— É para V. Exa. espantar os porcos.

A água que abastece as cidades é apanhada em latas de querosene ou barris, sendo conduzida do rio para as casas na cabeça de mulheres ou no lombo de jumentos. As carregadeiras de água e os aguadeiros são figuras típicas de todas as cidades do vale. Duas vezes por dia,

43. O quadro aqui mostrado foi modificado nos últimos trinta anos.

de manhã cedo e à tardinha, as carregadeiras de água, com as suas latas, e os aguadeiros com os seus jumentos e barris, enchem de algazarra a beira do rio, onde durante o dia inteiro as lavadeiras tagarelam batendo a roupa ensaboada nas pedras lisas.

É uma vida parada a das pequenas cidades do vale. Além das intrigas da política local, do disse-me-disse das comadres e compadres, nada acontece naquele mundozinho estreito de ruas tortuosas. E, na monotonia daquela vida em câmara lenta, as mulheres são as criaturas mais estóicas e conformadas deste mundo. Nas cidadezinhas do vale, os homens vivem nas ruas, desde manhã à tarde. As mulheres ficam dentro de casa, que é o seu paraíso e a sua clausura. A vida da mulher nas pequenas cidades beiradeiras é toda devotada aos afazeres do lar. Enquanto solteira, vive na casa dos pais, fazendo rendas nas almofadas de bilro, bordando, fabricando doces e cuidando dos irmãos menores. Depois de casada, continua a mesma rotina, com a diferença de que, em lugar dos irmãos menores, tem os próprios filhos para tratar. A fidelidade ao marido é um traço dos mais acentuados no carácter da mulher da ribeira. Os casos de adultério são raríssimos e, quando surge um, escandaliza toda a gente, indignando a todos. Os homens ficam odiando o marido "enganado", que passa a ser tratado com desprezo, e a mulher infiel é condenada ao isolamento, ficando sem ter com quem falar. É raro uma viúva, mesmo jovem, casar em segundas núpcias: a fidelidade da barranqueira desafia a própria morte.

Os rapazes não têm vida menos monótona. Os dias eles passam nas subatividades do comércio sem movimento, dando um dedo-de-prosa em cada balcão, trocando impressões com os seus companheiros de idade. À noite, às vezes, fazem serenatas, cantando velhas modinhas e canções novas nas esquinas das casas das namoradas. O domingo é o dia de gala: metidos em suas roupas melhores, bem embrilhantados, loção no lenço e flor na lapela, começam exibindo a elegância na missa das dez, onde tem padre que, geralmente, aproveita a oportunidade para pregar contra as mangas curtas, as danças imorais e os namorados na igreja. As tardes de domingo são gastas em passeios acima e abaixo pelas ruas poeirentas, com uma parada em cada esquina, mãos nos bolsos, riso alto. A esta prática os mais velhos chamam de "medir ruas com as pernas"... Enquanto os rapazes passeiam aos grupos, as moças, também aos grupos, fazem o mesmo... E, quando um grupo de moças passa por um grupo de rapazes, olhares furtivos são trocados dentro da tarde aldeã. Nas cidades mais adiantadas, esse *footing* é feito ao som de dobrados

executados pela filarmônica em retreta na praça principal. O mais comum, porém, é ser feito em silêncio, de vez que apenas duas ou três cidades ribeirinhas possuem filarmônicas. Sentada em cadeiras nas calçadas, a gente mais velha assiste ao vaivém dos jovens pelas ruas, profetizando casamentos, recordando o passado. Recordar o passado é uma constante na vida das pequenas cidades. E recordar o passado é o que fazem de melhor, pois as conversas sobre o presente não têm futuro, porquanto, no mais das vezes, são sobre as tricas e futricas da pior política.

CAPÍTULO VI

RELIGIÃO E FOLCLORE

CRENÇAS E DEVOÇÕES DO BEIRADEIRO

A religião do vale é o catolicismo. Mas um catolicismo cheio de superstições e benzeduras, catolicismo *sui generis*, que vai desde o compadrismo entre os fiéis e os santos, até a prática de retirar, às escondidas, as imagens dos altares para fazer chover ou ensejar outras graças e favores. Por mais que os padres protestem contra os “roubos” de santos para forçar a realização de um milagre, o beiradeiro continua seqüestrando imagens nas igrejas e oratórios particulares. É comum uma dona-de-casa, ao chegar diante dos seus santos para as orações matinais ou vespertinas, dar pela falta de um Santo Antônio ou de um São José, ou do Menino Jesus que eles trazem nos braços. Ao notar a ausência do santo ou do Menino Deus, ela já sabe que foi promessa, razão por que não se zanga, mas, ao contrário, reza para que quem o “roubou” seja atendido logo, para o seu lugar no oratório não ficar vago. Em tempo de seca ou de inundação, os santos se vêem apertados, e os oratórios e igrejas ficam grandemente desfalcados. Os devotos só não “roubam” as imagens de Jesus homem e Maria, que são as únicas respeitadas, vez que, segundo é crença popular, roubar Nosso Senhor ou Nossa Senhora provoca as iras do Céu. Há devotos que, quando os favores pedidos tardam em ser concedidos, maltratam o santo “roubado” deixando-o ao relento em noites chuvosas, e há os que chegam ao extremo de amarrá-lo no fundo de um pote cheio de água, de cabeça para baixo. Todas estas práticas são veementemente condenadas pelos párocos, mas o beiradeiro não lhes dá ouvido.

Entre as crenças populares mais antigas do vale, está a de que a chave do sacrário é remédio infalível contra hidrofobia.

O candomblé não tem nenhuma influência na vida do ribeirinho. Lá, os feiticeiros não desfrutam de nenhum crédito. Há, sim, os mandingueiros, caibras velhos que vivem de benzer feridos, receitar

“garrafadas” de sumo de ervas medicinais e fechar, com rezas, o corpo das pessoas. Mas não há o “despacho”, presente aos espíritos, nem tampouco batuques e danças rituais. Mesmo os negros não dão crédito ao candomblé, ali. A religião na beirada é uma mistura do catolicismo com os restos dos pavores seculares do gentio politeísta. O beiradeiro tem fé em Deus, reza o “Creio em Deus Padre”, mas não perde contato com as divindades telúricas da ribeira, como o Caboclo-d’Água, o Minhocão, que, assim como protegem, podem fazer mal. Mas as suas relações com o Caboclo-d’Água e o Minhocão não são íntimas: o beiradeiro não morre de amores por eles, mas, por via das dúvidas e para evitar aborrecimentos, tira-lhes o chapéu. A verdade é que quem manda no vale é mesmo o Bom Jesus da Lapa. Nele o beiradeiro deposita todas as suas esperanças. Depois do Bom Jesus da Lapa, os santos de maior devoção na ribeira são: Santo Antônio, Santa Teresinha, São João Batista e São Gonçalo. Nossa Senhora do Perpétuo Socorro também é muito adorada, tanto na cidade como pela gente da caatinga e das vazantes.

A devoção de São Gonçalo é a mais típica e constitui uma herança dos primeiros povoadores. Os devotos de São Gonçalo pagam suas promessas com danças. Tais danças são chamadas “brinquedo”, e cada “brinquedo” é constituído de “30 rodas”. Os devotos, pelo favor recebido ou desejado, prometem e pagam, no mínimo, vinte “brinquedos”, mas já se tem verificado casos em que o miraculado paga cem “brinquedos” pela graça alcançada, e em tais casos as danças demoram três ou quatro dias, entre os gritos de alegria e o espoucar de foguetes. Os “brinquedos” de São Gonçalo são realizados à sombra de árvores, ou sob latadas cobertas de palha. Cada dançarino tem uma função e o “mestre” das danças tem de ter boa memória e corpo ágil. Acompanham as danças cânticos alusivos às virtudes e poderes de São Gonçalo. Os “brinquedos” começam e terminam sempre com um estribilho que diz:

“Ora viva e reviva! . . .
Viva São Gonçalo
Viva!”

O maior prestígio, porém, não é de São Gonçalo nem de qualquer outro santo, e sim do Bom Jesus da Lapa, cujos milagres todos atestam e confirmam. Nem o Bom Jesus do Matozinho, às margens do Paraopeba, afluente do São Francisco, desfruta da popularidade do Milagroso Bom Jesus da Lapa. Durante o ano inteiro, caminham a pé,

muitas vezes descalços, pelas margens do rio, levam e levam de romeiros que vão à Lapa agradecer ao Bom Jesus as graças recebidas. No entanto, a grande romaria se dá a 6 de agosto, quando dezenas de milhares de devotos acorrem ao santuário, uma gruta no sopé de um morro coberto de bromélias. É rara a família do vale que já não tenha ido, a pé ou embarcada, à Lapa do Bom Jesus, pagar uma promessa, agradecer um milagre. Especialmente no mês de agosto, mês da festa do Bom Jesus, cresce o número de romeiros que buscam a gruta milagrosa em procissões diárias pelo caminho que marginam o rio. Muitos desses bandos vão cantando *benditos*, o que empresta ao espetáculo uma beleza singular.

São inumeráveis os milagres do Bom Jesus da Lapa, que o povo repete aos quatro ventos, em prosa e verso. Contam que uma romeira estava com o seu filhinho numa das aberturas da gruta, quando o menino desprendeuse dos seus braços, indo cair no rio, lá embaixo. Desesperada, a mãe gritou com todas as forças do seu coração despedaçado:

— Valei-me meu Bom Jesus!

Foi o bastante. Quando todos olharam para o lugar onde o menino caíra, viram-no sentadinho, flutuando sobre a correnteza.

A história do santuário da Lapa está ligada à própria história do desbravamento da região, datando dos primeiros anos da Colônia. O padre Turíbio Vilanova Segura, vigário da Lapa, em interessante obra já citada, narra a história do famoso santuário fundado pelo piedoso frei Francisco da Soledade, que, segundo a tradição, viveu na gruta em companhia de uma onça. O frade e a fera estão imortalizados na lembrança do povo, graças à força da devoção que a imagem, trazida por ele, inspira às gentes da ribeira. No interior da gruta, além do espaçoso vão que serve de nave, há vários corredores, e num deles está a “cova do frade” onde, dizem, está enterrado o eremita. Ao seu lado fica a “cova da onça”, que se acredita guardar os restos de sua companheira.

Os cantores do sertão têm-se ocupado do Bom Jesus e são inúmeros os *ABCs*, *benditos* e *tiranas* louvando o Milagroso Santo da Gruta e louvando os seus milagres. Um livreto conta, em versos, a história do ladrão que penetrou no templo para roubar, mas, tocado pelo poder divino, se converteu, deixando de “pegar no alheio”. Os cegos e romeiros improvisam ao som da viola, nos dias da romaria, e muitos desses versos ficam populares, passando a ser repetidos

através dos anos. O padre Turíbio recolheu vários desses *berditos* populares e os reproduziu em sua resenha história do santuário. Um deles, talvez o de maior beleza evocativa, é *A Despedida do Romeiro*:

“Senhor Bom Jesus da Lapa
É Senhor de muita luz;
Socorrei o povo todo
Para sempre, amém, Jesus.

Senhor Bom Jesus da Lapa
Adeus que já vou embora;
Não me despeço pra sempre,
É somente por agora.

Senhor Bom Jesus da Lapa
Aceitai minha romaria,
Que sou romeiro de longe,
Não posso vir todo dia.

Quem quiser do Padre Eterno
Merecer algum favor
Se apegue com o Bom Jesus
Que é o nosso protetor.

Oh, que dia tão bonito!
Vosso trono eu vou beijar,
Me despeço de vossa Igreja
Logo mais vou viajar.

Senhor Bom Jesus, adeus!
Adeus que já quero ir:
Me lançai a vossa bênção
Até eu tornar a vir.

O próprio autor do presente livro, aos seis anos de idade, depois de salvo de grave enfermidade, foi levado pelos seus pais, em romaria com muitos parentes, à gruta do Bom Jesus em cumprimento da promessa feita por um seu irmão. A lembrança daquelas andrajosas multidões de cegos e aleijados, cantando *berditos* súplices, até hoje o acompanha. A Lapa é a cidade das penitências e das graças. O São Francisco, ali, transmuda-se no Jordão, e as suas águas se fazem milagrosas ao contato das lajes do sopé do morro sagrado. Visto de longe,

o morro lembra um sepulcro monumental. Nele, além dos ossos do solitário Frei Francisco e da onça, sua companheira, repousam as solenes esperanças de todo um povo em andrajos. É grave e imponente o seu aspecto exterior e por dentro as furnas e estalactites impressionam o visitante. Pelas suas paredes de pedra, o mistério do tempo deixou sinais de sua passagem.

Comovido pela beleza rústica do santuário, o devoto ribeirinho, quando canta, exalta:

“Viva o Bom Jesus da Lapa
Viva a sua romaria
Vivam os filhos de Minas
Pernambuco e Bahia!”

O Bom Jesus da Lapa é a maior devoção da gente da beira do São Francisco. O seu poder sobre o beiradeiro é tal que não sobra, no coração do ribeirinho, espaço para qualquer outra devoção. Apenas um pequeno espaço resta para as credices inofensivas, como a do Caboclo-d'Água, que, no entender do beiradeiro, vai também em romaria à Lapa e é quem toma conta dos presentes levados pelo rio: os beiradeiros do alto São Francisco, quando não podem, por qualquer motivo, fazer a romaria, botam os seus presentes no rio e a correnteza os leva diretamente para os pés do morro-santuário. Nas cheias de agosto, passa rente ao morro um braço do rio, e é por ele que os presentes vindos de longe vão ter ao Bom Jesus. De mais distante que venha um presente, ninguém ousa desviá-lo. Eles geralmente viajam dentro de cabaças enfeitadas, e são, em sua maioria, velas, tostões e cachos de cabelo.

A vida religiosa do vale não se resume, porém, ao culto do Bom Jesus da Lapa. Se bem que o Bom Jesus seja o Senhor absoluto de todos os devotos da zona e esteja em todos os pescoços e paredes, cunhado em medalhas de alumínio ou pintado em quadros multicores, há outras devoções, além da sua.

Entre as crenças populares do vale, a mais antiga talvez seja a que coloca uma divindade maligna dentro do santuário da Lapa, perto do Bom Jesus. Segundo essa credice, existe na gruta, presa numa de suas furnas, uma serpente de asas longas e corpo emplumado, estranho ser que lembra a “serpente emplumada”, a Quetzalcóatl mexicana. A lenda mexicana da Quetzalcóatl inspirou uma novela a D. H. Lawrence, ao passo que a serpente de asas da gruta da Lapa nem um conto

inspirou ainda a qualquer escritor erudito ou popular. Há, na gruta, uma furna chamada “cova da serpente”, que é onde se encontra encarcerada a cobra de asas, que, no dia em que se libertar, matará todos os homens, comerá todos os rebanhos, beberá todos os rios, acabando com o mundo. Por isto, porque se ela um dia se livrar do cativeiro provocará o fim do mundo, é que todos rezam o “Ofício de Nossa Senhora”, pois, é crença geral que cada vez que for rezado o ofício cairá uma pena das asas da serpente maldita. A serpente de asas do São Francisco já integra o folclore nacional, e Luís da Câmara Cascudo dela nos dá notícia no seu *Geografia dos Mitos Brasileiros*. Também o padre Turbívio Vilanova Segura faz referências a ela no seu livro. Mas o que lhe dá importância é a sua ligação com a gruta do Bom Jesus. Desloque-se a prisão da serpente de asas para qualquer outra gruta da região, e já veremos o seu prestígio decair, nivelando-se ao do Caboclo-d’Água, do Minhocão, do Romãozinho e tantos outros habitantes da mitologia regional. É que a grande devoção popular pertence realmente ao Bom Jesus da Lapa, defensor dos rebanhos e dos pastos, guardião das lagoas e roçados. É a ele que o beiradeiro recorre em todos os momentos. Nas casas, atrás das portas e janelas, de mistura com signos de Salomão e cruzes riscados na madeira ou desenhados a pixe, o ribeirinho prega papéis com orações contra os malefícios, nas quais o nome do Bom Jesus é invocado ao lado do de Maria Virgem Mãe. Nas casas da fazenda, para que o Bom Jesus proteja o gado, o ferro do fazendeiro é impresso a fogo entre as cruzes, signos de Salomão e orações colocados atrás das portas. Entre as orações que são colocadas atrás das portas para defender a casa dos maus espíritos, é muito frequente uma que dizem ser a de São Cipriano, e que diz:

“Oremos.

Eis a Cruz do Senhor: fugi, fugi, ausentai-vos, inimigos da natureza humana! Eu vos conjuro, em nome de Jesus, Maria, José, Jesus de Nazaré, Rei dos Judeus. Eis aqui a Cruz do Nosso Senhor Jesus Cristo. Fugi, partes inimigas, venceu o leão da tribo de Judá e a raça de Davi!

Aleluia! Aleluia! Aleluia! Exaltado seja o Senhor, nos abençoe, nos guarde e nos mostre a sua divina providência; vire para nós o seu divino rosto e se compadeça de nós. O rei Davi veio em paz, assim como Jesus se fez homem e habitou entre nós, e nasceu de Santa Maria Virgem pela sua

bendita misericórdia. Santos Apóstolos, bem-aventurados do Senhor, rogai ao Senhor que nos valha, Cipriano, e guarde nossa morada. São João, São Mateus, São Marcos, São Lucas, nós vos rogamos que vos digneis livrar-nos e conservar-nos livres de todos os acontecimentos dos demônios. Tudo esperamos de quem vive e reina com o Padre e o Espírito Santo, por todos os séculos dos séculos. Amém.”

Além da aqui reproduzida, é comum encontrar atrás das portas orações como esta outra:

“Oh, Deus Onipotente, que do seio do eterno Pai viestes ao mundo para salvação do mundo, dignai-vos pois, Senhor, de pôr preceito ao demônio ou demônios para que ele ou eles não tenham mais o poder e o atrevimento de entrar nesta morada. Seja fechada a sua porta, assim como Pedro fecha as portas do céu às almas que lá querem entrar sem que primeiro expiem suas culpas. Vai-te, Satanás, desaparece assim como o fumo da chaminé.”

Esta oração também é rezada na cabeceira dos moribundos na hora derradeira, para afugentar o demônio e os maus espíritos.

Religiosos, cheios de temores pelo desconhecido, os barranqueiros trazem bentinhos e escapulários no pescoço. Se é vaqueiro, traz no forro do gibão uma oração forte contra ponta de pau e chifre de boi; se é remeiro, o seu remo quase sempre tem uma cruz ou um signo de Salomão desenhado na pá. Receosos das almas dos mortos, rezam muito, pedindo a Deus misericórdia pelos defuntos. É fácil ver, à noite, boiando sobre as águas uma luzinha trêmula: é a devoção dos vivos aos afogados. A luzinha é de uma vela acesa dentro de uma cuia ou no interior de uma cabaça. A alma do afogado desfruta de enorme respeito entre os barranqueiros. Tal respeito advém, certamente, do medo de morrerem afogados, uma vez que consideram que os que morrem afogados ficam impenitentes, já que partem sem ter tempo de se arrependem dos seus pecados.

As noites do rio são povoadas de pavores. Sobre as águas, na baça claridade das estrelas, os espíritos acendem fogos de todos os matizes. O beiradeiro, no seu misticismo supersticioso, identifica as várias manifestações do Além pelo colorido das luzes que bóiam nas águas. Mas não é só dentro ou na beira do rio, que as visagens

aparecem. Nas ruas das pequenas cidades, nos quintais das casas, nos becos das igrejas, nas vizinhanças dos cemitérios, surgem aparições noturnas que a todos apavoram. Ora surgem almas de antigos bandleiros pedindo, pelas esquinas, um padre-nosso pelo amor de Deus; ora invisíveis bebês que são ouvidos a chorar, inconsoladamente, dentro da noite silente — almas de criancinhas que morreram pagãs — a pedirem a graça do batismo. Quando alguém localiza de onde parte o choro, e, pronunciando as palavras sacramentais, batiza com água benta o chão, no local onde se presume esteja sepultado o inocente, o pranto noturno deixa de ser ouvido. O batismo, que é o mais importante dos sacramentos, desempenha um papel saliente na vida e na morte do homem do vale. Ser pagão, mesmo inocente, é algo terrível. Os pais procuram batizar os filhos o mais cedo possível, prevenindo morte súbita. Nos lugarejos sem párcos, os batizados são feitos de ano em ano: pelo Natal, as autoridades eclesiásticas enviam padres aos pequenos povoados para celebrar missa, batizar, casar e confessar os pecadores. Por falta de padres, o beiradeiro comumente só tem contato com a sua religião em três momentos de sua vida: no dia do batismo, no dia do casamento e no dia em que morre. Porém nem todos recebem a extrema-unção: a falta de assistência religiosa faz com que o homem morra confortado apenas pelas velhas “orações da hora da morte”, a cargo das “ajudadeiras” ou de pessoas da família. Para a hora derradeira não falta a “vela benta” do casal. Ter em casa uma “vela benta” é providência de que ninguém descure. Os barranqueiro, em meio aos seus pecados, sente mais segurança morrendo com uma “vela benta” entre as mãos. E na hora extrema é sempre para o Bom Jesus da Lapa que ele apela, como atesta o *bendito* do cego de Santa Ana do Sobradinho, que o Padre Turíbio Vilanova nos apresenta em seu livro:

“Senhor Bom Jesus da Lapa
Queira lhe acompanhar
Que lhe dê ramos de flores
Pra no céu poder entrar.”

DIVINDADES, BICHOS E ASSOMBRAÇÕES DA RIBEIRA

O vale do São Francisco é fértil em lendas e propício a credices. O seu folclore é rico e colorido. Os seus “bichos”, visagens e assombrações não têm, contudo, os requintes de perversidade dos lobisomens e papa-figos de outras regiões do país. Só a “cobra de asas” da

gruta da Lapa é ameaçadora; os outros mitos ribeirinhos apenas assustam. Na geografia dos pavores infantis, os bichos da mitologia são-franciscana são os menos horripilantes, os menos malignos. Os bichos da noite, no vale, preferem brincar a fazer mal. A própria cobra de asas da Lapa já não oferece tanto perigo hoje como acontecia antigamente: depois de tantos anos de ofícios de Nossa Senhora rezados para que suas penas caíam, é de se esperar que a serpente já esteja completamente pelada⁴⁴.

São muitas as entidades míticas da beirada. A mais popular delas, sem dúvida, é o Caboclo-d'Água, baixo, troncudo, bela musculatura, pele bronzeada e olho no meio da testa. O Caboclo-d'Água é bem-humorado, mas às vezes faz das suas, provocando prejuízos e até mortes. Bem tratado, presenteado de vez em quando com uns pedaços de fumo para mascar, o Caboclo se torna benfazejo, ajuda os seus obsequiadores nas pescarias, evita que o rio entre em seus roçados, etc. Maltratado ou tratado com indiferença, no entanto, torna-se perigoso. Sua morada predileta é nos rochedos do meio do rio. Também habita os bancos de areia das ilhas submersas. É anfíbio, mas não gosta de se afastar muito do rio. Só sai da água para exercer alguma vingança ou fazer algum favor. Nunca um Caboclo-d'Água foi visto muito longe do rio. Ele se afasta, no máximo, cem metros do seu habitat.

Contam coisas assombrosas a seu respeito. Para muita gente, ele é um só, e, se é visto em vários lugares ao mesmo tempo, é por ter poderes para isso. No entanto, há no vale muitas pessoas que afirmam existirem vários Caboclos-d'Água. Para essas pessoas, a Mãe-d'Água também não é uma só, e sim muitas. Dos mitos aquáticos do vale, o Caboclo e a Mãe-d'Água são os mais solicitados. Mas ainda há o Minhocão (ou Surubim-rei), que é o Rei do Rio, mandando e desmandando em tudo, na vontade dos peixes e na vontade das águas. Na opinião de muitos, o Minhocão é um surubim de mais de trezentos anos de idade, que de tão velho perdeu as barbatanas, ficou roliço, e, enfurecido por isso, vive fazendo mal, virando embarcações, comendo os outros peixes, derrubando barrancos para estragar as roças dos

44. A serpente de asas da Lapa já foi mencionada em vários livros sobre o assunto, inclusive no já citado trabalho do Padre Turíbio Vilanova Segura. Também Luís da Câmara Cascudo, no seu *Geografia dos Mitos Brasileiros*, focaliza a Quetzalcóatl beiradeira, que, do seu palácio de pedra da margem do São Francisco, ameaça o gênero humano perseguida pelos milhões de ofícios de Nossa Senhora dos devotos do Bom Jesus.

beiradeiros. Do seu corpo roliço, nascem os porcos-d'água, pequenos e feios monstros, cabeça e patas dianteiras de porco e o resto do corpo de peixe. Nadam muito e são usados pelo Minhocão para escavar os barrancos e matar as plantações marginais. Sempre que um Minhocão morre de velho e outro surubim centenário o substitui no governo do rio, há a "mudança do reino". A corte é transferida para outro perau ou sumidouro ao longo do rio.

O Caboclo-d'Água, a Mãe-d'Água e o Minhocão enchem de leves pavores noturnos a gente da beira do rio, mas não afligem em nada os moradores da caatinga e dos brejos, que, por sua vez, têm outros mitos a respeitar. Na caatinga e nos brejos do interior dos municípios, reinam a Caipora, a Mula-sem-Cabeça, o Zé-Capiongo, o Fogo-Azul, o Pé-de-Garrafa, a Mão-Pelada e Romãozinho, um espírito travesso que tanto atua nas caatingas e brejos como dentro do rio, em pleno domínio do Minhocão e do Caboclo-d'Água. As aventuras de Romãozinho dariam um livro. O Romãozinho vence o Caboclo-d'Água, tanto em peraltice como na popularidade. Não há, na beirada, quem desconheça as diabruras do diabinho que passa os dias apagando o fogo das cozinhas, e à noite atira pedras nos telhados das casas.

Povoando as noites de sezão do beiradeiro, o Caboclo-d'Água, o Minhocão e o Romãozinho enchem de brandos pavores a alma do vale. Nasceram com a sociedade pastoril ali surgida nos primórdios do povoamento do vale. Os marinheiros de Miguel Henrique e Pedro Rebelo levaram para o São Francisco, em 1550, as crendices européias que enchiam os mares de sereias, mas lá já encontraram, amedrontando o gentio supersticioso, os deuses da terra. Os espíritos da selva, misturados com os trazidos de além-mar pelos colonizadores, deram origem a uma mitologia colorida e que, à proporção que os anos passam, vai sendo enriquecida com outras contribuições de crendices e superstições oriundas de outras regiões do interior brasileiro. Caminho natural das populações do centro, o São Francisco foi recebendo e incorporando ao seu patrimônio mítico as lendas e os bichos noturnos de várias áreas do sertão. Daí o fato de encontrarmos, integrando o folclore e a mitologia da ribeira são-franciscana, versos, canções, lendas e "bichos" dos canaviais do Recôncavo baiano, das fazendas de gado de Minas, dos garimpos de Goiás, das caatingas de Pernambuco, dos cafezais de São Paulo, dos currais do Piauí e do aguaçal amazônico. Por força de sua condição de principal via de comunicação entre o Norte, o Centro e o Sul, o São Francisco reúne em seu folclore um pouco de toda a mitologia brasileira, apresentam-

do-se como um catálogo vivo das lendas e credências do país. O Minhocão do São Francisco e o seu Caboclo-d'Água são personagens-símbolos de todas as sociedades lacustres, o mesmo acontecendo à Caipora de suas caatingas, que é a mesma "caipora" de outros sertões, embora menos malvada. O próprio Romãozinho, que é a mais beiradeira das assombrações da beirada, tem seus pontos de contato com "espíritos malignos" de outras regiões do país. Aliás, bem observado, não existem, na realidade, grandes diferenças entre os vários mitos das diversas zonas do interior brasileiro: os nomes são diferentes, mas os "bichos" são os mesmos. O Cabeça-de-Cuia das águas do Parnaíba é o mesmo Caboclo-d'Água dos barrancos do São Francisco. A Boiúna amazônica é irmã gêmea do Minhocão são-franciscano. A unidade mítica do Brasil é um fato. E o rio São Francisco, que no período colonial constituiu um fator decisivo da unidade territorial da pátria em formação, exerceu, igualmente, uma grande influência na unidade de suas lendas, mitos e crenças populares.

ROMÃOZINHO

A história de Romãozinho é curta e simples. Contam que ele era um menino muito atentado, espírito inquieto, amigo dos brinquedos perigosos. Era filho de um casal de camponeses. Seu pai trabalhava longe do rancho, e ele ficara encarregado de levar-lhe a comida todos os dias, no roçado. A mãe sofria muito com as peraltices do filho e a brutalidade do marido, que a espancava por qualquer "dá cá aquela palha". Romãozinho gostava de ver a mãe apanhar, razão por que estava sempre provocando briga entre os pais.

Todos os dias, quando ia levar a comida para o pai na roça, o endiabrado garoto comia metade pelo caminho, de modo que o pai tinha sempre motivo de espancar a mulher quando chegava em casa à noite, alegando que ela era mesquinha e queria matá-lo de fome. A mulher retrucava que mandara o suficiente, e isto aumentava a raiva do marido. Certo dia, a pobre mãe matou uma galinha e preparou-a a capricho, mandandô-a inteirinha, para o marido. Romãozinho comeu tudo no caminho e, chegando no local do trabalho, onde o pai, faminto, o esperava, apresentando-lhe apenas os ossos da galinha, disse:

— Ela manda dizer que se contente com os ossos, pois a carne guardou para seu vigário.

Mal acabou de ouvir o que o filho lhe dizia, o homem saiu como louco e, chegando em casa, matou a mulher. No momento exato em que o marido matava a esposa, o mau filho estourou, deixando atrás de si um horrível cheiro de enxofre. Desse dia em diante, Romãozinho começou a aparecer às pessoas, fazendo boiadas arrebitarem os currais, virando panelas no fogo, furando potes de água e jogando pedras nos telhados das casas.

Ele virou “bicho” aos doze anos de idade. São passados mais de duzentos anos e ele continua do mesmo tamanho, com a mesma fala. Romãozinho é um terror. Quando toma birra por uma pessoa, ela tem de mudar de terra. Conhecemos um casal de roceiros que abandonou tudo que tinha em Malhada, no alto São Francisco, por causa dele. O marido disse que via a hora de sua mulher morrer de tanto apanhar do malvado. O pobre vivia escondendo os chicotes, cabos de vassouras, cordas, etc., pois quando Romãozinho chegava, sem que ninguém o acionasse, o chicote se desprendia do prego onde estava pendurado e, sozinho, começava a bater na mulher. Quando não era assim, disse-nos o roceiro, era a sua viola que saía do grampo e começava a tocar, flutuando no ar. Se eles ficavam com medo, o invisível violeiro soltava gargalhadas zombeteiras, que estrondavam pela casa toda. A perseguição durou tanto que eles tiveram de mudar de terra.

Um outro depoimento que ouvimos sobre Romãozinho apresenta o diabrete pondo em polvorosa todo um povoado: durante mais de uma semana Romãozinho atormentou o arraial de Icatu, apagando o fogo das cozinhas, suspendendo os vestidos das moças no meio da rua, derrubando todas as mercadorias das prateleiras dos armazéns, tocando o sino da igreja, enfim pondo em desassossego toda a população. Foi preciso chamar um padre na Barra para benzer o vilarejo. Mesmo depois da intervenção do padre, Romãozinho continuou, vez por outra, a visitar o lugar, cometendo desatinos.

No seu afã de distribuir malefícios, Romãozinho sincretiza com o próprio Saci, chegando em muitos casos a usar cachimbo e mascar fumo de corda. Há aparições de Romãozinho que são verdadeiros plágios da Caipora, como as vezes em que ele aparece nos acampamentos, colocando borralho quente nas virilhas dos tropeiros adormecidos. Meninote acaboclado, Romãozinho lembra, na estatura, na cor e nas diabruras, o Caboclo-d'Água e a Caipora, com a diferença de não morar dentro dos rios, como o primeiro, nem saber cavalgar caitetus, como o último. Como no tempo em que era gente, Romão-

zinho ainda hoje não dispensa uma baladeira, e com ela distribui pedradas certas pelos telhados das vilas e fazendas. Uma de suas brincadeiras prediletas é trepar, sem ser convidado, na garupa dos viajantes, viajando léguas e léguas sem ser notado. O viajante só sabe que andou com Romãozinho na garupa quando pára, pois o diabrote, antes de saltar para o chão, dá uma palmadinha de agradecimento no ombro do cavaleiro; que, voltando-se e não vendo ninguém, adivinha logo que se trata dele. Em ocasião como esta, o viajante deve rezar imediatamente o “Creio em Deus Padre” (o Credo), para evitar que o espírito maligno não queira ficar freguês de sua garupa, pois, segundo é voz corrente no vale, dá azar andar em companhia de espíritos sujos.

As margens do São Francisco há lugares certos onde o viajante pode encontrar canoeiros profissionais que ganham a vida transportando gente e animais de um lado para outro do grande rio. São os “passadores”. O “passador” mora perto do rio e sua canoa está sempre amarrada ao pé da casa. Ao chegar, o viajante, vendo a embarcação ancorada na margem oposta, grita uma vez ou duas, conforme a necessidade:

— Oôô passador!

E o “passador” vem “passar” o viajante. Mas em tempo de “aparição” de Romãozinho, o “passador” toma trote toda hora: o “espírito maligno”, para aperrear o homem, grita da outra margem, à maneira dos viajantes; o “passador” corre a atender, mas chegando no lugar de onde partiu o apelo não encontra ninguém. Para maior desgosto do canoeiro-passador, Romãozinho solta uma gargalhada gostosa, do meio do mato.

Folião inveterado, Romãozinho não perde festa. Onde ronca uma sanfona o diabinho se apresenta, levantando poeira, participando da alegria dos homens. A sua presença, nas festas, é pressentida pelas diabruras que lhe são características. Quando o candeeiro apaga três vezes, já se sabe: Romãozinho está no baile. Outro sinal da presença do “maligno” numa festa é a cachaça desaparecer rapidamente dos garrafões. Com ele num forró, os garrafões de aguardente secam num abrir de olhos. Beberrão de raça, Romãozinho deixa os festeiros sem pinga para animar a festa. Ele bebe por todos. E, depois de bêbado, se escorna a um canto, roncando alto, enquanto a festa continua ao som da sanfona e o arrasta-pé prossegue na sala de chão batido.

Bêbado, Romãozinho é inofensivo: dá para dormir, que é um nunca acabar. Sabemos de um caso em que ele, depois de secar três garrações de “catuzeira”⁴⁵, dormiu três dias e três noites, e quando por fim acordou, com voz pastosa disse, fugindo:

— Vomembora senão me acabo, pois nunca vi cachaça mais ruim.

Contam que de outra feita, ao acordar da ressaca, ameaçou:

— Se da próxima festa que eu vier aqui, não encontrar uma garrafa de Januária só para mim, deixo todo mundo nu no meio do salão.

Romãozinho é popular em todo o vale, e dele contam histórias que dariam para encher um volume. É um personagem querido, ao mesmo tempo que temido, cujas aventuras são o regalo da imaginação popular e servem de assunto de conversa em todas as rodas. Inimigo natural do Bom Jesus da Lapa, certa vez ele foi em romaria ao santuário milagroso só para perturbar os romeiros. Durante os dias que passou na Lapa, roubou as esmolas dos cegos, provocou brigas no adro da igreja, de maneira que nesse ano não houve recolhimento de espírito para os que tinham ido em busca de paz.

Autêntico espalha-brasa, compromete com as suas arrelias os céus e a terra. Sozinho vale por uma legião de demônios. O inferno é pequeno para as suas diabruras e, por isso, ele faz do São Francisco o seu paraíso. . .

A “PESADEIRA”, A “MÃO-PELADA” E OUTRAS VISAGENS

“Não durmam de barriga para cima” — eis o conselho diário dos mais velhos aos meninos, nas fazendas e povoados do médio São Francisco. Segundo os velhos beiradeiros, dormir de barriga para cima é perigoso, pois quando a gente está dormindo a Pesadeira vem e senta em cima da nossa barriga. A Pesadeira é uma feiticeira encantada que traz na cabeça uma touca vermelha. Quem conseguir tomar a sua touca pode pedir o que quiser que ela atende. Sem a touca, a Pesadeira perde a força e, por isto, quem lograr botar a mão em sua touca terá “de um tudo no mundo”, bastando exigir. O povo da beirada conta o caso de um homem muito pobre que estava quase adormecido

45. Cachaça ordinária, o nome vem de Icatu, lugar onde era fabricada a pior cachaça da zona.

quando a Pesadeira sentou-se em cima da sua barriga. Velhaco, ele foi de mansinho estirando o braço, até que alcançou a touca da feiticeira. De posse da touca, sentiu a Pesadeira ficar leve como uma criança de peito, em cima dele. Muito assustada e humilde, ela pediu que ele lhe devolvesse o capuz. Então o esperto começou a exigir recompensas e prêmios. E ela teve de aceitar suas condições. Resultado: no outro dia o velhaco, que era muito pobre, amanheceu muito rico; a sua casinha transformou-se no maior palácio do mundo; sua carroça virou carruagem; seus mulambos viraram vestes reais e ele ficou poderoso e respeitado para o resto da vida.

A Pesadeira, que no vale do São Francisco é o pavor das noites, foi surpreendida por Luís da Câmara Cascudo, em São Paulo e Minas, com as mesmas características, mas com outro nome, "Pisadeira", o que é quase a mesma coisa. A "Pisadeira" de Luís da Câmara Cascudo⁴⁶ "é muito magra, que tem os dedo cumprido e seco cum cada unhão!". E "quando a gente caba de ciá e vai dormir", eis que "ela desce do teiado e senta no peito da gente". Como vemos, é a mesma do São Francisco, com a diferença de que a do São Francisco não é tão magra e nem tem unhas tão grandes, como a de Luís da Câmara Cascudo e Cornélio Pires. A Pesadeira do São Francisco tem uma touca vermelha, enquanto a "Pisadeira" de São Paulo e Minas tem apenas cabelos desgrenhados, o que empresta à do São Francisco parentesco mais próximo com o "Pesadelo" do camponês europeu, que tem no "Fradinho-da-Mão-Furada", que usa "na cabeça um barrete encarnado" o seu "bicho" caseiro mais característico. Mas nem o "Fradinho-da-Mão-Furada", de Portugal, nem a *nocturna oppressio* dos romanos⁴⁷ tinham a faculdade de enriquecer as pessoas, como acontece com a "Pesadeira" do vale do São Francisco, que, para reconquistar a sua touca vermelha (irmã do barrete encarnado do "Fradinho"), pode cumular de riquezas o raptor de sua touca mágica.

Outro mito famoso do vale é a Mão-Pelada, também conhecida noutras regiões do país. Dorme de dia e só sai durante a noite, quando ataca pessoas para beber o sangue. O nome vem do fato de ter uma das mãos em carne viva. Segundo a tradição oral, o sangue da Mão-Pelada cura a lepra e a sua banha é um santo remédio para o reumatismo. A Mão-Pelada não frequenta a beirada do rio; vive

46. CASCUDO, LUÍS DA CÂMARA — *Geografia dos Mitos Brasileiros*, pp. 38, 399 e 400.

47. CASCUDO, LUÍS DA CÂMARA — *Op. cit.*

nas matinhas dos brejos e nas caatingas fechadas (mata de cipó), ao lado da Caipora, do Fogo-Azul e do Gritador.

O Gritador é também conhecido como Zé-Capiongo e vive gritando dentro da noite. Contam que ele é a alma penada de um vaqueiro, que, desrespeitando a sexta-feira da Paixão, saiu a campear no dia santo e nunca mais voltou. Sumiu misteriosamente com o cavalo, o cachorro e a rês que campeava. Virou assombração. Hoje vive gritando no mato, aboiando uma rês invisível como ele. É o "Gritador". Embora os seus gritos sejam mais ouvidos à noite, o Gritador não tem hora para gritar. Dizem que até ao meio-dia ele clama no meio do mato assombrando os vivos, assustando os bichos. Nas noites de sexta-feira, além do seu aboiado triste, são ouvidos o rumor dos cascos do seu cavalo e o ladrar do seu cachorro de campo.

Além do Gritador, povoam de pavores a alma simples da gente do vale a Mãe-da-Lua, o Penador, a Rasga-Mortalha, a Alma-de-Gato e o Fungundungo-Pé-de-Bolo, sem falar no Cavalo-do-Cão, a clássica e universal Mula-sem-Cabeça e tantos mitos evocadores de um passado cheio de encanto e de medo. Todos esses mitos fazem parte da constituição anímica das sociedades pastoris, estando tão ligados a elas quanto a prática do cafuné. O cafuné e os "bichos" da meia-noite são uma característica das zonas do pastoreio. As assombrações e visagens, tanto quanto o cafuné bem catado pelos dedos lerdos da mucama quente, influem poderosamente no perfil psicológico do homem rural, refletindo na sua vida doméstica e explicando a sua tendência para viver o mais possível dentro de casa. No interior da casa continua a segurança. Lá fora estão os perigos, as visagens, os "bichos". O hábito de dormir cedo deve ser uma revivescência do medo atávico. Recolhendo-se cedo, o homem do barranco, mesmo hoje, obedece aos pavores ancestrais. Por mais belo que seja o luar, o sertanejo contempla-o do alpendre de sua casa, a salvo de qualquer "assombração", pois, no seu modo de pensar, Deus fez o dia para os vivos e a noite para os mortos. Andar à noite é perigoso e, por isso, nas sociedades pastoris, o homem vai cedo para a cama. E debaixo dos lençóis abafa os seus temores ingênuos. A influência dos pavores noturnos se faz presente na fecundidade dos casais. Recolhendo-se cedo, a gente das fazendas e pequenos arruados dispõe de uma noite mais longa do que a dos habitantes das cidades. E quanto mais longa a noite, maior o número de filhos.

O CAFUNÉ

Quando os portugueses, trocando a caça ao índio pela construção dos currais, passaram de despovoadores a povoadores, por ter todo o seu tempo tomado pelo trabalho com o gado, suas cabeças viviam maltratadas, cheias de piolhos e sujas. Nos raros momentos de descanso, suas mulheres entravam a catar a piolheira. Sob a pressão amena dos dedos amigos, o rude lidador adormecia, entre voluptuoso e repousado. Com o passar do tempo, “catar piolho” era um hábito dos mais gratos ao pioneiro. E, quando faltava o piolho, ele pedia à companheira que fingisse que estava catando, pressionando-lhe o couro cabeludo com a falange, de maneira que a unha estalasse como se estivesse matando um piolho. Foi assim que nasceu o cafuné.

O cafuné foi introduzido na vida do vale juntamente com os primeiros boizinhos açorianos vindos das cercanias da Cidade do Salvador. Seguindo o mesmo caminho palmilhado pelas boiadas, o cafuné lentamente atingiu, pelo lado dos “baianos” (a margem direita) e pelo da gente de Pernambuco (a margem esquerda do grande rio), o Médio São Francisco, donde se espalhou, sertão adentro, chegando ao Piauí, ao Maranhão e à Ilha do Marajó já no século XVIII. Das margens do São Francisco, sempre no coice das boiadas, ele entra aí para os sertões goianos e, através do Paraná, conquista o mundo verde das selvas mato-grossenses. Foi o mais leal e constante companheiro do bandeirante nas suas caminhadas e pousadas, no afã de plantar currais e abrir caminhos. A sua história é a própria história do povoamento do Brasil. Parte integrante da vida pastoril, o cafuné acompanha o progresso da pecuária no país, desde o tempo em que “no norte uma vaca valia Cr\$ 4,00 a Cr\$ 5,00”⁴⁸ e o sertão engolia o homem piolhento que o desbravava.

A função social do cafuné é importante na vida das populações interiores. Nos primeiros dias da Colônia, ele era o repouso do homem, mas depois, já na fase agropastoril, nas grandes fazendas de gado e nos engenhos de açúcar, especialmente no Nordeste, com o braço negro a fazer tudo pelos senhores brancos, passou a ser uma distração para as mulheres nas horas de mais calor, quando o mormaço sensual e alcoviteiro entorpece os amos e a escravaria.

48. SIMONSEN, ROBERTO — *História Económica do Brasil*, t. I. p. 248.

Charles Expilly, no seu livro de impressões de viagem⁴⁹, dá notícia de sua presença na sociedade brasileira de então, informando:

“À hora do grande calor, as senhoras, recolhidas ao interior dos aposentos, deitam-se no colo da mucama favorita, entregando-lhe a cabeça. A mucama passa e repassa seus dedos indolentes na espessa cabeleira que se desenrola diante dela. Mexe em todos os sentidos naquela luxuriante meada de seda. Coça delicadamente a raiz dos cabelos, beliscando a pele com habilidade e fazendo ouvir, de tempos em tempos, um estalido seco entre a unha do polegar e a do dedo médio. Esta sensação torna-se uma fonte de prazer para o sensualismo das crioulas. Um voluptuoso arrepio percorre os seus membros ao contato dos dedos acariciadores. Invasas, vencidas pelo fluido que se espalha em todo o seu corpo, algumas sucumbem à deliciosa sensação e desfalecem de prazer sobre os joelhos da mucama.”

Expilly exagera nos seus comentários, emprestando ao cafuné um caráter por demais sensual, o que realmente é falso. Inegavelmente, o cafuné é sensorial, mas daí a provocar desfalecimento de prazer nas pessoas vai uma boa distância. Em pessoas morbidamente sensuais, o cafuné pode provocar espasmos, não pelo seu caráter libidinoso, mas devido ao estado de hipersensibilidade dessas pessoas. O simples fato da maioria das pessoas adormecer enquanto lhe “catam cafuné” não prova o sensualismo que querem impingir ao inocente passatempo. O prof. Roger Bastide, em seu ensaio sobre o cafuné⁵⁰, tenta, igualmente, dar um caráter libidinoso à “catação”. Procurando retratar a mulher brasileira dos tempos coloniais, o prof. Roger Bastide escreve:

“Nenhum desvio, mesmo ligeiro, lhe era perdoado; e, como esta moral pesava com todo o seu peso sobre a criança, desde o seu nascimento, não é de admirar que a censura social tenha impedido de vir até à consciência, mesmo sob a forma de uma simples baforada de desejo, imediatamente rejeitada com terror, o pensamento de deitar com uma mulher e, com mais razão, com uma negra. E como, finalmente, esta ‘compressão da mulher’, de que falamos mais acima, se traduzia, freqüentemente, pela procura de emoções religiosas,

49. EXPILLY, CHARLES — *Mulheres e Costumes do Brasil*.

50. BASTIDE, ROGER — *Psicanálise do Cafuné*, pp. 55, 56, 59 e 75.

das consolações da igreja, pois a fé católica era onipotente sobre os espíritos e os corações, não nos devemos surpreender ao encontrar na brasileira dessa época a mais estrita moralidade.”

Depois de tais considerações, o prof. Bastide conclui:

“Mas isso não impedia que suas aspirações sentimentais fossem ultrajadas e que o casamento não lhe desse a felicidade que ela sonhara. Não impedia menos que a libido recalçada procurasse encontrar um exutório, tanto mais quanto o ambiente de luxúria, criado pelos amores poligâmicos de seu marido e de seus escravos, não podia senão exasperar esta libido rejeitada.”

Sustenta o sociólogo francês, em sua *Psicanálise do Cafuné*, que, não podendo expandir sua libido nas condições de vida que a cercava, a mulher colonial recorria ao cafuné. Acontece, porém, que não apenas a mulher recorria à “catação”! O homem também, e ainda em nossos dias, não obstante os sociólogos proclamaram o desaparecimento do cafuné da vida brasileira. Mesmo hoje, no vale do São Francisco e outras regiões pastoris do Brasil, a “catação” ainda impera. O prof. Bastide erra quando afirma que “o cafuné foi, portanto, um substituto dos divertimentos lésbicos”, arrematando que nisto consistia a sua utilidade, representando “uma salvaguarda da moral”. E como a pretender reforçar sua afirmativa, como fecho de toda a argumentação visando evidenciar o caráter libidinoso do cafuné, escreve, triunfante, o ilustre mestre: “Pode-se encontrar uma confirmação desta interpretação no desaparecimento atual do cafuné como instituição social.” Ora, o cafuné é um hábito característico das sociedades pastoris, onde o trabalho é obrigação e diversão e, pelo menos no São Francisco, onde subsiste uma das mais velhas organizações sociais desse tipo, o cafuné não desapareceu. Ainda hoje, nas fazendas e povoados, é fácil encontrar na hora de mais mormaço as mulheres “catando cafuné” umas nas outras, enquanto conversam sonolentemente sobre as ocorrências do dia. É natural que nas capitais e nas cidades mais adiantadas, onde a indústria introduziu novas formas de lazer, o cafuné, como diversão, tenha cedido lugar ao cinema, ao futebol e aos programas radiofônicos e de TV. Mesmo assim, muita gente, nas camadas mais baixas da sociedade brasileira, continua usando o cafuné nas capitais e principais

idades dos Estados. Se o cafuné constituísse qualquer transferência da libido, a “catação” não seria em público, como acontece na ribeira do São Francisco: é comum, ali, a gente ver um negociante, entre as 13 e 14 horas, estendido no balcão de sua casa comercial, olhos semicerrados, enquanto um dos filhos mais moços lhe “cata cafuné”, aos olhos de todos. Há um outro hábito, no interior, que se rivaliza com a “catação” do cafuné. Trata-se da caça aos cabelos brancos nos homens de meia-idade, empresa geralmente confiada a meninos, hábito secular que também nada tem a ver com a libido. O cafuné não encobre recalques nem disfarça complexos. É sadio como a terra que ele ajudou a desbravar, acompanhando os pioneiros, rastejando as boiadas. A mulher, ali, casava cedo demais para ser uma ansiosa, uma necessitada de macho, que o simples contato de uns dedos macios, nos cabelos, levasse a transportes e êxtase. Por sua vez, o homem, como acontece ainda hoje, mesmo quando casa tarde ou não casa, faz a sua iniciação sexual em plena infância, quase inocentemente, levado pelo exemplo do gado, participando ele também do comunismo natural dos chiqueiros e currais. Pode ser que na área da cana-de-açúcar, a mulher vivesse segregada do marido, fiscalizada por sogras malfazejas, frades intrigantes e mucamas invejosas. Mas no vale são-franciscano, embora a vida fosse austera e graves os costumes, a mulher não vivia em estado servil, e a tão falada “compressão da mulher” era desconhecida. A mulher do criador de gado não tinha a vida ociosa da mulher do senhor de engenho, homem de “mãos de mulher; pés de menino, só o sexo arrogantemente viril”⁵¹ que, no dizer de Gilberto Freyre, era um “voluptuoso do ócio; aristocrata com vergonha de ter pernas e pés para andar e pisar no chão como qualquer escravo ou plebeu”. O homem do vale, explorado pelos potentados do litoral⁵² e que, na opinião de conceituado estudioso do assunto, desbravava o sertão hostil, tendo o trabalho todo para si mas não a glória e as rendas desse trabalho, vivia ocupado demais para ter tempo a desperdiçar em aventuras amorosas. Mesmo depois de domada a terra com o vale inteiro sob a sua serventia, o homem do São Francisco continuou moderado no particular, sem procurar prazer sexual fora de casa, salvo exceções que justificam a regra... A mulher da ribeira, se bem que não trabalhasse tanto quanto o marido, não podia dar-se ao luxo de chamar:

51. FREYRE, GILBERTO — *Casa Grande e Senzala*, V. II, pp. 646 e 647.

52. SOBRINHO, BARBOSA LIMA — *O Devassamento do Piauí*, pp. 152 e 153.

“Ó Fulô! Fulô!
(Era a fala da Sinhá)
Vem me ajudar, ó Fulô
Vem abanar o meu corpo
Que estou suada, Fulô!
Vem coçar minha coceira
Vem me catar cafuné,
Vem balançar minha rede,
Vem me contar uma história
Que eu estou com sono, Fulô.”⁵³

Ela mesma é que tinha de coçar sua coceira e balançar sua rede, se bem que para “catar cafuné” recorresse às mãos de veludo de uma mucama zelosa ou de uma parenta. Embora muitos autores opinem que o cafuné seja de origem africana, somos inclinados a acreditar no seu caráter universal. No vale do São Francisco ele foi introduzido pelo português, pois a influência do negro ali é quase nenhuma, mesmo em nossos dias⁵⁴. Além do mais, a universalidade do cafuné é um fato de fácil comprovação. Desde os mais recuados tempos da Antiguidade, a “catação” desfruta de grande prestígio. O cafuné brasileiro, que para uns foi trazido de Portugal e para outros já era usado pela indiada, tem raízes profundas e não constitui, como querem alguns autores, um hábito colonial, de vez que até hoje vigora no país, não apenas no Interior.

Nas horas de maior moirnaço, enquanto a conversa rola molenga, o beiradeiro, quer nas fazendas, quer nos povoados, exercita o cafuné com o mesmo prazer sadio com que tira o “bicho-de-pé”.

SEZÃO

Durante muito tempo, o paludismo exerceu e de certo modo ainda exerce uma influência terrível sobre a vida no vale do São Francisco. Ali, há quatrocentos anos, o homem vem procurando adaptar-se às condições a que é condenado a viver. Quando os criadores de gado, “auxiliados eficazmente pelos bandeirantes paulistas,

53. LIMA, JORGE DE — “Essa Nega Fulô”, in *Poesias Escolhidas*, Andersen Editores, 1932.

54. REGO, LUIZ FLORES DE MORAIS — em *O Vale do São Francisco*, à p. 173, diz: “O braço servil não foi empregado no vale do São Francisco, excetuada a região aurífera de Minas Gerais.”

alguns dos quais se transmudaram também em estancieiros”⁵⁵, chegaram às margens do grande rio, já encontraram uma população de aborígenes fortes e valentes, não havendo nenhum documento da época — ou mesmo da época posterior — que dê notícia da existência de nativos atacados de malária. O gentio, vivendo largado no mato sem fronteiras, não sofria do terrível mal que, desde os primeiros dias do desbravamento, assediou o braço civilizador. Tanto Gabriel Soares de Souza, no seu informe sobre a vida e os costumes dos Amoípiras⁵⁶, como todos os demais autores antigos e modernos, não fazem a mais leve referência à presença do paludismo entre os índios. As chamadas *febres malignas*, que, entre 1501 e 1505, matavam traficantes de pau-brasil e mais tarde castigavam os pioneiros do devassamento, não acometiam a indiada solta, que só começou a perder a saúde depois de um convívio mais prolongado com o branco. As primeiras epidemias de varíola⁵⁷, que irromperam na Cidade da Bahia, alastraram-se pelo sertão, no rastro dos desbravadores e criadores de gado. Os pântanos e alagadiços das margens do rio não provocavam febres no gentio. Mas os brancos, sem costume de viver em regiões selvagens, bebendo a água barrenta das enchentes ou sendo picados pelos mosquitos das vazantes, adoeciam facilmente. E, à proporção que o desbravador acasalava-se com as índias e desses acasalamentos lhes nasciam filhos, crescia o número de indivíduos vulneráveis às doenças dos trópicos, uma vez que o mameluco, tanto quanto o português, não tinha a resistência do descendente do fóssil encontrado por Lund nas cavernas calcárias da Lagoa Santa, nas vizinhanças do rio São Francisco⁵⁸, cuja principal característica é “uma extrema dolicocefalia unida a uma não menos notável hypstenocefalia”. O cruzamento inicial de desbravadores com nativas era uma consequência natural de dois fatores que se atraíam: a falta de mulheres brancas nos acampamentos e o hábito do nativo em obsequiar os hóspedes oferecendo-lhes suas mulheres e filhas.

55. MAGALHÃES, BASÍLIO DE — *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*. Rio, 1944, p. 233.

56. SOUZA, GABRIEL SOARES DE — *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, 3ª ed. São Paulo, 1938, pp. 410 e 411.

57. MARCHANT, ALEXANDER — *Do Escambo à Escravidão*, pp. 159, 160, e 161.

58. ABREU, J. CAPISTRANO DE — *O Descobrimento do Brasil*, pp. 124 e 125.

A influência deletéria das emanções dos pântanos sobre a nova raça mestiça e fraca, que surgia do “*amplexo feroz*” euclidiano⁵⁹, fazia com que aumentasse o número de “doentes de febres”. Por outro lado, mudado o comportamento do português em relação aos interesses do gentio, as tribos mais fortes, que resistiam à nova política adotada pelo colonizador, recuavam mais para dentro do sertão. Afastado o elemento nativo ainda invulnerável à influência dos miasmas, fica no vale apenas o português, que, assistido pelo mameluco, iria constituir com ele a raça dos vaqueiros e criadores do vale, muito sujeita a doenças de toda espécie, mas a quem se deve não só a conquista efetiva do São Francisco, mas o desbravamento da bacia do Parnaíba e das terras do Gurgueia, no atual território do Piauí. Esses mestiços físicos, nascidos no Brasil, ao lado dos mestiços morais vindos de Portugal para a promiscuidade inocente na terra virgem, foram os únicos responsáveis pela preservação da obra dos primeiros colonizadores, mas por se encontrarem em permanente déficit orgânico acabariam por não resistir às endemias da região. Morreram muitos, e os que conseguiam sobreviver não passavam de despojos humanos, restos de gente que transmitiram aos seus descendentes, como único legado, sua bancarrota física. Organicamente falidos, os teimosos continuadores do povoamento do vale legaram ao homem do São Francisco uma herança que até hoje o esmaga. Para esse acervo de deficiência orgânica, a sezão contribuiu eficazmente. A própria preguiça, de que é tão acusado o paludado do barranco, tem origem na maleita, que, atuando sobre as cápsulas supra-renais, faz de cada caibra um hipotenso, sem ânimo, sonolento, triste. O curiboca lerdo, que dormita à sombra de um marizeiro na beira do rio, de barriga para cima e com a linha de pescar amarrada no dedão do pé, a esperar que o peixe fígado o acorde com um safanão no anzol, não passa de um doente, um deficiente das supra-renais, em marcha lenta, mas ininterrupta, para a invalidez e para a morte.

59. CUNHA, EUCLIDES DA — *Op. cit.*

CAPÍTULO VII

UM RIO AMEAÇADO

O SALDANHA E SEUS IRMÃOS

Antes mesmo dos ajoujos — inovação dos pioneiros — a navegação do grande rio brasileiro era feita em canoas (*ubás*, na língua do gentio), embarcações de que já falamos em capítulo anterior. Depois vieram as barcas. A navegação a vapor teve início, no São Francisco, com a armação do “Saldanha Marinho”, em Sabará, nas margens do rio das Velhas. Conta-nos Geraldo Rocha que o casco e a caldeira do “Saldanha Marinho”, primeiro barco a vapor que sulcou as águas barrentas do grande rio, foram arrastadas sobre carretas “da ponta dos trilhos da Central até aquela longínqua região mineira”⁶⁰. Contemporâneo do “Saldanha Marinho” é o “Presidente Dantas”, armado em Juazeiro, na parte baiana do “grande caminho” líquido da lerdá civilização brasileira. Segundo o engenheiro civil Joaquim Wanderley de Araújo Pinho⁶¹, o “Presidente Dantas” foi construído no Rio de Janeiro em 1865, mas só pôde realizar sua viagem inaugural em 22 de dezembro de 1872. Era presidente da Província da Bahia, nesse tempo, o sr. Manuel Pinto de Souza Dantas. Mas a disputa da prioridade para o “Saldanha Marinho” ou para “Presidente Dantas” não vem ao caso, pois o que interessa é determinar a época em que os dois barcos começaram a navegar no São Francisco. O “Presidente Dantas” já desapareceu há mais de trinta anos. O “Saldanha Marinho”, porém, num exemplo comovedor de resistência à falta de conservação a que tem sido submetido, resiste heroicamente e ainda hoje sulca vagaroso, com o seu famoso e característico resfolegar

60. ROCHA, GERALDO — *O Rio São Francisco*, p. 19.

61. PINHO, JOAQUIM WANDERLEY DE ARAÚJO — “A Viação na Bahia”, artigo publicado no *Diário Oficial* de 2 de julho de 1923.

monótono de caldeiras antigas, as águas do velho rio das bandeiras e dos currais.

Começou o velho barco sendo propriedade de um grupo financeiro chefiado por Cícero Pontes, que, por um contrato com o governo imperial, ficara com a exclusividade na navegação do rio das Velhas, o qual hoje pode ser atravessado a pés enxutos. Os pioneiros da navegação a vapor no São Francisco não levaram muito tempo para ficar arruinados. A denominação inicial da empresa que se propunha a explorar a navegação no rio das Velhas era Banco Viação do Brasil, que só possuía o vapor "Saldanha Marinho", montado com enormes sacrifícios para os seus empresários. Substituiu o Banco Viação do Brasil, como proprietária do vaporzinho, a Empresa Viação do Brasil, organizada no Rio de Janeiro, em 1893. Em 1894, o "Saldanha Marinho" deixa de ser o solitário do rio das Velhas: é que o governo baiano firmara contrato com a Empresa Viação do Brasil para que esta fizesse a navegação não só no trecho baiano do São Francisco, mas também nos afluentes Grande e Corrente, entregando-lhe para o serviço o vapor "Presidente Dantas". E, assim, o "Saldanha" sai da solidão, passando a ter um companheiro. Mas estava escrito que a navegação do São Francisco tinha de ser feita debaixo de grandes dificuldades, e não demorou que a Empresa Viação do Brasil — nascida em pleno encilhamento⁶² e que já tinha o Estado da Bahia como seu acionista desde 1899 — fosse à falência. Declarada a falência da Empresa Viação, o Estado da Bahia apresenta-se como o seu maior credor e é nomeado síndico⁶³, vindo a nascer então a Empresa Viação do São Francisco, que, por decreto federal de 10 de maio de 1904, passa a gozar a concessão de explorar com exclusividade a navegação no rio das Velhas. Já a esse tempo tinha sido suspensa a navegação no rio das Velhas. Aliás, desde 1879 a navegação no rio das Velhas era precária, com o seu único vaporzinho, o "Saldanha Marinho", que, conforme atesta um depoimento insuspeito, ficou "por tanto tempo largado"⁶⁴ a ponto de só ter fogo em sua caldeira

62. ROCHA, GERALDO — *Op. cit.*, p. 20.

63. SOUSA, MARIA M. LOPES DE — *José Marcelino de Souza e sua Obra Administrativa no São Francisco*, p. 31.

64. SAMPAIO, TEODORO — *O Rio São Francisco e da Chapada Diamantina*, p. 29.

quando algum político influente ou alguma missão científica tinha de visitar Sabará. Mesmo depois da nova transformação por que passou, a companhia de navegação do São Francisco continuou sem estabilidade, tanto que acabaria encampada pelo Estado da Bahia, sem com isto lograr firmar-se. Os dois vaporzinhos iniciais foram tendo, com os anos, novos companheiros, que, de naufrágio em naufrágio, iam desaparecendo, enquanto outros novos eram comprados para seguir o mesmo destino. Dos velhos vapores, só resta hoje o "Saldanha Marinho". Embora já reduzidos a ferro velho, os atuais vapores que navegam no São Francisco são barcos relativamente novos, com menos de vinte anos de uso os mais velhos.

É que a navegação, especialmente de Sento-Sé para baixo, só pode ser feita durante as enchentes e, no entanto, é mantida nas épocas da vazante, por força de um erro no traçado da linha férrea que liga o rio ao mar. A política partidária, interferindo nos assuntos técnicos, fez com que Juazeiro fosse escolhido para ponto terminal da ferrovia atualmente denominada Leste Brasileiro, quando tudo aconselhava que fosse localizado acima de Sento-Sé. No seu diário de viagem, Teodoro Sampaio afirma que foi um erro colocar o ponto terminal da ferrovia em Juazeiro, devido às corredeiras existentes no trecho que vai de Sento-Sé a Juazeiro. Diz ele no seu livro:

“Como nos demorássemos no Juazeiro uns quatro dias em providenciar para a viagem que, de Sobradinho para cima, devia ser feita a bordo do vapor ‘Presidente Dantas’, que solicitáramos do governo da Bahia, aproveitamos o tempo a percorrer os arredores, a colher notícias das regiões vizinhas.”⁶⁵

Grifamos os períodos em que fica patente que já naquele remoto ano de 1879 era pública e reconhecida a necessidade dos navios só chegarem até Sobradinho, no máximo. No entanto, tudo isso foi desprezado e Juazeiro foi escolhido para ponto terminal da estrada de ferro, com prejuízo da navegação. No seu livro, Geraldo Rocha, um dos maiores beiradeiros de todos os tempos, a propósito do erro do traçado da estrada de ferro que liga o vale à costa, escreve:

65. SAMPAIO, TEODORO — *Op. cit.*, p. 75.

“Houve, no encarar o problema do São Francisco, erros capitais. Em 1.500 quilômetros de navegação, cara pela diminuta profundidade do rio, projetou-se o escoamento para o mar nas duas extremidades do percurso, em Juazeiro e Pirapora. Assim, a mercadoria ficou sujeita ao longo trajeto fluvial, que poderia ser dispensável se fossem preferidos como pontos de escoamento localidades próximas à foz do rio Grande ou do Carinhanha. Se a Viação da Bahia, em vez de procurar Juazeiro, se dirigisse pela Central da Bahia em busca de Xique-Xique ou Barra, e se a Central do Brasil se encaminhasse por Montes Claros em direção às margens do São Francisco, na fronteira baiana, prestariam mais assinalados serviços à região do que desenvolvendo-se nos areais de Pirapora ou Juazeiro.”⁶⁶

Concordo inteiramente com Geraldo Rocha, que soube ver o problema com bom senso, tendo honestidade bastante para não calar diante do silêncio da História.

Não fosse a imposição de influentes políticos da época, a atual Leste Brasileira podia ter obedecido a outro traçado, rumando para o médio São Francisco superior, livrando a navegação dos bancos de areia e corredeiras que entulham o rio, de Sento-Sé a Juazeiro. Tendo de buscar forçosamente Juazeiro, que é o terminal da estrada de ferro, os vapores do São Francisco têm de ser os mais rasos possíveis, o que os torna imprestáveis para o transporte de cargas. Com pouco calado e tendo de vencer perigosos trechos encachoeirados, os vapores do São Francisco não proporcionam às mercadorias do vale um transporte seguro e barato. Caro e precário, eis o que é o transporte oferecido pelos vapores do São Francisco nas atuais condições de navegabilidade do rio, particularmente no trecho que vai de Currálinho, no município de Sento-Sé, a Juazeiro. De Remanso a Sento-Sé, os navios encontram obstáculos, inclusive o perigo das corredeiras de Cachorrinho, próximo a Sento-Sé, mas da antiga Vila Imperial, para baixo, os obstáculos à navegação se amiuçam: Intã, Sequinho, Santarém, Currálinho, Umbuzeiro, Eurucé, Eucaibro, Angico, Crisma, Cachoeira, Serrote, Sangrador, Carnaíba, Correnteza, Barreira, São Gonçalo, Barra do Salitre,

66. ROCHA, GERALDO — *Op. cit.*, p. 22.

Rodeador, Alagoa, Alagadiço, Barricha, Pedra da Loja, Pedra Marcelina, sem falar nos temíveis Portões do Sobradinho.

Remover esses obstáculos é temerário, pois, segundo sustentam os técnicos, sem eles o rio desaparecerá, escoando com maior velocidade para o mar, já não falando na ação da evaporação. Vários autores pensam coincidentemente sobre o assunto, e M. Cavalcanti Proença, em livro aqui já citado, diz o seguinte: "Continuam as corredeiras e os trechos encachoeirados até Paulo Afonso, numa barragem natural a impedir que as águas se escoem de uma vez, secando o rio."⁶⁷ Mas, há alguns anos atrás, não era este o ponto de vista do governo federal, que mandava arrancar as pedras, desobstruindo o leito, acabando com as cachoeiras, comportas naturais às quais devemos o milagre da existência do São Francisco, rio errado que corre ora entre montanhas, ora dentro de uma faixa de rasgados tabuleiros da época terciária, o que, segundo os entendidos, facilita a evaporação.

A vida a bordo dos navios do São Francisco é meio doméstica. Passageiros e tripulantes, via de regra, são velhos conhecidos, pois custa viajar cara nova naqueles "gaiolas", a menos que seja tempo de emigração para São Paulo. Mesmo os retirantes das grandes levas de nordestinos que fogem para o Sul terminam ficando conhecidos e íntimos, tantas são as suas idas e voltas no interminável vaivém entre a terra seca e os cafezais do Sul. Os tripulantes dos barcos do São Francisco são todos filhos da região, desde os marinheiros aos foguistas, maquinistas, timoneiros e comandantes. Os timoneiros ou pilotos são conhecidos pela denominação de "práticos", pois são apenas licenciados para pilotar lá. São homens de grande memória, que sabem de cor todos os caminhos do rio, conhecendo "de olho fechado" onde passam os canais de navegação, onde ficam todos os bancos de areia e pedras capazes de prejudicar a navegabilidade nos períodos normais ou de vazante. O resto da tripulação goza de popularidade em toda a ribeira. Comandantes, comissários, contramestres, "práticos", maquinistas, foguistas, taifeiros, zeladeiras e marinheiros, despenseiros e fiscais de bordo, todos são benquistos na beirada, fazem favores à gente das vilas, cidades e fazendas, comprando encomendas em Juazeiro e Pirapora, levando cartas e recados de uma cidade para outra.

67. PROENÇA, M. CAVALCANTI — *Ribeira do São Francisco*, p. 22.

São eles os mensageiros de confiança daquela gente desconfiada que não tem lá muita fé na “repartição dos Correios”.

Os seus salários não são os mais altos. Ao tempo que este livro foi escrito, um comandante ganhava mensalmente um conto de réis, ou seja, um mil cruzeiros, e os “práticos” Cr\$ 550,00, maquinistas, respectivamente, 1.º e 2.º Cr\$ 400,00 e Cr\$ 350,00 por mês. O menor salário de bordo era o do marinheiro, que ganhava apenas Cr\$ 134,00, ainda sujeito a descontos.⁶⁸

É uma vida dura a dos marinheiros do São Francisco, que nos períodos de estiagem muitas vezes passam dias e noites inteiras dentro da água, desencilhando os vapores. Mesmo assim, eles não perdem o bom humor que os faz gêmeos dos remeiros. Sempre alegres, dão conta de suas tarefas sem resmungar.

Além do “Saldanha Marinho”, que é o mais velho, navegam no grande rio brasileiro os seguintes vapores: “Barão de Cotegipe”, “Costa Pereira” (antigo “Juazeiro”), “Djalma Dutra” (antigo “Prudente de Moraes”), “Newton Prado” (antigo “Severino Vieira”), “Delsuc Moscoso” (antigo “Luís Viana”), “Jansen Melo” (antigo “Alves Linhares”), “Fernandes da Cunha”, “Juracy Magalhães”, “Joaquim Távora” (antigo “Antônio Muniz”, há anos sem navegar por ser muito grande e de calado muito fundo), “Siqueira Campos” (antigo “Carinhanha”), todos estes da Viação Baiana, cuja sede fica em Juazeiro. Os nomes dos vapores da Baiana mudam de acordo com as idéias do governo dominante em cada época. Em mudar os nomes dos navios consiste a ação dos administradores da empresa baiana, que, com raríssimas exceções, tem sido dirigida por superintendentes incapazes, que vão para o cargo menos como técnicos do que como cabos eleitorais, uma vez que a Viação é excelente arma de compressão política. Para os adversários do superintendente, nunca há espaço para cargas nos rasos porões dos pobres vapores. . .

Além dos navios da Baiana, servem à navegação do São Francisco os da frota da Navegação Mineira do São Francisco e da Cia. Comércio e Indústria, ambas com sede em Pirapora. Os barcos das duas empresas mineiras são mais numerosos, melhores, mais novos e mais

68. Hoje, os salários do pessoal dos navios do vale são bem superiores aos aqui anotados.

velozes do que os da Viação Baiana. O único navio novo comprado para a Baiana, no espaço de vinte e nove anos, foi o "Juracy Magalhães", no governo do estadista cujo nome figura na proa do barco.

O DESTINO DE UM RIO

Garcia Rodrigues Pais, filho de Fernão Dias Pais Leme, o "caçador de esmeraldas", ao meter mãos à abertura do "caminho novo", empresa que teve início em 1700 e só foi concluída em 1725⁶⁹, estava decretando o abandono do vale do São Francisco, que, perdendo sua função de "caminho líquido" para as minas, ver-se-ia relegado ao mais completo isolamento. A abertura do "caminho novo", ao tempo em que submeteu o vale ao mais completo insulamento, deu ensejo — como já fizemos sentir em capítulos anteriores — à formação, ali, de uma sociedade de pastores e guerreiros, com a calma aculturação do elemento português. Dispondo de poucas mulheres do seu sangue, os lusos que se haviam deixado ficar no vale, como criadores de gado, tiveram de tomar como esposas as nativas.

69. MAGALHÃES, BASÍLIO DE — *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, pp. 455-514. No seu documentado livro, Basílio de Magalhães, depois de provar que foi Garcia Rodrigues Pais e não seu tio Garcia Rodrigues Velho quem idealizou e começou a obra gigantesca do "caminho novo", que o deixou arruinado, na miséria, afirma: "Quem pôs a última demão no 'caminho novo' foi Bernardo Soares de Proença, como o evidencia a provisão real de 6 de julho de 1725, por mim descoberta no Arquivo Nacional." É o seguinte o teor do documento colhido por Basílio de Magalhães:

"Dom João por graça de Deus Rey de Portugal, e do Algarves daquém e dalém mar em África, Senhor de Guiné &c. Faço saber a vos Ayres de Saldanha de Albuquerque, Governador e Capitão Geral da Capitania do Rio de Janeiro, que se vio o que me representastes em carta de bronze de Outubro do anno passado, em como Garcia Roiz Pais se isentara de abrir o caminho novo para as minas, donde pertendia inteyrar-se das datas de terras que diz lhes estavam prometidas, com o pretexto de que os seus muitos anos já lhe não permitião atuar as enclêmencias do certão, e vendô nos com este desengano, e que se nan abria o dito caminho, e instantes os requerimentos de partes, de que hera preciso a dita abertura, se nos viera offerecer para ela voluntariamente o Sargento Mor Bernardo Soares de Proença..." etc. etc.

Não interessa o resto da provisão régia, de vez que o objetivo de sua transcrição era identificar Garcia Pais e Soares de Proença como os seus construtores, o que aliás ninguém mais discute.

Passados os dias áureos do desbravamento, quando brilhavam como heróis da conquista da terra os Francisco Dias d'Ávila, os Domingos Afonso Sertão, os Domingos Jorge Velho, outros heróis, menos brilhantes, é claro, mas com a mesma força de determinação, assumiram o deserto. Eram os vaqueiros, os criadores de gado da ribeira do São Francisco e seus vizinhos da beira do Parnaíba e do Gurgueia, sem os quais a vasta região brasileira teria volta ao domínio da indiada. Não é tão grande a glória daquele que foi desbravar e voltou para o conforto das capitais, como titular nominal da terra conquistada, como a daquele que ficou no áspero e duro ermo, sujeito a todas as privações, lutando com o gentio e as febres dos pântanos. Os verdadeiros povoadores foram os que ficaram na servidão do deserto, escravos de si mesmos, pastoreando o gado miúdo, e não os que tiveram seus nomes registrados na História.

Recapitulando os fatos ligados à penetração e povoamento do vale, já focalizados em capítulos anteriores, queremos chamar a atenção sobre o destino desse grande rio esquecido. Nos primórdios da nacionalidade, foi ele que ligou o Sul ao Norte, ensejando a conquista do Centro. As suas águas foram o "caminho sem errada" daqueles que, saindo de Pernambuco e Bahia, buscavam Goiás, Mato Grosso, Piauí e Maranhão. A nação ainda estava gatinhando, mas bastou que um caminho mais curto fosse aberto para que o relegassem ao desprezo. Não fosse a resistência dos mamelucos, bárbaros filhos do "amplexo feroz" da imagem euclidiana, o mato voltaria a dominar os lugares onde estavam plantados os currais e nasceriam, mais tarde, as primeiras povoações.

Mas o destino desse rio é mesmo garantir a unidade nacional, e assim é que, séculos depois, ei-lo novamente costurando a unidade da pátria. Foi isto em 1943, quando a guerra submarina, levada a efeito pelo nazifascismo, dividiu o Brasil em dois, separando o Norte do Sul, com o estrangulamento da navegação costeira: os soldados e suprimentos tiveram de ser enviados do Sul para o Norte, onde as necessidades da defesa nacional eram mais urgentes, pelo mesmo caminho líquido utilizado pelas "entradas" e "bandeiras". Mas o seu destino não deve ser apenas de servir de caminho aos brasileiros e de salvaguarda à unidade territorial nas horas decisivas da nacionalidade. Uma outra missão, igualmente vital aos interesses do país, o aguarda.

As suas margens estão destinadas a servir de matriz a uma civilização nova. E, se alguma dúvida existir quanto a esta predestinação do vale do São Francisco, basta atentar para o milagre que o homem realizou no vale do Tennessee, nos Estados Unidos.

James P. Pope, da Tennessee Valley Authority (a T.V.A.), em trabalho há pouco traduzido para o nosso idioma⁷⁰, conta como foi que o povo americano disciplinou o Mississípi e refreou o Tennessee. Como diretor da T.V.A. (Administração do Vale do Tennessee), James Pope, que colaborou na recuperação do grande rio americano, começou por nos revelar a semelhança entre os fenômenos que faziam do Tennessee um rio catastrófico e os que tornam o São Francisco ameaçado. Mostrando como “as jovens nações americanas enfrentaram problemas similares na luta para conquistar os seus lugares na família das nações” e como “todas elas tiveram que forjar, com seus próprios recursos, os meios materiais de sua subsistência”, como que nos convida “a enfrentar problemas comuns e oportunidades semelhantes na tarefa de investigar e explorar os recursos naturais”. Em seguida, enumera as iniciativas que podem ser a solução, e os coloca na seguinte ordem: 1) “projetos nacionais de longo prazo destinados ao desenvolvimento, conservação e uso criterioso dos recursos naturais”; 2) “projetos de melhoramento mutuamente lucrativos que, dada a sua própria natureza, requerem o consentimento e a participação da população”. A recuperação econômica do vale do Tennessee é exemplo de um projeto de melhoramento “tipo nacional”. Ora, como é muito comum no Brasil, quando se fala dos problemas do São Francisco, ouvir logo que se trata de um assunto cuja solução exige séculos de trabalho e montanhas de dinheiro, será oportuno saber como foi que os americanos fizeram para “amansar o Mississípi”, “refrear o Tennessee” e “controlar as enchentes”, e pela palavra de um dos heróis destes milagres. O mesmo James P. Pope, cujo depoimento é de suma importância para o conhecimento da maneira pela qual os Estados Unidos livraram o vale do Mississípi das terríveis inundações periódicas, como continua a acontecer com o São Francisco, que destrói anualmente milhares de pequenos roçados de vazante, matando rebanhos, alagando carnaubais, levando a destruição e a pobreza a milhares de lares. O Tennessee, como grande tributário do Mississípi,

70. “O Vale do Tennessee e seu Desenvolvimento”, ensaio de James P. Pope, publicado no *Boletim do Ministério da Agricultura*, de abril de 1943.

tinha grande influência na furiosa disparada das águas rumo ao Golfo do México. Era um desperdício colossal de água e energia. Precisava, pois, um esforço urgente para corrigir os erros da Natureza, reprimindo os desatinos dos rios.

É a história da reeducação de um rio que nos conta o sr. James P. Pope, para exemplo de quantos teimam em ficar indiferentes à sorte do São Francisco. Foi o milagre realizado no Tennessee que encorajou o ex-presidente Dutra a dar início à recuperação do São Francisco, que o fará sempre lembrado pelos brasileiros daquela sofrida região.

O FILHO AJUDA O PAI

Para o folclore americano, o Mississípi é o “pai dos rios”. É forte a influência do grande rio na vida do país do dólar. Langston Hughes, num dos seus poemas mais inspirados, canta:

“Escutei a canção do Mississípi
Quando Abe Lincoln desceu
a Nova Orleans,
e tenho visto dourar-se
seu turvo seio ao pôr-do-sol.”

O Mississípi está para os Estados Unidos “como o sangue para o corpo humano”. No escoamento das matérias-primas do grande país do Norte, ele e os seus inúmeros tributários são de uma importância fundamental. O São Francisco poderia exercer o mesmo papel no Brasil. Abandonado, porém, à sua própria sorte, no momento em que o eixo da colonização era deslocado do centro para a sua orla marítima, o São Francisco, antes mesmo da mudança do governo geral, já estava reduzido a uma situação de decadência. É verdade que, em muitos trechos do vale, o regime semi-árido e o escasso relevo são responsáveis por uma série de dificuldades ao seu desenvolvimento agropastoril. No entanto, para compensar, mesmo na área dos tabuleiros e carrascais há excelentes terrenos para toda espécie de lavoura, especialmente para a algodoeira, que há alguns anos já foi uma das grandes fontes de renda da região. Além disso, os seus afluentes correm sobre terras férteis, especialmente as das margens dos rios Paracatu, Pará, Paraopeba, no Estado de Minas, e Corrente, Preto e Grande, na Bahia. O

rio Preto, como podemos verificar consultando Apolinário Frott⁷¹, corre em chão rico onde crescem madeiras de lei e a pecuária pode se desenvolver como em nenhuma outra região do país. Tais considerações fazemos em contraposição à tese que apresenta o São Francisco como um vale arenoso e pobre em terras aluviais. A grande variedade de solos e temperaturas apresentada pelo vale do São Francisco é também surpreendida no Mississípi, sem falar nas “montanhas que circulam os vales” e os “muitos lugares próprios para a exploração da energia hidrelétrica”⁷², que são as comportas naturais das quais se originam as grandes caudais. Excetuando as secas constantes nas margens do rio brasileiro e os degelos freqüentes nas cabeceiras do rio ianque, em quase tudo as dificuldades dos dois rios continentais se assemelhavam antes das obras realizadas no Tennessee. Mesmo assim, os dois citados fenômenos peculiares a cada um dos rios, embora tão diferentes, concorriam para acentuar a semelhança no aspecto geral das duas bacias: é que, assim como as secas prolongadas do São Francisco não impediam as inundações anuais, o degelo anual nas cabeceiras do Mississípi e afluentes não impedia que a navegação do rio americano fosse precária.

Para a solução do problema do Mississípi foi necessário um esforço conjugado de particulares e poder público. O “pai dos rios” teve de ser ajudado por um dos seus filhos: o Tennessee deixou de ser um rio para ser uma série de lagos ligados entre si por um vasto sistema de represas, entre as quais se salientam, como notáveis obras de engenharia, as represas Norris e Wilson.

No seu trabalho que nos vem servindo de arrimo para a apreciação do caso do Mississípi, o sr. James P. Pope, como se estivesse falando sobre o São Francisco, diz: “O sistema direto de procurar reprimir apenas as águas do rio principal de um imenso sistema fluvial alimentado por caudalosos afluentes não atingia absolutamente o âmago do problema.” Era preciso, como afirma o técnico norte-americano, atacar as partes componentes do grande todo. Ainda como que a focalizar o caso particular do São Francisco, cujos problemas ficam insolúveis diante da indiferença do resto do Brasil, é este trecho do trabalho do sr. Pope:

71. FROTT, APOLINÁRIO — *Exploração do Território do Jalapão*.

72. POPE, JAMES P. — *Op. cit.*

“Infelizmente, porém, os conceitos políticos e legais tendem a ficar sempre atrás dos progressos tecnológicos. O rio Mississípi, juntamente com a miríade de correntes que constituem o seu sistema tributário, serve de escoadouro para cerca de um terço do país. Ora, certos indivíduos habitantes de Estados afastados da bacia do Mississípi opunham-se à idéia do governo federal despendendo grandes somas em projetos destinados a represar o Mississípi. Alegavam eles que, embora toda a nação tivesse de arcar com a despesa, os lucros seriam, na maior parte, locais.”

O mesmo drama se repete em relação à solução do problema de salvamento do São Francisco. Embora poucos tenham coragem de fazer oposição pública aos eternos projetos de salvação do grande rio da Unidade Nacional, no fundo, raros são os que não opinam pelo adiamento, para quando o Brasil tiver mais dinheiro. É um sentimento egoístico, que leva filhos da mesma terra a assistirem de braços cruzados à liquidação lenta de seus irmãos.

Desde que o plano das obras do vale do Tennessee constitui uma experiência exitosa, nada mais oportuno que fazer conhecida a maneira pela qual os americanos atacaram os trabalhos ali. A tarefa inicial da Tennessee Valley Authority, como já dissemos, foi controlar as águas do grande afluente do Mississípi, por meio de uma série de represas que transformaram o rio numa “cadeia de lagos ligados entre si, numa extensão de 1.300 quilômetros”. Essa cadeia de lagos vai desde a nascente do rio, em Knoxville, no Estado do Tennessee, até a sua desembocadura em Padurach, no Estado de Kentucky. Em seguida à construção das represas no Tennessee, a T.V.A. voltou sua atenção para os afluentes do grande afluente do Mississípi, onde fez construir dezenas de barragens capazes de represar fabulosas massas de água. Com esses múltiplos sistemas de represas e barreiras, a T.V.A. visou melhorar a navegação no Mississípi e no Tennessee, além de armazenar as águas das enchentes, que, em vez de se escoarem para o mar, ficam depositadas em enormes reservatórios, produzindo energia hidrelétrica barata. Como resultado de tais empreendimentos, o sr. James P. Pope nos apresenta: um canal de navegação muitíssimo melhor e mais amplo e, conseqüentemente, incremento do tráfego comercial, que no Tennessee, de 25 milhões de toneladas-milhas, em 1933, subiu em 1940 para 83 milhões, tendo atingido em 1944 meio

bilhão. Calcula-se que as reservas de água armazenadas à disposição do grande sistema fluvial norte-americano, atualmente, sejam superiores a 15.500.000.000 de metros cúbicos.

Um trabalho de tal porte, no São Francisco, é o que há de mais urgente, não só para neutralizar as constantes inundações, como para dar combate aos terríveis efeitos das secas periódicas que chegam quase a obstruir o rio, dificultando a navegação, a ponto de só ser possível o tráfego às pequenas embarcações.

O primeiro passo para a regularização do curso do São Francisco já foi dado. O dispositivo constitucional que reserva 1% da renda tributária da União para as obras de recuperação do São Francisco, conquista memorável de Manoel Novais e Theódulo Albuquerque, constitui, sem dúvida, um passo à frente no sentido de incorporar o vale são-franciscano à realidade brasileira, tirando-o da condição de terra abandonada. O drama do rio das Velhas, que, depois de ter sido navegável em quase todo o seu curso, pode agora, em vários trechos, ser atravessado a pé enxuto, enche de aflição os barranqueiros do São Francisco, que vêem o seu velho rio ameaçado por igual destino. Felizmente, porém, os homens públicos do país começaram a despertar e tudo indica que o São Francisco não será abandonado outra vez. O governo Dutra deu os primeiros passos nesse sentido, iniciando a construção da barragem de Paulo Afonso e deixando concluídos os estudos para a de Boqueirão, que deveria ser seguida de imediato por duas outras, a de Três Marias e Sobradinho, que funcionariam não só como reservatórios destinados a regularizar o regime fluvial, mas como fontes de energia hidrelétrica.⁷³ A obstrução da passagem das águas do rio Grande, na serra do Boqueirão, por meio de uma barragem, tem encontrado oposição entre certos políticos, mas a sua concretização é vital para o futuro do São Francisco. Assim como o Tennessee teve de ser transformado numa cadeia de lagos para beneficiar o Mississípi, o rio Grande, para que o São Francisco seja salvo, tem de ser represado.

73. O plano original — que previa, como bacias de acumulação, Três Marias, os vales do Paraopeba, Velhas, Jequitáí, Corrente, Grande Sobradinho e Paulo Afonso — foi invertido, tendo sido dada prioridade à última, para em seguida construir-se Três Marias e posteriormente Sobradinho, esta alterada na sua concepção inicial para, em vez da barragem média que se pretendia, sr transformada num verdadeiro mediterrâneo nos tabuleiros.

Se um dia — queira Deus que a costumeira falta de continuidade dos programas administrativos não o impeça de raiar — o projeto de sectionar o Grande Rio e seus afluentes numa cadeia de lagos se converter em realidade, as populações ali esquecidas, finalmente resgatadas do isolamento a que foram submetidas, serão incorporadas ao esforço pela construção, no Brasil, de uma sociedade justa e harmônica. E, então, sobre as ossadas dos bravos que desafiaram as suas lonjuras, florescerão comunidades ativas e cada velho burgo, hoje adormecido no regaço da lendas, será um pólo aglutinador das energias acumuladas em quatro séculos de abandono.